

M 2013



# DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE

INCIDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS

ANTÓNIO COLAÇO MARTINS FILHO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA

À FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM

CIÊNCIAS JURÍDICO FILOSÓFICAS

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Doutora Maria Clara da Cunha Calheiros de Carvalho, em reconhecimento pela serenidade, elegância, objetividade e sensibilidade com que conduziu a orientação à investigação encarnada nesta dissertação.

À Faculdade de Direito da Universidade do Porto, pela calorosa acolhida, bem como pelos numerosos méritos do seu corpo diretor, docente e técnico-administrativo.

Àqueles que abdicaram da liberdade e mesmo da própria vida em prol da democracia brasileira.

## RESUMO

A dissertação que ora vem a lume tem como objeto os principais aspectos epistemológicos da Comissão Nacional da Verdade, no contexto global das comissões da verdade.

Com vistas a satisfazer o objetivo acima referido, faz-se mister analisar, primeiramente, a gênese e as principais características da Comissão Nacional da Verdade, a partir do estudo da justiça de transição, bem como do contexto histórico-jurídico dos instrumentos legislativos da justiça de transição dos processos de democratização que sucederam as ditaduras de Getúlio Vargas (1937-1946) e Militar (1964-1985).

No que concerne às incidências epistemológicas da Comissão Nacional da Verdade, impõe-se, outrossim, o estudo das teorias clássicas acerca da verdade, da dimensão epistemológica das comissões da verdade e, finalmente, das conexões entre os principais aspectos da referida dimensão epistemológica e alguns preceitos das teorias tradicionais da verdade.

**Palavras-chave:** comissões da verdade, comissão nacional da verdade, justiça de transição, teorias da verdade, epistemologia, direitos humanos.

## ABSTRACT

The study presented hereafter aims at presenting the main epistemological features of the Brazilian Truth National Commission, within the global context of the truth commissions.

In order to satisfy such goal, it becomes imperative, first, to analyze the creation and the main features of the Truth National Commission, considering the global perspective of the transitional justice, as well as the legal mechanisms of the Brazilian transitional justice, within the democratic processes that succeeded the Getúlio Vargas (1937-1946) and the Military (1964-1985) dictatorships.

Furthermore, the understanding of the epistemological aspects of the Brazilian Truth National Commission demands investigating: the classical truth theories, as well as the truth commissions epistemological dimensions and, at last, the connections between the main features of the aforementioned themes.

**Keywords:** truth commissions, truth national commission, transitional justice, truth theories, epistemology, human rights.

## ÍNDICE

AGRADECIMENTOS .....	1
RESUMO .....	3
ABSTRACT .....	3
ÍNDICE .....	4
INTRODUÇÃO .....	5
1. DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO.....	8
2. DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NOS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO APÓS AS DITADURAS DE GETÚLIO VARGAS (1937 A 1945) E MILITAR (1964 A 1985) ....	15
2.1. Dos modos de transição democrática pós-ditaduras varguista e militar e dos instrumentos legislativos da justiça de transição no Brasil .....	17
2.1.1. Da amnistia no Brasil: aspectos históricos, conceituais, legais e jurisprudenciais.	35
2.1.1.1. Do controlo de constitucionalidade da lei nº 6.683, de 1979: análise da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153-DF .....	42
2.1.2. Aspectos da justiça de transição na Constituição de 1988 .....	44
2.1.3. Da legislação de acesso às informações e às reparações pecuniárias.....	45
2.1.4. Da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011: criação da Comissão Nacional da Verdade.....	47
3. DAS COMISSÕES DA VERDADE E DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: PRINCIPAIS ASPECTOS.....	48
4. DAS TEORIAS ACERCA DA VERDADE.....	58
4.1. Da verdade como correspondência .....	59
4.2. Da verdade como coerência .....	63
4.3. Da verdade como utilidade.....	66
5. DAS INCIDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS DAS COMISSÕES DA VERDADE E DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE .....	70
5.1. Da dimensão epistemológica das comissões da verdade .....	70
5.2. Das principais aproximações entre as teorias tradicionais da verdade e a dimensão epistemológica das comissões da verdade, com ênfase na Comissão Nacional da Verdade	83
CONCLUSÃO .....	87
BIBLIOGRAFIA .....	93

## INTRODUÇÃO

Ainda em ares matinais, a criação da Comissão Nacional da Verdade tem causado intenso debate social no seio da opinião pública brasileira, incendiada no ardor ainda latente entre protagonistas e opositores ao regime autoritário da ditadura militar de 1964. O embate diz respeito, principalmente, à amplitude, ao objeto, aos poderes da comissão e sua relação com a amnistia.

A par das questões morais e penais, que não serão objeto de investigação direta, a criação de órgão para esclarecer a verdade dos fatos suscita, no âmbito das comissões da verdade em geral e da comissão brasileira em especial, as seguintes questões de cunho epistemológico: as comissões têm instrumentos e métodos adequados para gerar conhecimento, ou seja, pode-se falar em uma dimensão epistemológica das comissões da verdade? A que conhecimento esses órgãos podem aspirar legitimamente ou, noutras palavras, que “verdades” podem ser alcançadas pelas comissões da verdade? Que pontos de aproximação se pode estabelecer entre a precitada dimensão e as concepções de verdade preconizadas pelas teorias tradicionais acerca da verdade? Enfim, quais são os principais aspectos epistemológicos da Comissão Nacional da Verdade?

A dissertação que ora se dá à estampa tem como objeto elucidar essas questões, de forma a evidenciar as principais incidências epistemológicas da Comissão Nacional da Verdade, no contexto global das comissões da verdade.

A investigação adota preceitos metodológicos cartesianos, na medida em que: utiliza a racionalidade como principal critério na coleta dos dados da doutrina especializada; divide o objeto da investigação em dois eixos principais (histórico-jurídico e epistemológico), que, por sua vez, sofrem as subdivisões necessárias e suficientes; elabora e expõe as conclusões, revisando-as, para garantir a amplitude e coerência do estudo.

Nesse sentido, para se compreender a comissão da verdade brasileira, em si, faz-se mister a análise dos seguintes temas, afetos ao eixo histórico-jurídico: justiça de transição; justiça de transição nos processos de democratização pós-ditaduras de Vargas (1937-1945) e militar (1964-1985). Por outro lado, a elucidação de aspectos epistemológicos da comissão brasileira, cerne da presente dissertação, demanda o estudo de temas relacionados à dimensão epistemológica das comissões da verdade (eixo epistemológico): teorias tradicionais da verdade; dimensão epistemológica das comissões da verdade, suas aproximações com teorias da verdade e elementos da dialética jurídica de Aristóteles.

No campo da justiça de transição, a investigação que ora ensaia seus primeiros passos analisará: os contextos históricos que ensejam a justiça de transição; aproximações entre aspectos usualmente associados à justiça de transição e a concepção de Paulo Ferreira da Cunha acerca das dimensões da justiça; os deveres fundamentais afetos à justiça de transição; os instrumentos ou meios de que a justiça transicional faz uso para dar cumprimento aos deveres fundamentais, entre os quais excelsam as comissões da verdade, como um dos principais instrumentos da justiça de transição.

No caso específico da justiça de transição pós-ditaduras varguista e militar, dar-se-á enfoque aos seguintes temas: contexto internacional das ditaduras e das transições democráticas; causas da gênese e da decadência das ditaduras; aspectos socioeconómicos dos regimes autoritários; dinâmica estabelecida entre os centros de poder; estratégias dos grupos economicamente dominantes para assegurar controlo do processo de transição, inclusive com manutenção formal das instituições democráticas e de um simulacro de legalidade; papel das forças armadas na eclosão desses regimes e na transição democrática; principais instrumentos legislativos da justiça de transição brasileira, de forma a evidenciar o processo que culminou na promulgação da lei que criou a comissão da verdade brasileira; relação entre controlo do processo de transição e potencial dos instrumentos de transição; causas e principais vítimas das graves violações aos direitos humanos; política e organismos de repressão e autores das referidas violações.

Uma vez esclarecidas as principais circunstâncias históricas relacionadas ao surgimento da Comissão Nacional da Verdade, urge situá-la no contexto global das comissões da verdade, ocasião em que serão abordados os seguintes aspectos das comissões da verdade: conceito; objeto; atribuições; poderes; finalidades e sua conexão com a dimensão epistemológica das comissões.

Inaugura-se, então, a análise específica do potencial epistemológico da Comissão Nacional da Verdade com o estudo das teorias tradicionais acerca da verdade, bem como da dimensão epistemológica das comissões em geral e da brasileira, especificamente. Por fim, faz-se mister destacar alguns pontos de conexão entre os instrumentos, métodos e “verdades” que encorpam a dimensão epistemológica das comissões, de um lado, e os preceitos das teorias clássicas da verdade e alguns elementos da dialética jurídica aristotélica, de outro lado.

A relevância político-social do tema salta aos olhos e justifica, por si só, a investigação científica ora introduzida, que, ao contextualizar o surgimento da comissão da

verdade no Brasil, examina os intentos de uma sociedade no sentido de obter reconciliação, justiça e verdade, no seio social e no ambiente político, por meio de um dos principais instrumentos da justiça de transição.

Para além da relevância político-social, a importância dogmática da investigação proposta repousa no fato de que a Comissão Nacional da Verdade brasileira – a exemplo das congêneres noutros países – busca trazer à tona a verdade acerca da história omitida de um povo, pelo que é de fundamental importância a análise de sua dimensão epistemológica em cotejo com as teorias da verdade, com vistas a averiguar as suas possibilidades de, efetivamente, produzir conhecimento e conduzir à verdade, sob o ponto de vista epistemológico.

Merece destaque, ademais, o enriquecimento que o caráter multidisciplinar traz à exposição, que parte de registros históricos e constatações de cunho sociológico e jurídico para a apresentação das principais manifestações da filosofia acerca da verdade, o que reforça a pertinência do âmbito temático à área das ciências jurídico-filosóficas.

Por outro lado, temas de interesse geral como verdade, anistia, justiça, reconciliação, paz social, perdão, vingança, memória coletiva, identidade nacional, punição, entre outros que esta dissertação ventila, sempre despertam a atenção do público leitor em geral, independentemente da simpatia ou do interesse pelas teorias científicas invocadas e examinadas.

De mais a mais, a verdade, do ponto de vista coletivo é tema atual e latente, não apenas na sociedade brasileira, por força da criação da Comissão Nacional da Verdade, mas no contexto internacional. Basta mencionar: a notícia de que os fundamentos para a mais recente invasão ianque ao Iraque (existência de armas de destruição em massa) revelaram-se inverídicos; o *vatileaks*, episódio de veiculação de documentos sigilosos oriundos da Santa Sé; o vazamento pela organização *Wikileaks* de mais de duzentos e cinquenta mil documentos confidenciais do governo norte americano.

Por fim, também justifica a análise ora preambulada a ausência de obras - ao menos, de que se tenha notícia - que abordem especificamente as dimensões mencionadas, notadamente no que diz respeito às aproximações entre as “verdades” das comissões da verdade e as verdades das teorias tradicionais acerca da verdade.

## 1. DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Embora as transições democráticas, ao longo das últimas décadas, tenham sido objeto de grande quantidade de estudos, o termo justiça de transição é de recente cunhagem; surgiu com o fim da década de 1980, a partir da constatação de que as transições transcorridas nessa década fracassaram na reimplantação do Estado de Direito<sup>1</sup>.

A doutrina é consensual em apontar que a justiça de transição tem aplicabilidade naquelas situações de câmbio entre um regime autoritário que perpetrava abusos aos direitos humanos e um ambiente político institucional favorável à proteção aos referidos direitos e ao acerto de contas com o passado<sup>2</sup>. Há quem entenda, por outro lado, que a concepção de justiça transicional se aplica aos “processos de paz dentro de um conflito em curso e/ou de uma democracia formal”, de forma que a mudança de regime e o fim do conflito não seriam elementos essenciais à aplicabilidade da justiça de transição<sup>3</sup>. Assim, no aspecto temporal, pode abranger período ainda da vigência do regime ofensivo aos direitos humanos ou do conflito social, até o momento em que a sociedade, já munida de instituições substancialmente democráticas, julgue suficientemente esclarecidas e sanadas as questões que o regime suscitou.

O relatório do Secretário Geral da Organização das Nações Unidas, por ocasião da discussão sobre o papel da entidade no estabelecimento da justiça nas sociedades em transição pós-conflito (2003), definiu a justiça de transição como: *“the full range of processes and mechanisms associated with a society’s attempts to come to terms with a legacy of large-scale past abuses, in order to ensure accountability, serve justice and achieve reconciliation”*.<sup>4</sup> Para outros, o tema abrange “as questões morais, políticas e de jurisprudência que emergem quando um governo envolvido em violações de direitos humanos é sucedido por um regime mais inclinado a respeitar esses direitos”<sup>5</sup>. Pereira, por sua vez, entende que se trata de “medidas tomadas após o término de um regime autoritário para tratar das violações dos

<sup>1</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. ISBN 978-85-203-3922-0, p. 9.

<sup>2</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Conselho de Segurança - The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. [Em linha]. Nova Iorque: United Nations, 2004. [Consult 15 set. 2012]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.unrol.org/files/S\\_2011\\_634EN.pdf](http://www.unrol.org/files/S_2011_634EN.pdf)>, p. 4. BRANTS, Chrisje; HOL, Antoine; SIEGEL, Dina (org.) – **Transitional justice: images and memories**. Farnham: Ashgate Publishing Limited. ISBN 978-1-4094-3886-1, p. 186.

<sup>3</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 27, 28.

<sup>4</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Conselho de Segurança - The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies, p.4.

<sup>5</sup> AMBOS, Kai [et al.] – **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**, p. 9, 23.



direitos humanos cometidas no passado”<sup>6</sup>. Por fim, Piovesan dá enfoque mais jurídico ao tema, ao estipular que a "justiça de transição compreende: o direito à verdade; o direito à justiça; o direito à reparação; e reformas institucionais.”<sup>7</sup>

Talvez por força da juventude do termo, não haja uniformidade acerca da essência do instituto da justiça de transição, vagamente definido como processos, mecanismos, questões, medidas, reformas e direitos. Por outro lado, ao definir a justiça de transição, para já se incorre no inconveniente de delimitá-la<sup>8</sup>, privando-lhe, se calhar, de uma abrangência mais adequada às suas finalidades. Não obstante, algumas aproximações entre os aspectos já aduzidos da justiça de transição e a concepção de Paulo Ferreira da Cunha acerca das dimensões de justiça revelam-se úteis para a compreensão dos diversos prismas da justiça de transição.

Assim, na concepção do jurista lusitano, a justiça comporta três dimensões: ontológica; ética; e metodológica. A primeira diz respeito à essência do Direito. A dimensão ética, por sua vez, consiste no valor, na virtude<sup>9</sup>. A menção aos valores remete ao significado de justiça indicado por Abbagnano, que a identifica como a eficiência das normas em concretizar determinados objetivos fundamentais ou valores absolutos. Esses valores que as normas devem concretizar são, grosso modo: felicidade (Aristóteles); bem comum (Santo António)<sup>10</sup>; utilidade (Bentham); liberdade (Kant); paz (Hobbes) etc<sup>11</sup>.

Ainda no que tange à dimensão ética, a concepção aristotélica de justiça geral<sup>12</sup> consiste na virtude acima referida<sup>13</sup>, o que revela uma forte conexão entre as lições do estagirita e a referida dimensão da justiça.

---

<sup>6</sup> PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. ISBN 9788577531202, p. 25.

<sup>7</sup> PIOVESAN, Flávia – **Lei de anistia, sistema interamericano e o caso brasileiro**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.]- Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. ISBN 8520339220, p. 85.

<sup>8</sup> Acerca do inconveniente de se definir Direito e Justiça, consultar: CUNHA, Paulo Ferreira da - **Justiça e direito: viagem à tribo dos juristas**. Lisboa: Quid Iuris, 2010. ISBN 9789727245208, p. 143, 147.

<sup>9</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da - **Justiça e direito: viagem à tribo dos juristas**, p. 147.

<sup>10</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da - **Justiça e direito: viagem à tribo dos juristas**, p. 146.

<sup>11</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. ISBN 85-230-0308-8, p. 683, 684.

<sup>12</sup> Ou “generalíssima”, para Paulo Ferreira da Cunha (CUNHA, Paulo Ferreira da – **Síntese de Filosofia do Direito**. Coimbra: Almedina, 2009, ISBN 978-972-40-3859-9, p. 220. CUNHA, Paulo Ferreira da – **Filosofia do Direito**. Coimbra: Almedina, 2006, ISBN 972-40-2914-X, p. 373).

<sup>13</sup> ARISTÓTELES – **Ética à Nicômaco**. In MORRIS, Clarence (org.) - Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito. São Paulo: Martins Fontes, 2002. ISBN 85-336-1510-8, p. 7. Acerca das justiças geral e particular, conferir também: ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 683. BRUGGER, Walter - **Dicionário de filosofia**. 3ª.ed. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1977. ISBN 8525424348, p. 243. CUNHA, Paulo Ferreira da – **Filosofia do Direito**, p. 371-373, 713. JOLIVET, Régis - **Vocabulário de filosofia**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1975, ISBN ?, p.

A dimensão fáctica ou metodológica diz respeito ao “modo-se-ser da Justiça”; identifica-se, assim, com a definição aristotélica de justiça particular - conferir a cada pessoa o que lhe é devido<sup>14</sup>. Esse conceito de justiça, por seu turno, ecoou na concepção de Ulpiano, que definiu a justiça como “vontade constante e perpétua de dar a cada um o que é seu” (*suum cuique tribuere*)<sup>15</sup>. Santo António também foi influenciado pelas noções clássicas acima referidas, tendo definido justiça como o hábito do espírito de dar a cada um a respectiva dignidade, observado o bem comum<sup>16</sup>.

Volvendo à lição de Ulpiano, o conceito de justiça defendido pelo jurisconsulto corresponde a uma das suas três fórmulas de deveres do Direito. As demais fórmulas são: “viva corretamente” (*honeste vivere*) e “não faça mal a ninguém” (*neminem laedere*). Enquanto esta última tem estreita conexão com as finalidades de reparação e punição pelos abusos aos direitos humanos, aquela apregoa a retidão jurídica e sua manifestação é prenhe da noção de dignidade da pessoa humana, quando pontifica: “Não faça de si mesmo um mero Meio para o uso de outros, mas seja para eles também um Fim”. O preceito restante trata da ilicitude de atos e omissões que causem dano a outrem<sup>17</sup>.

O preceito *honeste vivere* de Ulpiano, que rejeita a concepção do homem como meio, vem a calhar e se revela importante na compreensão da justiça de transição, posto que o postulado da dignidade da pessoa humana, implícito no referido preceito, é o manancial donde emanam os direitos humanos<sup>18</sup> que a justiça de transição se propõe a proteger e desenvolver, conforme indicam as experiências internacionais e a doutrina. Em que pese a ausência de um valor supremo comum a todas as democracias ou de uma hierarquia de valores que suplante as fronteiras culturais, as sociedades em transição costumam substituir os

---

131. SILVA, De Plácido e - **Vocabulário Jurídico**. 28ª ed. Rio de Janeiro: 2009. ISBN 8530927427, p. 810, 811. SIDOU, J. M. OTHON - **Dicionário Jurídico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. ISBN 9788521804413, p. 490. DINIZ, Maria Helena - **Dicionário Jurídico**. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. ISBN 8502038702, p. 42. KANT, Immanuel - **A doutrina do direito**. In MORRIS, Clarence (org.) - Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito. São Paulo: Martins Fontes, 2002. ISBN 85-336-1510-8, p. 245. KLATAU FILHO, Paulo - **O direito dos cidadãos à verdade perante o poder público**, p. 47.

<sup>14</sup> “Justice is a virtue wich assigns to each man his due in conformity with the law.” (ARISTÓTELES – **Rhetoric**. In *The aristotle collection: 29 classic works*. Seattle: Amazon Digital Services, 2012. ISBN ?, p. 47456). CUNHA, Paulo Ferreira da – **Síntese de Filosofia do Direito**, p. 247.

<sup>15</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da – **Síntese de Filosofia do Direito**, p. 247. ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 683. KANT, Immanuel - **A doutrina do direito**. In MORRIS, Clarence (org.) - Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito, p. 242.

<sup>16</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da - **Justiça e direito: viagem à tribo dos juristas**, p. 140.

<sup>17</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da – **Síntese de Filosofia do Direito**, p. 247. ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 683. KANT, Immanuel - **A doutrina do direito**. In MORRIS, Clarence (org.) - Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito, p. 242.

<sup>18</sup> MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira – **Hermenêutica e unidade axiológica da Constituição**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. ISBN 85-87054-37-6, p. 136.

objetivos coletivos, impostos pelo Estado autoritário aos indivíduos, por valores que colocam o homem como fim em si mesmo e conferem ao Estado o papel de guardião e fomentador da dignidade humana e das instituições democráticas.

Assim, o preceito consagrado por Ulpiano foi adotado como um dos deveres do direito por Kant<sup>19</sup>, em cuja obra jaz uma das mais recorrentes menções à dignidade da pessoa humana, da qual se abeberaram os filósofos, juristas e constituintes da segunda parte do século XX ao resgatar o homem ao centro das sociedades em transição. No pensamento desse filósofo, o homem excede de tudo o que mais existe, na medida em que tem liberdade no exercício da razão prática para construir uma personalidade que é única, sem equivalente:

“No reino dos fins, tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem preço pode ser substituída por algo equivalente; por outro lado, a coisa que se acha acima de todo preço, e por isso, não admite qualquer equivalência, compreende uma dignidade [...] o que se faz condição para alguma coisa que seja fim em si mesma, isso não tem simplesmente valor relativo ou preço, mas um valor interno, e isso quer dizer dignidade.”<sup>20</sup>

Assim, ante a necessidade de preservar a dignidade do homem de incursões provenientes da maioria parlamentar, os objetivos que a sociedade identifica como fundamentais ao processo de transição não devem violar o postulado da dignidade da pessoa humana, ainda que a consagração dos referidos objetivos tenha respeitado o princípio democrático.

Nesse contexto político-constitucional de transição social, em que os indivíduos deixam de ser considerados meras partes<sup>21</sup> de um projeto estatal<sup>22</sup>, passando a ocupar o centro de um ordenamento jurídico que alberga valores fundamentais, Paulo Ferreira da Cunha identifica uma “nova pirâmide jurídico-axiológica”, onde os valores (e sua dimensão subjetiva, as virtudes) figuram no cume, seguidos dos “Mega-Princípios” ou “Princípios-tópicos”, que, por sua vez, concretizam-se em normas, que estatuem direitos e deveres<sup>23</sup>.

---

<sup>19</sup> KANT, Immanuel - **A doutrina do direito**, p. 242.

<sup>20</sup> KANT, Immanuel - **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2004. ISBN 9788572325479, p. 65.

<sup>21</sup> “No totalitarismo, o princípio fundamental, a norma da moralidade é a supremacia absoluta do coletivo. É o ponto de partida e o ponto de chegada; o valor central, único e absoluto. O singular vem do coletivo, nele vive e a ele se dirige. Sua pertença ao coletivo é onimoda. O singular com sua liberdade, valor e dignidade, de si, não vale nada; vale, somente, enquanto serve ao coletivo, do qual promana sua dignidade. A pessoa, consequentemente, é função, meio, parte, instrumento.” (MARTINS, Antônio Colaço - **Metafísica e ética da pessoa: a perspectiva de Emmanuel Mounier**. Fortaleza: [s.n.], 1997. ISBN ?, p.133-135).

<sup>22</sup> Não raro, desenhado pelas elites que galgam poder político.

<sup>23</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da – **Síntese de Filosofia do Direito**, p. 36.

Assim, o postulado da dignidade da pessoa humana e outros valores (paz, justiça, no sentido retributivo, verdade etc) compõem o vértice da pirâmide, que remete, outrossim, à dimensão ética da justiça e, sob o prisma subjetivo, à concepção aristotélica de justiça geral. Os valores, como visto, desdobram-se em princípios, que, por sua vez, são concretizados por normas. Estas são, precisamente, os títulos jurídicos (leis, contratos, testamentos, atos unilaterais de vontade etc)<sup>24</sup> que estabelecem o critério para se determinar - na esteira das concepções de justiça de Aristóteles, Ulpiano e Santo António - a quem é devido determinado bem ou direito e, ao mesmo tempo, tornam explícita a ligação entre valores (verdade, paz, justiça) e deveres do Estado, no âmbito da justiça de transição (buscar a elucidação dos fatos, promover a reconciliação, e punir os perpetradores de violações aos direitos humanos).

Os deveres do Estado figuram, portanto, na base da referida pirâmide e emanam dos valores que cada sociedade elege como fundamentais. A doutrina e a Amnistia Internacional<sup>25</sup> indicam os seguintes deveres fundamentais do Estado, no contexto da justiça de transição: “1) apurar a verdade dos fatos; 2) indenizar as vítimas e seus familiares; 3) punir os autores de tais crimes”<sup>26</sup>.

O dever de apurar a verdade dos factos, no contexto da justiça de transição, consiste em esclarecer os factos acerca das violações de direitos humanos deflagradas pelo regime em processo de superação. No entendimento da Amnistia Internacional, o dever de apurar a verdade dos factos impõe ao Estado a obrigação de disponibilizar informações sobre causas e circunstâncias das violações; andamentos e resultados das investigações; e paradeiro das vítimas<sup>27</sup>.

Ao dever em questão corresponde o direito à verdade, que assume duas vertentes. No seu viés coletivo e social<sup>28</sup>, busca garantir que a sociedade tenha à sua disposição os dados necessários ao desenvolvimento das instituições democráticas<sup>29</sup>, posto que a história revela

---

<sup>24</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da – **Síntese de Filosofia do Direito**, p. 114, 146, 247.

<sup>25</sup> AMNISTIA INTERNACIONAL, Secretariado Internacional – Verdad, justicia y reparación. Creación de una comisión de la verdad efetiva. [Em linha]. Londra: Amnistia Internacional (EDAI), 2007. [Consult. 30 nov. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.amnesty.org/en/library/asset/POL30/009/2007/en/7d5d5956-d38a-11dd-a329-2f46302a8cc6/pol300092007es.pdf>>

<sup>26</sup> COMPARATO, Fábio Konder – Que fizeste de teu irmão? Folha de São Paulo. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723.

<sup>27</sup> AMNISTIA INTERNACIONAL, Secretariado Internacional – Verdad, justicia y reparación. Creación de una comisión de la verdad efetiva.

<sup>28</sup> PIOVESAN, Flávia – **Lei de anistia, sistema interamericano e o caso brasileiro**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.]- Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Derechos Humanos83, 84.

<sup>29</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 44. AMNISTIA INTERNACIONAL, Secretariado Internacional – Verdad, justicia y reparación. Creación de una comisión de la verdad efetiva.

que a maturidade das democracias costuma ser resultado da capacidade de encarar as experiências de forma crítica e construtiva. No seu caráter particular, o direito à verdade busca dar ciência às vítimas ou aos seus familiares de todas as informações pertinentes à violação individual em questão. Trata-se de norma consuetudinária e princípio geral do direito<sup>30</sup>, presente na jurisprudência dos organismos regionais (Corte Interamericana de Direitos Humanos) e internacionais (Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas), bem como em declarações como o Conjunto de Princípios Atualizados para a Luta contra a Impunidade e os Princípios Básicos sobre o Direito a Interpor Recursos e Obter Reparações<sup>31</sup>.

O dever de indemnizar as vítimas e familiares é mais amplo do que a mera compensação pecuniária. Nesse sentido, a expressão dever de “oferecer reparação adequada”<sup>32</sup>, parece traduzir com mais acuidade a amplitude do instituto. A Amnistia Internacional entende que esse dever implica na obrigação do Estado de “*dar reparación plena y efectiva a las víctimas y a sus familiares en sus cinco formas: restitución, indemnización, rehabilitación, satisfacción y garantías de no repetición.*”<sup>33</sup> Às obrigações acima correspondem os direitos à “restituição plena”; à compensação pecuniária ou indemnização (artigo 75 do Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional); à reabilitação (atenção médica, psicológica; serviços jurídicos de assistência social); às “garantias de não repetição” e a outras ações que tenham como escopo o reconhecimento do *status* de vítima<sup>34</sup>.

No que diz respeito ao dever de punir os autores das violações aos direitos humanos, trata-se de dever correlato ao direito à justiça, que impõe as obrigações estatais de oferecer proteção judicial; garantir acesso ao sistema judiciário, com efetiva apuração dos factos e real possibilidade de condenação dos autores; e dar acesso a espaço público alternativo, no qual a vítima, agora oficialmente amparada pelo Estado, possa confrontar seus algozes. Esta última obrigação consiste em conferir à sociedade como um todo e às vítimas, em particular, um

---

<sup>30</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 45.

<sup>31</sup> AMNISTIA INTERNACIONAL, Secretariado Internacional – Verdad, justicia y reparación. Creación de una comisión de la verdad efectiva.

<sup>32</sup> MENDEZ, J.E. – Accountability to past abuses. [Em linha]. Notre Dame: Kellogg Institute for International Studies, 1996. [Consult. 20 out. 2012]. Disponível em WWW:<URL: <http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/233.pdf>>

<sup>33</sup> AMNISTIA INTERNACIONAL, Secretariado Internacional – Verdad, justicia y reparación. Creación de una comisión de la verdad efectiva.

<sup>34</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 46, 47.

meio de apurar responsabilidades alternativo ao processo judicial. A justiça restaurativa e as comissões da verdade são os principais meios alternativos à justiça penal retributiva<sup>35</sup>.

Para cumprir os deveres e dar efetividade aos direitos, a doutrina relata e indica a utilização de uma ampla gama de instrumentos, medidas<sup>36</sup>, mecanismos<sup>37</sup>, meios ou práticas<sup>38</sup> da justiça de transição, que podem ser oficiais ou não oficiais, conforme sejam ou não criados, acompanhados e controlados pelo Estado.

Os mecanismos não estatais são protagonizados pela sociedade civil organizada (Igreja Católica, organizações de defesas de direitos humanos, entre outras), bem como por organismos internacionais (Organização das Nações Unidas, Anistia Internacional etc) e assumem a forma, exemplificativamente, de: serviços de assistência psicológica, jurídica e médica para vítimas de abusos de direitos humanos e seus parentes; investigação independente das violações aos direitos humanos (“Brasil, Nunca Mais”<sup>39</sup>, por exemplo); promoção de seminários para fomentar a discussão sobre o assunto; julgamentos perante cortes internacionais; expressões artísticas<sup>40</sup> etc.

Por sua vez, os instrumentos oficiais, advindos ou não de processo legislativo, podem tomar a forma, por exemplo, de: monumentos<sup>41</sup> construídos em homenagem às vítimas das violações; reforma das instituições militar e judiciária; afastamento dos responsáveis pelas violações do comando de instituições públicas; instituição de comissões de anistia e para investigação do paradeiro de desaparecidos políticos; abertura de arquivos ao público; reconhecimento da responsabilidade estatal por atrocidades cometidas; e, notadamente, instituição de comissões da verdade para investigar abusos aos direitos humanos cometidos no passado<sup>42</sup>.

---

<sup>35</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 29, 43.

<sup>36</sup> WEICHERT, Marlon Alberto – **A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade**. In GOMES, Luís Flávio [et al.] – Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. ISBN 8520339220, p. 231.

<sup>37</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**. Vancouver: UBC Press, 2010. ISBN 978-0-7748-1846-9, p. 34.

<sup>38</sup> ROTHENBERG, Daniel - **Memory of Silence: The Guatemalan Truth Commission Report**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012. ISBN 978-0230340244, p. XXIV.

<sup>39</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 70.

<sup>40</sup> BRANTS, Chrisje; HOL, Antoine; SIEGEL, Dina – **Transitional justice: images and memories**, p. 207, 418.

<sup>41</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 116, 117. ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth commission report**, p. 196, 222.

<sup>42</sup> HAYNER, Priscilla B. - **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2002, ISBN 0-203-90345-5, p. 5.

As comissões da verdade são, assim, um dos principais mecanismos<sup>43</sup> da justiça de transição<sup>44</sup>, na medida em que suas finalidades se compaginam com os objetivos que a sociedade, democraticamente organizada, identifica como fundamentais ao processo de transição.

Esclarecida a relação entre a justiça de transição e as comissões da verdade em geral, parte-se agora para o estudo da justiça de transição no bojo dos processos brasileiros de democratização.

## **2. DA JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO NOS PROCESSOS DE DEMOCRATIZAÇÃO APÓS AS DITADURAS DE GETÚLIO VARGAS (1937 A 1945) E MILITAR (1964 A 1985)**

A análise das causas dos golpes de Estado varguista (1937) e militar (1964) e das características da Ditadura<sup>45</sup> Militar, implantada a partir do *coup d'état*, com estudo das graves violações de direitos humanos cometidas durante o mencionado período é etapa propedêutica ao estudo da Comissão Nacional da Verdade. Primeiramente, porque se entende que a comissão da verdade brasileira resulta do processo brasileiro de transição do regime autoritário para a democracia, sendo uma manifestação da justiça de transição. Uma exposição minimamente fundamentada acerca da comissão brasileira não poderia prescindir, portanto, de elementos históricos fundamentais, que contextualizassem, histórica e juridicamente, o seu surgimento e relacionassem a comissão a outros instrumentos da justiça

---

<sup>43</sup> TEITEL, Ruti G. – **Transitional justice**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2000, ISBN 0-19-510064-6, p. 79.

<sup>44</sup> ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. XXIV. QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth comissions in Uganda and Haiti**, p. 34, 144. Ver também o item 4 da Exposição de Motivos do projeto de lei de criação da Comissão Nacional da Verdade (SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; MINISTÉRIO DO ESTADO DA DEFESA; MINISTÉRIO DO ESTADO DA JUSTIÇA; MINISTÉRIO DO ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS n.º 14 / 2010 SDH-PR/MD/MJ/MP**. [Em linha] Brasília: Imprensa Nacional, 2010 Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2010/14%20-%20SDH%20MD%20MJ%20MP.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2010/14%20-%20SDH%20MD%20MJ%20MP.htm)>, em anexo).

<sup>45</sup> Faz-se uso, *cum grano salis*, da concepção moderna de ditadura perfilhada por BOBBIO: “... a Ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais: se instaura de facto ou, em todo o caso, subverte a ordem política preexistente. A extensão do seu poder não está predeterminada pela Constituição: seu poder não sofre limites jurídicos. E, embora algumas Ditaduras modernas tendam ainda a se auto-representar como ‘temporárias’, sua duração não está antecipadamente fixada: a sua permanência, como a de qualquer outro regime político, depende das vicissitudes da história.” (BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco - **Dicionário de política**. 4ª.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. ISBN 85-230-0309-6, p. 368, 369, 371, 372). No mesmo sentido, W. Pereira (PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 26). A despeito do verniz de legalidade e respeito pelas instituições democráticas (Poder Judiciário, notadamente), a edição de Atos Institucionais com hierarquia supraconstitucional, as cassações de parlamentares e a oportunista manipulação das regras eleitorais denunciam a ausência de limites legais, o abandono do Estado de Direito.

de transição, a exemplo da amnistia, do reconhecimento da responsabilidade estatal pelas violações a direitos humanos, das reparações às vítimas e famílias de vítimas etc.

Ademais, o diploma que criou a Comissão Nacional da Verdade (Lei nº 12.528/2011, em anexo) definiu como finalidade (artigo 1º) o exame e esclarecimento das “graves violações de direitos humanos praticadas no período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988), razão pela qual se impõe o estudo das “graves violações aos direitos humanos” (âmbito material do objeto da comissão brasileira) que ocorreram durante o período que sucedeu a Ditadura de Getúlio Vargas (1937 a 1945) até a promulgação da Constituição Federal de 1988 (âmbito temporal do objeto da comissão da verdade brasileira).

A experiência indica que, via de regra, quanto maior é a participação das antigas elites, menor é a quantidade de instrumentos da justiça de transição e esses têm menos eficácia<sup>46</sup>. Dessa forma, quando as forças políticas em decadência logram, com respeito às normas democráticas, representação relevante nas instâncias legislativas e mantêm estreitos laços com as demais instituições de poder (Poderes Judiciário e Executivo), alguns dos objetivos fundamentais acabam por expressar os interesses dessas elites. Daí, alguns ordenamentos jurídicos e tribunais conceberem a paz e a reconciliação como objetivos fundamentais ou valores prioritários da transição democrática, em detrimento da verdade e da justiça (no sentido de acerto de contas com o passado). Nesse contexto, os direitos à verdade e à justiça costumam ser afetados negativamente.

Não se defende que o modo de transição democrática tenha o condão de determinar, *per se*, as características do novo regime político superveniente, tampouco que seja capaz de definir o perfil da justiça de transição a ser adotado, posto que se trata de factor essencialmente político, expressão dos factos económicos e sociais que determinam o enredo do processo de transição<sup>47</sup>. Não obstante, o estudo dos modos de transição, em especial, dos processos de transição que sucederam a Ditadura de Vargas (1937-1945) e a Ditadura Militar

---

<sup>46</sup> LEVINSON, Sanford - **Trials, commissions, and investigating committees: the elusive search for norms of due process**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] - **Truth v. justice: the morality of truth commissions**. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 3368. No mesmo sentido: “o modo de transição, definido em termos da identidade dos atores que conduzem o processo de transição e as estratégias que empregam, determina a natureza do regime político resultante e das políticas pós-transição ao afetar o padrão de competição entre as elites, as regras institucionais criadas durante o período de transição, e a disposição do atores-chaves a aceitar ou rejeitar as novas regras do jogo” MUNCK, Gerardo L.; LEFF, Carol Skalnik - Modos de transição em perspectiva comparada. *Lua Nova*. [Em linha]. nº 40/41 (1997) p. 69-95. [Consult. 25 ago. 2012]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451997000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000200004&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0102-6445.

<sup>47</sup> MUNCK, Gerardo L.; LEFF, Carol Skalnik - Modos de transição em perspectiva comparada.



(1964-1985) permite uma melhor compreensão da justiça transicional no Brasil e, consequentemente, do contexto político e normativo em que surgiu a comissão da verdade brasileira.

## **2.1. Dos modos de transição democrática pós-ditaduras varguista e militar e dos instrumentos legislativos da justiça de transição no Brasil**

Entende-se por transição democrática o período entre um regime ditatorial<sup>48</sup> e uma democracia, processo que se considera “terminado quando o novo regime logra instituições regulares e uma constituição majoritariamente acatada e quando as novas autoridades conseguem impor sua supremacia aos militares ou às nomenclaturas que anteriormente detinham o controlo do aparelho estatal”<sup>49</sup>. Já a expressão modo de transição designa a forma como se dá o processo de transição acima referido<sup>50</sup>.

Para compreender o processo de transição brasileiro e o contexto que condicionou o surgimento dos instrumentos legais de justiça de transição, faz-se necessário percorrer os períodos ditatoriais a partir de dois prismas: a manutenção, *pro forma*, de instituições democráticas numa busca pela legitimação como Estado de Direito<sup>51</sup> e o controlo da elite militar sobre os processos de transição.

Quanto ao controlo da elite militar, adotam-se dois critérios para análise dos processos transicionais brasileiros: “identidade do principal agente impulsionador da mudança” e “grau de controlo que antigos governantes exercem sobre o processo de transição”<sup>52</sup>. O primeiro critério permite analisar se o principal agente da transição são as elites dentro da estrutura do poder, as contra-elites que desafiam as elites ou uma combinação entre esses sujeitos<sup>53</sup>. O segundo critério analisa a conduta dos agentes envolvidos na condução da transição, de forma a averiguar a intensidade do controlo que os dirigentes do regime em decadência impõem à transição.

---

<sup>48</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco – **Dicionário de política**, p. 372.

<sup>49</sup> VITULLO, Gabriel E. – Transistologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. ISSN 0104-4478, p. 53.

<sup>50</sup> MUNCK, Gerardo L.; LEFF, Carol Skalnik - Modos de transição em perspectiva comparada.

<sup>51</sup> Entende-se por Estado de Direito aquele que se submete ao império da lei, observa a separação de poderes e respeita os direitos humanos.

<sup>52</sup> MUNCK, Gerardo L.; LEFF, Carol Skalnik - Modos de transição em perspectiva comparada. Conferir também: MONCLAIRE, Stéphane – Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. ISSN 0104-4478. p. 62.

<sup>53</sup> MUNCK, Gerardo L.; LEFF, Carol Skalnik - Modos de transição em perspectiva comparada.

Assim, a fim de perceber o contexto histórico que deu ensejo à criação da comissão da verdade brasileira, faz-se necessária uma breve exposição histórica, com enfoque na dinâmica entre os agentes que deram impulso às mudanças políticas, a partir da década de 1930.

O Brasil da Primeira República ou República Velha (1891 a 1930) era essencialmente rural<sup>54</sup> e tinha a economia voltada à exportação de bens primários, principalmente de café. Essa conjuntura econômica suscitou a ascensão de uma “oligarquia agro-comercial”<sup>55</sup>, com concentração de poder nas elites dos Estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Surgiu um centro de poder para defesa política de interesses agrário, exportador, comercial e importador<sup>56</sup>. Fomentada pelo “bloco de poder” e influenciada pela dominância britânica, nasceu a burguesia industrial brasileira<sup>57</sup>. A posição predominante dessas oligarquias, é mister esclarecer, deu-se à custa do afastamento temporário dos militares do poder conquistado com o golpe republicano e, de certa forma, mantido com a eleição de militares para a Presidência da República<sup>58</sup>.

O fortalecimento da classe industrial, que tinha interesses comuns aos da incipiente classe média brasileira, passou a entrar em colisão com os interesses das oligarquias agrárias, principalmente aquelas que convolveram o acordo denominado “política do café com leite”<sup>59</sup>. Os vetustos arranjos eleitorais<sup>60</sup> entravam em contradição com um Brasil cada vez mais urbano. As estruturas e a forma de acesso ao poder não atendiam os interesses das forças econômicas em ascensão, o que ficou evidente com os eventos desencadeados a partir das eleições presidenciais de 1929.

---

<sup>54</sup> “...mais de setenta por cento dos homens empregados trabalhavam na agricultura em 1920”. (SKIDMORE, Thomas – **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. ISBN 978-85-359-1770-3, p. 40.)

<sup>55</sup> DREIFUSS, René Armand - **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. ISBN 8532632327, p. 21.

<sup>56</sup> DREIFUSS, René Armand – **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 21.

<sup>57</sup> DREIFUSS, René Armand – **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 21.

<sup>58</sup> Desde a Proclamação da República (1889), os militares têm forte participação na vida política nacional. Basta lembrar que o ocaso do Império se deu a partir de golpe político-militar, consentido entre as elites e encabeçado pelas Forças Armadas. O referido *coup d'état* rendeu ao Marechal Deodoro da Fonseca a emblemática posição de primeiro Presidente da então República dos Estados Unidos do Brasil. O papel de intervenção nos processos políticos e na mediação de conflitos entre elites e contra-elites que as forças armadas desempenharam na transição republicana e noutros processos de transição brasileiros é um dos aspectos mais relevantes para o entendimento da justiça de transição no Brasil.

<sup>59</sup> Acordo entre as elites políticas dos Estados de São Paulo e Minas Gerais, com vistas a garantir que a hegemonia política, no âmbito nacional, recaísse sempre sobre um dos dois Estados. À época, os governos estaduais administravam as eleições e não se constrangiam em manipular os resultados das eleições com vistas a dar a vitória ao candidato indicado de comum acordo pelas elites políticas, esquema que denota, a um tempo, a importância das alianças com os governos estaduais para a garantia da eleição para a Presidência da República e a possibilidade de perpetuação no poder, em detrimento do princípio democrático. (SKIDMORE, Thomas – **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**, p. 36).

<sup>60</sup> SKIDMORE, Thomas – **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**, p. 36.

O Presidente Washington Luiz resolvera indicar outro paulista, Júlio Prestes, para concorrer às referidas eleições presidenciais. Mercê do apoio de dezassete dos vinte governos dos Estados, o candidato indicado saiu vitorioso das eleições, o que representou, a um tempo: a perpetuação das tradicionais relações de poder, a despeito da já apontada contradição com os interesses da burguesia industrial em ascensão e da classe média urbana; e o rompimento com as demais elites (novas contra-elites), insatisfeitas com a indicação presidencial, notadamente, as lideranças político-económicas dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, que se opuseram à indicação e apoiaram a candidatura de Getúlio Vargas.

A oposição, irredimida com a eleição de Júlio Prestes, supostamente resultado de fraudes no escrutínio, angariou apoio militar e conclamou as fileiras a marcharem rumo ao Rio de Janeiro (então Capital do Brasil), a partir do norte (Paraíba), oeste (Minas Gerais) e sul (Rio Grande do Sul). À míngua de apoio militar, o Presidente soçobrou ante a “Revolução de 1930”, movimento liderado pelo gaúcho Getúlio Vargas que deu fim ao período denominado “República Velha”.

A exemplo do que ocorreu na transição para a República, o papel das forças armadas é crucial, na medida em que o golpe se deu mediante a mobilização de efetivos militares que não encontraram resistência dos comandantes do Exército na Capital<sup>61</sup>. Estes, ao contrário, deram um ultimato para que o Presidente deixasse o cargo. Outro aspecto da intervenção militar consiste na assunção provisória da Presidência da República por uma Junta Militar, antes da posse de Getúlio Vargas, em 03 de novembro de 1930. Foi o primeiro triunvirato militar da história republicana brasileira.

Como sói ocorrer no Brasil, o golpe não representou mudança radical nas bases socioeconómicas do país, mas composição de interesses entre os centros de poder decadentes e ascendentes, de forma a evitar uma mudança que subvertesse o domínio dos meios de produção<sup>62</sup>. Com efeito, a principal característica do processo de transição inaugurado pela “Revolução de 1930”, bem como do processo de transição pós-ditadura Vargas (1937-1945), consiste na combinação de esforços entre as elites e contra-elites, em prol da manutenção da ordem económica capitalista, ameaçada por uma de suas mais tenebrosas crises (crise económica de 1929), no primeiro caso, e pela ascensão económica, política e ideológica do comunismo, no segundo caso.

---

<sup>61</sup> SKIDMORE, Thomas – **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**, p. 39.

<sup>62</sup> DREIFUSS, René Armand – **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 22.

Entrementes, o acordo político encetado entre os grupos de poder (burguesia industrial e setor agro-exportador), juridicizado pela Constituição de 1934, não logrou anular as divergências de interesses entre elites, tampouco teve o condão de aplacar os conflitos de classes, acirrados com a crise de 1929. Essa tensão, aliada ao papel que as Forças Armadas desempenharam em momentos de crise política, concorreram para o desenvolvimento de um modo de transição marcado pela “interferência contínua das Forças Armadas”<sup>63</sup>, no exercício de um “papel de árbitro da política nacional”<sup>64</sup> ou “papel de intermediário” entre os centros de poder<sup>65</sup>.

A burguesia industrial não aceitava se submeter ao resultado do jogo democrático, posto que as lideranças agrárias tinham, com o perdão da metáfora, raízes políticas profundas nos rincões do Brasil, o que traria resultados eleitorais desfavoráveis à classe em ascensão<sup>66</sup>. Apenas uma liderança forte poderia garantir que o país adotasse uma política de desenvolvimento industrial, daí a necessidade de manter Getúlio no poder. Reflexo dos conflitos de interesses económicos, o contexto político pós-Revolução de 1930 era altamente instável, conforme ilustram a “Revolução Constitucionalista de 1932”, a Intentona Comunista de 1935, as sucessivas declarações de Estado de Sítio e o constante temor à ameaça comunista. Todos esses elementos, potencializados pela divulgação do “Plano Cohen”<sup>67</sup>, corroboraram para a eclosão do golpe de Estado de 1937, que impediu a realização das eleições presidenciais e implantou a Ditadura Varguista conhecida por “Estado Novo”.

Interessa mais diretamente ao estudo da comissão da verdade brasileira analisar o processo de transição que sucede à Ditadura Vargas (1937-1945), identificando os agentes que impulsionaram a mudança e a intensidade de controlo que os líderes do regime decaído exercem sobre esse processo. Com a inauguração da Ditadura do Estado Novo, juridicizada pela Constituição “Polaca” de 1937, o Governo assumiu um papel de fomento à indústria nacional, mormente a partir do início da Segunda Guerra Mundial, quando se fez necessário e conveniente adotar o modelo de substituição das importações. A política de incentivo à indústria teve como consequência a participação no aparelho estatal de membros da classe

---

<sup>63</sup> “A intervenção do aparelho burocrático-militar na vida política assegurava a coesão do sistema, ao mesmo tempo em que se tornava um factor de perturbação nas tentativas de uma institucionalização política a longo prazo.” (DREIFUSS, René Armand – **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 23).

<sup>64</sup> SKIDMORE, Thomas – **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**, p. 39.

<sup>65</sup> DREIFUSS, René Armand – **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 23. SKIDMORE, Thomas – **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**, p. 39.

<sup>66</sup> DREIFUSS, René Armand – **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 22.

<sup>67</sup> Suposto plano comunista para assumir o poder, que, a bem da verdade, foi elaborado pelo Capitão Olímpio Mourão Filho, para legitimar o novo golpe de Estado.

média, militares e empresários<sup>68</sup>. Ao mesmo tempo, Getúlio buscou controlar a força do proletariado através da relação de subordinação adotada entre Ministério do Trabalho e sindicatos, o que agradava a burguesia industrial e acalmava os ânimos da oligarquia agrária.

Ocorre que, tanto as elites (industrial, agro-exportadora e militar), quanto as contra-elites (massa de trabalhadores urbanos e rurais) – cujos interesses vinham sendo satisfatoriamente equacionados sob a mão de ferro do regime – passaram a rejeitar a organização social que o Estado impunha e as bases do regime começaram a ruir, acenando com o fim do Estado Novo.

Por força do interesse que as multinacionais passaram a manifestar em relação ao Brasil, as elites industriais – que, a essa época, haviam estreitado os laços com a oligarquia agrária – passaram a nutrir interesse pelo capital e tecnologia estrangeiros, posição que entrava em choque com a política nacionalista de Getúlio. Assim, o regime perdia o apoio das elites industriais.

A classe média, simpática ao discurso contrário ao fascismo e ao nazismo, passou a se opor ao autoritarismo da ditadura de Getúlio<sup>69</sup>.

Por outro lado, as precárias condições de vida da classe trabalhadora nos últimos anos da Segunda Guerra Mundial entraram em contradição com as ações populistas e paternalistas de Getúlio, ao tempo em que fortaleceram o sentimento da classe trabalhadora de que os sindicatos deveriam ter mais liberdade, o que só seria possível a partir do abandono do aparato repressivo do Estado Novo<sup>70</sup>.

A despeito da simpatia inicialmente expressa em relação ao fascismo<sup>71</sup>, o Governo brasileiro juntou-se aos Aliados contra o Eixo, posição que, além de desagradar os oficiais partidários do alinhamento à Alemanha e Itália, proporcionou o contato dos oficiais da Força Expedicionária Brasileira com o oficialato americano. Essa relação foi estendida para o pós-guerra, período no qual os oficiais brasileiros frequentaram cursos nos Estados Unidos, donde retornaram com novas ideias sobre a organização política, social e económica<sup>72</sup>. Algumas

---

<sup>68</sup> DREIFUSS, René Armand – 1964: **A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 24.

<sup>69</sup> DREIFUSS, René Armand – 1964: **A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 26.

<sup>70</sup> DREIFUSS, René Armand – 1964: **A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 26.

<sup>71</sup> Não apenas por parte de Getúlio e seus antigos correligionários integralistas, mas também pelos Generais Góes Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, que declararam afinidade com a Alemanha. (DREIFUSS, René Armand - 1964: **A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 26.)

<sup>72</sup> DREIFUSS, René Armand – 1964: **A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 26. As experiências vivenciadas durante a campanha da Força Expedicionária Brasileira em Itália, na Segunda Guerra Mundial, os cursos em instituições militares nos Estados Unidos, e no Brasil, com a fundação da Escola Superior de Guerra – inspirada na americana *National War College* – deram coesão aos militares, principalmente

dessas ideias entravam em choque com o regime político implantado por Getúlio. Ademais, o alinhamento antifascista no plano internacional entrou em contradição com a manutenção, no Brasil, de um regime ditatorial que flertava com o nazi-fascismo.

Assim como ocorreu na Guerra do Paraguai, que proporcionou aos militares entrar em contato com uma realidade republicana e fortaleceu sua imagem e poder no âmbito interno, a Segunda Guerra Mundial deu credibilidade, força política, motivação e poder às Forças Armadas para dar novo golpe de Estado e encerrar o Estado Novo, em 29 de outubro de 1945.

A deposição de Getúlio, cumpre esclarecer, não foi obra isolada das Forças Armadas, mas contou com o apoio de burguesia industrial, classe média, oligarquia agrária e empresas multinacionais, que se opunham à política nacionalizadora de Getúlio<sup>73</sup>. Assim, mais uma vez, não houve revolução<sup>74</sup> propriamente dita, posto que os agentes impulsionadores da mudança foram as elites que já detinham o poder económico. Foram, ademais, esses mesmos grupos dominantes que controlaram plenamente todo o processo de transição<sup>75</sup>.

Assim, a transição pós-Vargas, objeto dos estudos da comissão da verdade brasileira, assumiu a forma de “reforma negociada”<sup>76</sup>, dado que os grupos situacionistas controlaram a transição e, após a deposição de Vargas, mantiveram a hegemonia no poder. Reflexo desse acordo, bem como de um contexto internacional (Segunda Guerra Mundial) propício a ditaduras, não houve uma política de transição propriamente dita, com observância dos deveres fundamentais e adoção de instrumentos de transição relevantes. A principal expressão legislativa da justiça de transição do período entre ditaduras foi o Decreto Legislativo nº 18, de quinze de dezembro de 1961, que anistiou “os que participaram, direta ou indiretamente, de factos ocorridos no território nacional”, desde dezasseis de julho de 1934, até a promulgação da Emenda Constitucional nº 4, de dois de setembro de 1961 (também conhecida como Ato Adicional), inclusive trabalhadores, servidores, estudantes, jornalistas e convocados.

---

aos membros do alto oficialato, para intervir nos rumos políticos no Brasil. (SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, ISBN 8521903162, p. 22, 52).

<sup>73</sup> DREIFUSS, René Armand - **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 28.

<sup>74</sup> Seguindo o entendimento de Chiavenato, a “Revolução de 1930”, a deposição de Getúlio Vargas e a “Revolução Militar de 1964” não foram propriamente revoluções, posto que, no entendimento do autor: “Revolução é a ruptura radical da ordem estabelecida.” (CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe militar de 64 e a ditadura militar**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004. ISBN 85-16-04047-X, p. 9)

<sup>75</sup> AMBOS, Kai [et al.] - **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**, p. 11. “(...) a mesma elite que havia comandado o regime deposto permaneceu no poder após a destituição de Getúlio Vargas de seu cargo, e foi sob a direção dessa elite que as primeiras eleições nacionais foram promovidas. Além disso, a continuidade foi salientada pelo facto de a Constituição de 1946 haver deixado praticamente intacto o marco institucional do Estado Novo.” (DREIFUSS, René Armand - **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**, p. 28.)

<sup>76</sup> MUNCK, Gerardo L.; LEFF, Carol Skalnik - Modos de transição em perspectiva comparada.

As causas do Golpe Militar de 1964 remetem ao contexto internacional e doméstico do período que sucede a Ditadura de Vargas, a partir de dezoito de setembro de 1946, marco inicial do âmbito temporal de atuação da Comissão Nacional da Verdade (artigo 1º da Lei nº 12.528/2011).

No contexto internacional, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, assistiu-se ao crescimento da tensão entre Estados Unidos da América e União Soviética, nas dimensões política, militar, económica, social e ideológica. À míngua de um confronto armado direto entre as duas grandes potências do pós-guerra ocupantes dos polos dessa peleja, no período que se estende do final da Segunda Guerra até o ocaso da União Soviética (Guerra Fria), os países da América Latina – que não figuravam no epicentro da disputa pela hegemonia político-económica mundial – eram considerados peças estratégicas no tabuleiro global<sup>77</sup>.

No Brasil, com o retorno da democracia, Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), Getúlio Vargas (1951-1954) e Juscelino Kubitschek (1956-1961) lograram êxito nos escrutínios que se seguiram. As políticas económicas desses governos permitem inferir uma tensão entre modelos económicos, conforme o grau de autonomia que adotam em relação ao capital externo. Esse embate persiste no Governo Jan-Jan (Jânio Quadros - João Goulart) e exerce papel decisivo no Golpe Militar de 1964.

Tradicionalmente rivais na disputa pelo poder, o conservador partido União Democrática Nacional – UDN, do carismático Jânio Quadros, e o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB, partido do populista João Goulart, temiam, respectivamente, que a impopularidade da chapa encabeçada pelos udenistas e a ausência de apelo popular do Marechal Lott, indicado à Presidência pela coligação rival, inviabilizassem a conquista do poder executivo federal nas eleições presidenciais de 1960. Deu-se, assim, a pragmática união partidária que venceu as eleições e tomou posse em janeiro do ano seguinte, com Jânio e João Goulart, na presidência e vice-presidência, respectivamente.

Principalmente no que diz respeito à política externa, os rompantes de esquerda de Jânio lhe custaram o apoio político da sua base aliada, que passou a hostilizar o Presidente. Com Goulart em missão oficial na China, Jânio renunciou à Presidência, talvez com o propósito de que o ato fosse recusado e o Congresso lhe oferecesse plenos poderes para governar<sup>78</sup>.

---

<sup>77</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 48, 49, 50-57, 64, 65, 94. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo**, p. 20, 66, 67, 85-87.

<sup>78</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 15, 16, 17.

O facto é que João Goulart tinha ainda mais rejeição das forças políticas e económicas dominantes, por sua postura populista e paternalista em relação às classes populares, que suscitavam rejeição naqueles que temiam o comunismo. Na ocasião, Carlos Lacerda (Governador do Estado da Guanabara), apoiado por um senador e pelos três ministros militares, enviou um Projeto de Emenda Constitucional para impedir a posse do vice-presidente e alçar um general ao poder, pelo voto indireto. O projeto não foi aprovado pelo Congresso Nacional, que, sob a justificativa de evitar uma guerra civil fratricida e limitar os poderes de um Presidente, que era visto com desconfiança, mudou o sistema de governo para o parlamentarismo<sup>79</sup>.

A tensão que antecedeu a posse de João Goulart permeou o seu governo e exerceu forte influência no Golpe Militar de 1964. De um lado, a elite económica, aliada do capital estrangeiro e políticos da direita; do outro lado, políticos da esquerda populista, nacionalista e sindicatos. Às Forças Armadas - mais uma vez estribada em uma suposta neutralidade - restou o papel de mediador dos conflitos entre as elites e contra-elites<sup>80</sup>.

A bandeira principal do Governo de Jango eram as Reformas de Base, que contemplavam vários aspectos sociais e económicos da realidade nacional, com destaque para as áreas eleitoral<sup>81</sup> e agrária, esta última a mais polémica, posto que feria os interesses das elites políticas e agro-exportadora e soava como ofensa à sacralidade da propriedade privada, um dos dogmas do capitalismo<sup>82</sup>.

Longe de propósitos nobres, o novo Presidente e Leonel Brizola, seu maior aliado, desprezavam as instituições democráticas e flertavam com o golpismo<sup>83</sup>. Cientes do perigo da intervenção militar, buscavam apoio popular como forma de compensar a manifesta perda de apoio político.

O Governo de João Goulart, no plano económico, enfrentou inflação, desemprego, greves. Para conseguir financiamento internacional, acatou as exigências do Fundo Monetário

---

<sup>79</sup> O parlamentarismo foi, novamente, substituído pelo presidencialismo, em 06 de janeiro de 1963. Sobre o parlamentarismo em questão, consultar: CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 20, 71. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 31. PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 90.

<sup>80</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 23. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 25, 525.

<sup>81</sup> Mais de 80% da população não votava, o que contribuía para a ausência de representatividade do Congresso e para a perpetuação das elites económicas no poder. Daí a rejeição às reformas nesse particular (CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 21).

<sup>82</sup> O próprio Goulart era um grande latifundiário, o que evidenciava que as reformas propostas não pretendiam vilipendiar a propriedade das grandes propriedades rurais improdutivas.

<sup>83</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 23, 25, 27, 161.



Internacional, o que causou recessão, desemprego, e, no plano político, perda do apoio da sua base eleitoral - operários, sindicatos e trabalhadores rurais.

No quadro internacional, o interesse no alinhamento do Brasil ao capital estadunidense suscitou vigoroso apoio americano ao Golpe de Estado<sup>84</sup>, enquanto a União Soviética não se fez contundente no apoio às políticas interna e externa de João Goulart.

Por outro lado, a recusa do Presidente em punir militares de baixa patente por insurgências contra o alto comando<sup>85</sup> desagradou os membros da cúpula militar, que transferiram para as fronteiras do país justamente os sargentos que, supostamente, apoiariam um golpe da esquerda no país<sup>86</sup>. Ainda no âmbito das forças armadas, o contato que os oficiais da Força Expedicionária Brasileira tiveram com os militares americanos, por ocasião da Segunda Guerra Mundial, dado o seu caráter estratégico para a política externa americana, foi mantido por meio de cursos realizados por militares brasileiros em instituições militares americanas. Alguns desses militares, denominados “cartelistas”, fundaram a Escola Superior de Guerra, nos moldes da *National War College* americana<sup>87</sup>. Esses defendiam a livre iniciativa e a defesa contra a ameaça comunista, o que demandaria um governo forte, mas não necessariamente democrático<sup>88</sup>. Nos cursos ministrados em território americano, os oficiais brasileiros foram apresentados à ideia de que o inimigo não é apenas aquele que alinha forças bélicas para violar os limites territoriais da nação, mas, principalmente, o que apregoa, dentro do território, a perversão ou superação do sistema capitalista<sup>89</sup>. Mercê desse pensamento, as fronteiras externas – foco natural quando se pensa em atuação das forças armadas – foram substituídas pelas fronteiras ideológicas<sup>90</sup>. Assim, os inimigos não eram, necessariamente,

---

<sup>84</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 48, 49, 50-57, 64, 65, 94. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo**, p. 20, 66, 67, 85-87. PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 53, 107, 113, 116.

<sup>85</sup> Para mais informações sobre a crise de insubordinação hierárquica militar nesse período, conferir: MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. ISBN 978-85-203-3922-0, p. 141; CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 115, 116. KLEBER DA SILVA, Haiké R. - **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 22.

<sup>86</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 33.

<sup>87</sup> SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p.52. CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 155. PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 87.

<sup>88</sup> SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 52.

<sup>89</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 155. Conforme relata Pereira, após a Primeira Guerra Mundial e, notadamente, por força da revolução bolchevique de 1917, os Estados passaram a adotar uma postura mais autoritária, que privilegia a segurança nacional e equipara os inimigos externos aos internos. Essa ideia tomou ainda mais força após a Segunda Guerra Mundial (PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 81).

<sup>90</sup> CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 104.

invasores exóticos, mas aqueles que, internamente, não comungavam das ideias do Regime Militar. Essa concepção foi, após o golpe, consagrada no ordenamento constitucional (artigo 89 da Constituição de 1967), que atribuiu a todas as pessoas, naturais ou jurídicas, a responsabilidade pela segurança nacional<sup>91</sup>.

Os fundamentos ideológicos do golpe e do regime que o sucedeu começaram a ser desenhados, portanto, a partir da experiência brasileira nas escolas de formação militar americanas. Com efeito, a partir do início da Guerra Fria, os militares brasileiros substituíram, gradualmente, a ideia de nacionalismo pelas “razões de segurança”<sup>92</sup>, tendência que foi consignada na Doutrina da Segurança Nacional, base ideológica da ditadura militar, cujo principal articulador brasileiro foi o general Golbery do Couto e Silva, autor da obra “Geopolítica do Brasil”, criador do Serviço Nacional de Informações – SNI e assessor de vários presidentes militares. Segundo essa doutrina: a humanidade vive em perene estado de guerra entre o bem e o mal; o bem corresponde às democracias capitalistas ocidentais e o mal, ao socialismo soviético; nesse contexto, deve-se sacrificar o bem-estar em prol da segurança nacional; o Brasil deveria se aliar aos Estados Unidos da América (grande líder), para se tornar um “Estado-Barão”, *status* que lhe renderia uma posição dominante no Cone Sul<sup>93</sup>. A concepção manifestamente totalitária do Estado legitimava as violações de direitos humanos que tivessem como objetivo a manutenção da estabilidade política, o que revela a tendência maquiavélica<sup>94</sup> do regime.

Outras forças sociais de grande influência, como a imprensa e a Igreja<sup>95</sup> apoiaram aberta ou veladamente o golpe por receio da comunização do país ou temor de que seus interesses fossem desprezados por um governo populista.

Privado de apoio político e bélico, o governo Goulart sucumbiu, com o levante militar de 31 de março de 1964. No 1º de abril<sup>96</sup>, dezenove dias depois do comício em que Jango defendeu as suas reformas de base, os militares já haviam inaugurado o regime militar, que se estenderia por mais de vinte anos, até as eleições indiretas entre civis para a Presidência da República (1985). Os protagonistas do golpe justificaram-no como medida essencial para frustrar plano comunista e dar ensejo às reformas legais; retirar da cena política atores nocivos

---

<sup>91</sup> CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 104-105.

<sup>92</sup> CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 93.

<sup>93</sup> CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 88-94.

<sup>94</sup> KLATAU FILHO, Paulo – **O direito dos cidadãos à verdade perante o poder público**, p. 75, 76, 77, 80.

<sup>95</sup> CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 44, 45-47, 66, 184, 185. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 44, 57, 63, 109, 110, 120, 159, 273.

<sup>96</sup> Ironicamente, data conhecida como dia da mentira, no Brasil.

ao interesse nacional, conforme o juízo dos detentores do poder; defender a legalidade<sup>97</sup>; e combater o comunismo<sup>98</sup>. Enquanto estivessem presentes os motivos da sua deflagração, subsistiria a necessidade de um regime ditatorial. Convenientemente, a avaliação das circunstâncias para fins de convocação de novas eleições tocava apenas à cúpula militar e à base civil dominantes.

O contexto político e ideológico do *coup d'état* já acenava com as características económicas do regime implantado: abertura para o capital estrangeiro, notadamente o americano, sem protecionismo; revogação da lei de remessa de lucros para o exterior; permissão às empresas estrangeiras para exploração dos recursos minerais<sup>99</sup>; supervisão da política económica brasileira pelo principal credor, o governo americano<sup>100</sup>. No contexto da visão geopolítica adotada pelo governo militar, a subserviência ao capital americano era o justo preço a se pagar pela liderança política no Cone Sul<sup>101</sup>.

Desde o nascedouro, o regime militar se valeu do aparato repressivo estatal para impedir que as forças opositoras lhe ameaçassem a hegemonia. A implantação e manutenção de uma ditadura que adotava modelo económico mais benéfico aos opositores de Goulart<sup>102</sup> é o principal motivo para que os opositores e todos aqueles considerados nocivos ao regime fossem vítimas de violação aos direitos humanos. Por outro lado, do ponto de vista ideológico, a principal motivação para as violações aos direitos humanos no período objeto de estudo da comissão da verdade brasileira (1946 a 1988) reside na concepção já abordada, segundo a qual se vivia um momento de guerra e todos aqueles cujas ações, opiniões ou imagens não se harmonizassem com a ordem imposta eram considerados inimigos do regime. Parte-se da premissa equivocada de que o mundo atravessava um momento excepcional. Essa circunstância especial legitimaria atitudes mais enérgicas e radicais na repressão dos comportamentos “subversivos”, bem como autorizaria um “afrouxamento” dos direitos humanos.

---

<sup>97</sup> Manter a aparência de legalidade foi uma das preocupações constantes do regime militar brasileiro, circunstância que o diferencia, por exemplo, do autoritarismo argentino (PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 119).

<sup>98</sup> SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 45, 47, 90. MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos - **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**, p. 142, 143. GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; LENTZ, Rodrigo - Qual será a verdade do jeitinho brasileiro? Perspectivas sobre a CNV do Brasil. *Ciências Sociais Unisinos*. São Leopoldo. ISSN 2177-6229. (2012), p. 132.

<sup>99</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 106.

<sup>100</sup> SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 88.

<sup>101</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 127, 128, 129, 130. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 68, 69, 70-79, 88.

<sup>102</sup> Udenistas, militares, usineiros, grandes proprietários de terra etc.

Assim, tão logo eclodiu o golpe, sindicatos, ligas de camponeses e agremiações de cunho social foram violentamente dissolvidas e seus líderes encarcerados ou sumariamente executados<sup>103</sup>. Chiavenato e a própria Comissão Nacional da Verdade, em seu balanço de um ano de atividades, registam que, nos primeiros meses após o golpe, cerca de cinquenta mil pessoas foram detidas<sup>104</sup>.

As principais vítimas das violações aos direitos humanos foram organizações católicas (Juventude Universitária Católica – JUC e Ação Popular – AP, Ação Católica Brasileira – ACB), estudantis, de caridade, partidos políticos de esquerda, indígenas, camponeses<sup>105</sup>, líderes dos proletariados urbano e rural e sindicatos<sup>106</sup>. Há, também, registro de violações a direitos humanos por parte de alguns grupos armados de esquerda<sup>107</sup>.

Os órgãos de cúpula da Presidência da República, bem como o alto escalão das forças armadas definiam os rumos da política de repressão brasileira. A execução se dava pelos órgãos que compunham o sistema repressivo estatal<sup>108</sup> (Serviço Nacional de Informações – SNI, Centros de Operações de Defesa Interna – CODI's<sup>109</sup>, Departamentos de Operações de Informações – DOI's<sup>110</sup>, Polícia Federal, Departamentos de Ordem Política e Social – DOPS,

---

<sup>103</sup> SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 43, 44.

<sup>104</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 177. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade. [Em linha]. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2013 [Consult. 25 mai. 2013]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco\\_1ano.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco_1ano.pdf)>, p. 12.

<sup>105</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade, p. 13, 14.

<sup>106</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 115. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 56, 57, 64, 151, 261. PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 57.

<sup>107</sup> Os “justiçamentos”, execuções sumárias de membros da guerrilha suspeitos de traição, são o mais claro exemplo de violação de direitos humanos por grupos armados de esquerda. Sobre violação de direitos humanos por grupos de esquerda, consultar: MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 169, 185. GRECO, Heloisa Amélia – **Memória vs. Esquecimento, instituinte vs. Instituído: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita**. In KLEBER DA SILVA, Haike R. [et. al.] – A luta pela anistia. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 208

<sup>108</sup> Sobre a estrutura do sistema repressivo, consultar: BRASIL, Ministério da Justiça - Direito à memória e à verdade. [Em linha]. 1 ed. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007. ISBN 978-85-60877-00-3, p. 23.

<sup>109</sup> “Os Codi são órgãos já institucionalizados pelos grandes comandos do Exército. Eles foram criados em decorrência da responsabilidade atribuída aos comandantes militares da área do Exército.” (FONTELES, Cláudio – O Estado ditatorial. [Em linha]. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2012. [Consult. 26 nov. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.cnv.gov.br/integras/CNV%2013%20-%20o%20estado%20ditatorial%20militar.pdf>>). Trata-se de órgão de planejamento e coordenação. Ao lado dos DOI, os CODI eram a tradução institucional da Doutrina da Segurança Nacional, posto que se tratava de órgãos do exército responsáveis pela segurança interna.

<sup>110</sup> “O DOI é um órgão operacional do Codi, destinado ao combate direto às organizações subversivo-terroristas. Tem por missão desmontar toda a estrutura de pessoal dessas organizações, bem como impedir a sua reorganização.” (FONTELES, Cláudio – O Estado ditatorial.)

Centro de Informações da Marinha – CENIMAR, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - CISA etc). As violações estatais aos direitos humanos foram perpetradas, tanto pela alta cúpula governante – através, principalmente, dos Atos Institucionais – quanto pelos órgãos executores da política de segurança nacional. Os algozes, agentes do Estado ou que operavam com a conivência das autoridades, eram, principalmente: militares; policiais estaduais e federais; membros de milícias anticomunistas; milicianos particulares de grandes proprietários de terras, notadamente, na Região Nordeste; membros de gangues de usineiros; grupos paramilitares anticomunistas de São Paulo (Comando de Caça aos Comunistas e Movimento Anti-Comunista, entre outros)<sup>111</sup>.

As principais graves violações aos direitos humanos relatadas pela doutrina são: tortura<sup>112</sup>; execuções sumárias<sup>113</sup>; violência sexual<sup>114</sup>; banimento<sup>115</sup>; esterilização não consentida<sup>116</sup>; e terrorismo<sup>117</sup>. Nos seus vinte e um anos de vigência, estima-se que a ditadura tenha suscitado, em números aproximados, o desaparecimento forçado e morte de duzentos e oitenta e quatro a trezentos e sessenta e quatro pessoas<sup>118</sup>; e mais de trinta mil casos de tortura<sup>119</sup>.

---

<sup>111</sup> SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 44, 56-58, 180.

<sup>112</sup> CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 152-154, 171, 173-175, 177, 178, 180-187. SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 43, 44, 57, 58, 151, 159, 162, 179, 180, 181, 191, 206, 215, 239, 241, 249, 250, 258-263, 304-307. PEREIRA, Anthony W. – **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 31, 53, 54, 71, 222, 230, 231, 251. AMBOS, Kai [et al.] – **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**, p. 146, 148, 153, 154, 156, 157. KLEBER DA SILVA, Haiké R. [et. al.] – **A luta pela anistia**, p. 23, 69, 70, 211, 197, 198.

<sup>113</sup> PEREIRA, Anthony W. – **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 53, 56, 57, 71, 87. JARDIM, Tarciso Dal Maso – **O caso “Guerrilha do Araguaia” e a obrigação de tipificar e julgar o crime de desaparecimento forçado de pessoas**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.] – **Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. ISBN 8520339220, p. 105, 112-114, 122, 123. MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**, p. 146, 147, 150, 153, 154, 156, 157. GREEN, James N. – **Exilados e acadêmicos: a luta pela anistia nos Estados Unidos**. In KLEBER DA SILVA, Haiké R. – **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 158, 163.

<sup>114</sup> SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 181.

<sup>115</sup> PEREIRA, Anthony W. – **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 71. MEZAROBBA, Glenda – **Anistia e reparação: uma combinação imprópria**. In KLEBER DA SILVA, Haiké R. - **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 158.

<sup>116</sup> CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 145.

<sup>117</sup> CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 178, 179.

<sup>118</sup> PEREIRA, Anthony W. – **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 56.

<sup>119</sup> PIOVESAN, Flávia – **Lei de anistia, sistema interamericano e o caso brasileiro**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.] - **Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos** 81. Números bem menos expressivos do que os das ditaduras de Argentina, cuja *disposición final*, resultou no desaparecimento e morte de vinte a trinta mil pessoas; e Chile, cujo relatório Rettig registou de três a

Pese embora a sistemática violação a direitos humanos, desde os alvares da ditadura, os seus artífices zelaram pela manutenção das aparências de um Estado de Direito, com um governo forte, porém, supostamente respeitador da legalidade e das instituições democráticas. Ao contrário do que ocorreu noutros regimes sulamericanos frutos de golpes de Estado, os militares brasileiros não invocaram o Poder Constituinte Originário para, de forma ostensiva, subordinar os três Poderes da República às forças revolucionárias ou, simplesmente, agir abertamente à margem da lei. Em um rápido panorama, garantiu-se a hegemonia e o controlo do Poder Legislativo por meio de cassações de mandatos e mudanças na legislação eleitoral. Com isso, o resultado das eleições indiretas para a chefia do Poder Executivo Federal era mais produto das disputas internas da cúpula militar do que de acordo político no bojo do parlamento. Por outro lado, a legislação constitucional, infraconstitucional e os Atos Institucionais concentraram os poderes nas mãos da Presidência da República. Em relação ao Poder Judiciário, algumas peculiaridades do sistema jurídico brasileiro permitiram a aproximação desse poder à ditadura e propiciaram, a um tempo: a continuidade da atividade jurisdicional, ainda que de forma viciada, durante todo período de exceção; e a pouca efetividade do sistema penal na responsabilização dos agentes violadores de direitos humanos, já no período democrático.

A ânsia de dar uma aparência de legalidade remonta ao momento do golpe, quando o Presidente do Senado, ante à insuficiência de apoio político para conseguir o impedimento do Presidente Goulart <sup>120</sup>, optou por declarar o cargo vago, em 2 de abril, à míngua de qualquer amparo legal<sup>121</sup>. A estratégia de dar aparência de constitucionalidade ao golpe, que se buscou através da declaração de vacância acima noticiada, tinha por objetivo permitir a assunção à Presidência do General Castelo Branco. Isso porque, em caso de declaração de vacância dos dois cargos (Presidência e Vice-Presidência) na segunda metade do mandato, a Constituição de 1946 (§§ 1º e 2º, do artigo 79) previa a realização de eleições indiretas, pelo Congresso Nacional. Assim, após um período de Presidência interina do Presidente da Câmara dos Deputados, a chefia do Poder Executivo foi formalmente passada aos militares.

---

cinco mil pessoas nessa categoria (PEREIRA, Anthony W. – **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 56).

<sup>120</sup> SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 39. O artigo 88 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946, exigia o voto da maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados para a declaração de procedência das acusações de crimes comuns ou de responsabilidade, com o consequente julgamento pelo Supremo Tribunal Federal, no primeiro caso e pelo Senado Federal, no segundo.

<sup>121</sup> SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 46.

Os artifícios para dar um verniz de Estado de Direito ao regime gravaram todo o período autoritário. Assim, ao invés de fechar definitivamente o Congresso Nacional e admitir que a possibilidade latente de uso da força era o único fundamento do regime, a cúpula militar buscava, em princípio, aprovar suas demandas na instância parlamentar. Para assegurar maioria parlamentar ao governo nas casas legislativas, vários parlamentares tiveram seus mandatos cassados<sup>122</sup> e a legislação eleitoral sofria alterações oportunistas<sup>123</sup>. A adoção do bipartidarismo<sup>124</sup> e o retorno ao pluripartidarismo<sup>125</sup> são exemplo das estratégias utilizadas com vistas a manter a hegemonia governamental no parlamento. De mais a mais, havia sempre a pressão externa de fechamento do Congresso<sup>126</sup>, caso a conduta da Casa não seguisse a cartilha da ditadura. Quando, a despeito do escamoteamento do processo eleitoral e da pressão externa, o parlamento não respondia da forma esperada pelo regime, então o governo lançava mão dos Atos Institucionais. Assim, quando o governo Castelo Branco concluiu que o Congresso não conferiria à ditadura “os meios indispensáveis à obra de reconstrução econômica, financeira, política e moral do Brasil”<sup>127</sup>, tomou para si a função legislativa e editou o primeiro Ato Institucional, de 9 de abril de 1964, que, entre outras determinações: institucionalizou as eleições indiretas; aumentou os poderes do Executivo, conferindo poderes aos Comandantes em Chefe das forças armadas para suspender direitos políticos por dez anos e cassar mandatos legislativos, sem direito à apreciação judicial<sup>128</sup>; e reduziu as prerrogativas do poder legislativo.

O primeiro Ato Institucional manteve a Constituição de 1946 e as instituições democráticas, mas deixou claro que a legitimidade da “revolução” não emanava da Carta Política, tampouco do Parlamento, mas de si mesma, como manifestação do Poder

---

<sup>122</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 109, 110, 111, 118, 119. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 59-62, 64, 80 e ss, 93, 99, 100, 102, 113, 114, 135, 141, 163, 164, 166, 167, 227, 267, 333, 343, 369, 375, 396, 520. PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 32, 117. MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos - **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 145, 146.

<sup>123</sup> SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 395.

<sup>124</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 102, 103. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 105. DEL PORTO, Fabíola Brigante - **A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania**. In KLEBER DA SILVA, Haíke R. - A luta pela anistia. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 75. BRASIL, Ministério da Justiça – **Direito à memória e à verdade**, p. 23.

<sup>125</sup> SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 444.

<sup>126</sup> O que efetivamente veio a ocorrer, com a edição do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968.

<sup>127</sup> Trecho do primeiro Ato Institucional.

<sup>128</sup> Munido dessa prerrogativa, Castelo Branco cassou direitos políticos de personalidades, líderes sindicais, militares, intelectuais, entre outros.

Constituinte Originário, sob a titularidade do povo. Nos termos utilizados pelo próprio Ato, “(...) a revolução vitoriosa, como Poder Constituinte, se legitima por si mesma.” Convenientemente, os rumos da “revolução” eram decididos pela cúpula militar, cujo controlo estava em constante disputa<sup>129</sup> entre os “intelectuais moderados” ou “grupo da Sorbonne”<sup>130</sup>, liderados por Castelo Branco<sup>131</sup>, e a chamada “linha dura”, que ascendeu ao poder com Médici e inaugurou os chamados “anos de chumbo” no Brasil<sup>132</sup>, período de maior incidência de graves violações aos direitos humanos.

Em que pese o esforço em conferir legitimidade jurídica ao regime e dar respaldo legal às suas ações<sup>133</sup>, a bem da verdade, o Estado estava acima da lei<sup>134</sup>. Essa peculiaridade do regime brasileiro (autoritarismo com manutenção, *pro forma*, das instituições democráticas, na maior parte do tempo) garantiu uma maior interferência e controlo da elite militar no processo de transição, que foi, por esse motivo, moldado à luz dos interesses da cúpula castrense<sup>135</sup>.

A Constituição de 1946 – preservada até 1967, com as modificações autoritárias dos Atos Institucionais nº 1 (nove de abril de 1964), 2 (vinte e sete de outubro de 1965), 3 (cinco de fevereiro de 1966) – foi substituída pela Carta de 1967<sup>136</sup>, que conferiu ao regime burocrático-autoritário brasileiro um diploma constitucional mais condizente com a sua realidade e com os anseios da cúpula militar, na medida em que: centralizou os poderes na

---

<sup>129</sup> “As divergências [entre militares da linha dura e moderados] - que existem - giram em torno de sua aplicação e da posologia desejável na aplicação dos dispositivos que garantem o funcionamento do aparelho repressivo e compõem sua própria razão de ser - sequestros, torturas, mortes, desaparecimentos; a polarização é acentuada apenas nos momentos de disputa pelo aparelho de governo.” GRECO, Heloisa Amélia – **Memória vs. Esquecimento, instituinte vs. Instituído: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita**. In KLEBER DA SILVA, Haike R. [et. al.] – A luta pela anistia. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 198.) Tanto é assim que o “moderado” Geisel admitiu e defendeu, abertamente, a prática da tortura com meio de galgar informações (CASTRO, Celso; D’ARAÚJO, M. Celina (org.) – **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, ISBN 8522502307, p. 225).

<sup>130</sup> PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 119.

<sup>131</sup> O grupo reunia nomes da envergadura de Golbery do Couto e Silva, Cordeiro de Farias, Ernesto Geisel e Jurandir de Bizarria Mamede (SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 52).

<sup>132</sup> Com a edição do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968.

<sup>133</sup> Segundo o escritor Mário Pessoa, autor do livro “O direito da segurança nacional”, havia, no ordenamento jurídico brasileiro, um sistema pouco ortodoxo, composto por: “1) atos institucionais, 2) Constituição federal, 3) leis complementares baseadas em atos institucionais, 4) decretos-leis e 5) leis complementares e ordinárias”. (PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 125)

<sup>134</sup> PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 126.

<sup>135</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 28.

<sup>136</sup> O Ato Institucional nº 4, de sete de dezembro de 1966, convocou o Congresso Nacional para discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pela Presidência da República.



União Federal; sacramentou as eleições indiretas para a Presidência da República (artigo 76); incluiu a seção “Da Segurança Nacional”, em que atribuiu a todas as pessoas o dever de promover a Segurança Nacional<sup>137</sup>; manteve o capítulo “Dos Direitos e Garantias Individuais”, porém, com o Ato Institucional nº 14, de 1969, passou a admitir a pena de morte, o confisco dos bens e o banimento para o caso de “guerra revolucionária” ou “subversiva”, nos termos da lei<sup>138</sup>.

A Constituição foi modificada, ainda, pelo Ato Institucional nº 5, de treze de dezembro de 1968, ato jurídico que lançou as bases legais ao recrudescimento do regime. Enquanto o golpe militar foi justificado como uma reação à ameaça comunista, o referido Ato Institucional foi editado durante o governo do “linha dura” Costa e Silva (1967-1969), ex-Ministro da Guerra de Castelo Branco, sob a justificativa de que o Governo da República não poderia “permitir que pessoas ou grupos anti-revolucionários contra ela trabalhem, tramem ou ajam”.<sup>139</sup>

Expressão jurídica mais aguda da Ditadura Militar, o quinto Ato Institucional, em síntese: autorizava o Presidente da República a decretar o recesso “do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores”<sup>140</sup>; estabeleceu que, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, o Presidente poderia suspender direitos políticos por dez anos e cassar mandatos eletivos; suspendia as garantias constitucionais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, bem como a de exercício em funções por prazo certo, o que fez soçobrar qualquer resquício de independência do Poder Judiciário; suspendeu o *habeas corpus* nos casos de “crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular”; excluía de apreciação judicial “todos os atos praticados de acordo com este Ato institucional e seus Atos Complementares, bem como os respectivos efeitos”.

---

<sup>137</sup> “Art 89 - Toda pessoa natural ou jurídica é responsável pela segurança nacional, nos limites definidos em lei.”

<sup>138</sup> As penas de morte e de banimento foram uma represália aos sequestros políticos que a guerrilha urbana realizava (CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 113). O Ato Institucional nº13 já dava direito ao governo de banir “o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à segurança nacional”. Ao contrário do que ocorreu no Chile e a exemplo do que ocorreu em Portugal de Salazar, não foram aplicadas sentenças de morte, apesar da previsão legal (PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 34, 59-61, 75, 268. MEZAROBBA, Glenda - **Anistia e reparação: uma combinação imprópria**. In KLEBER DA SILVA, Haiké R. - **A luta pela anistia**, p. 158.)

<sup>139</sup> SALES, Jean Rodrigues - **Ditadura militar, anistia e a construção da memória social**. In KLEBER DA SILVA, Haiké R. - **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 22-24, 25.

<sup>140</sup> O Ato Complementar nº38, editado no mesmo dia do AI – 5, decretou o recesso do Congresso Nacional.

Após a morte de Costa e Silva, a Junta Governativa Provisória de 1969<sup>141</sup>, promulgou a Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, considerada, por muitos, uma nova Constituição, posto que, ao invés de alterar alguns dispositivos da Carta de 1967, substituiu todo o texto constitucional, de forma a encorpar os atos institucionais ulteriores à Constituição emendada. O novel diploma constitucional, ao lado das normas infraconstitucionais adiante estudadas, é de suma importância para o processo de transição, posto que vigorou durante boa parte do processo transitório e só foi revogado pela Constituição Federal de 1988.

Com a clara sinalização de fechamento do regime, várias facções políticas de esquerda aderiram à luta armada, o que, por sua vez, serviu como justificativa para o recrudescimento da repressão, com intensificação das violações aos direitos humanos, situação que atingiu seu ápice sob o governo do general Médici (1969-1974)<sup>142</sup>. Ao fim do chamado “milagre brasileiro” – ciclo de forte crescimento do PIB, que durou cinco anos – a facção militar da “linha dura” perdeu força, o que abriu espaço para a ascensão do General Ernesto Geisel, militar tradicionalmente ligado à vertente moderada<sup>143</sup>.

Quando o novo presidente tomou posse, a guerrilha urbana e do Araguaia já haviam sido aniquiladas pelo regime, circunstância favorável ao início do processo de transição democrática no Brasil, que teve início em 1974, com a iniciativa do novo Presidente Geisel, de comandar uma “abertura política lenta, gradual e segura”<sup>144</sup> do regime. Embora a lei que cria a comissão da verdade brasileira aponte como termo final de exame a data da proclamação da Constituição de cinco de outubro de 1988, considera-se perfeita a transição apenas com a eleição direta e posse do primeiro Presidente da República, em março de 1991, conforme estipulado na Constituição Cidadã, de 1988<sup>145</sup>. Os dezassete anos de transição democrática (1974-1991) foram permeados por etapas graduais de abertura política.

---

<sup>141</sup> O Ato Institucional nº 12, de 1º de setembro de 1969 decretou que, em face da gravidade do estado de saúde do Presidente Costa e Silva, a Junta Militar assumiria o poder e não o Vice-Presidente, o jurista (e civil) Pedro Aleixo.

<sup>142</sup> “(...) a maior parte dos desaparecimentos no Brasil, com mais de 130 casos registrados, foi observada na primeira metade da década de 1970.” (MEZAROBBA, Glenda – **Anistia e reparação: uma combinação imprópria**. In KLEBER DA SILVA, Haíke R. - *A luta pela anistia*, p. 163).

<sup>143</sup> BRASIL, Ministério da Justiça – **Direito à memória e à verdade**, p. 27.

<sup>144</sup> “Geisel contou com o crucial apoio do general Golbery do Couto e Silva (...). Ambos mantinham um ideal afinado de liberalização política gradual, progressiva e, sobretudo, controlada.” (MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - *Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*, p. 149.)

<sup>145</sup> MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - *Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*, p. 181, 191.

Embora se aponte, costumeiramente, o governo do “moderado” Geisel como o responsável pelo início do processo de transição, durante o governo do “linha dura” Médici (1969 a 1974), o chefe de gabinete Leitão de Abreu já encomendara do cientista político Samuel Huntington um estudo que lançasse luzes sobre o processo de transição democrática<sup>146</sup>.

O controlo do processo de transição não seria amplo se o governo autoritário não houvesse atentado para a necessidade de definir os principais contornos da amnistia, demanda social que ganhava força e causava constrangimentos à ditadura, conforme relatam as linhas seguintes.

### 2.1.1. Da amnistia no Brasil: aspectos históricos, conceituais, legais e jurisprudenciais

A etimologia da palavra amnistia remete ao grego *amnestia*, que significa esquecimento<sup>147</sup>. Nesse sentido, *amnestia* foi o ato através do qual o povo de Atenas decretou o esquecimento, após o período de domínio dos trinta tiranos, em 403 a.C<sup>148</sup>. Greco<sup>149</sup>, por sua vez, identifica, a par da origem acima, outra fonte, de sinal contrário à primeira – *anamnesis* (reminiscência). Assim, muito significativamente, a etimologia do termo já revela uma tensão entre os valores da paz (através do esquecimento) e da verdade (reminiscência).

A longevidade do termo ensejou o surgimento de suas várias acepções e espécies, que a doutrina classifica conforme as causas, as circunstâncias políticas de criação e a amplitude. Nesse sentido, quanto às causas, tem-se as amnistias “por magnanimidade”, “por razões de política geral”, “correctiva de direito” e “correctiva da jurisprudência ou da administração”<sup>150</sup>.

Com frequência, leis de amnistias têm mais de uma causa, de forma que consagram diversos tipos de amnistia em um só documento<sup>151</sup>.

---

<sup>146</sup> MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 149, 150. SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 323-325. VITULLO, Gabriel E. – Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. *Revista de Sociologia e Política*, p. 58.

<sup>147</sup> SOUSA E BRITO - FP'25: Amnistia. Sub judice: justiça e memória. Coimbra: Almedina. ISSN 0872-2137, p. 100.

<sup>148</sup> SOUSA E BRITO - FP'25: Amnistia. Sub judice: justiça e memória, p. 101. CASSIN, Barbara – Removing the perpetuity of hatred: on South Africa as a model example. *International review of the red cross* [Em linha]. Genebra: International Committee of the red cross, 2006. [Consult. 27 set. 2012]. Disponível em WWW: <URL: [http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc\\_862\\_cassin.pdf](http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc_862_cassin.pdf)>, p. 235.

<sup>149</sup> RAMOS, André de Carvalho – **Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.] - Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. ISBN 8520339220, p. 210.

<sup>150</sup> SOUSA E BRITO - FP'25: Amnistia. Sub judice: justiça e memória, p. 108, 109.

<sup>151</sup> SOUSA E BRITO - FP'25: Amnistia. Sub judice: justiça e memória, p. 108.

Autoamnistias dizem respeito àquelas “expedidas a favor de quem exerce a autoridade e por estes mesmos”; contrapõem-se às heteroamnistias, aprovadas por instâncias autônomas em relação aos beneficiados pela amnistia. Como exemplo deste último tipo de amnistia, tem-se a amnistia concedida pela Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul. As “amnistias de compromisso”, por sua vez, “são o resultado de um compromisso político para pôr fim a um conflito violento ou facilitar um processo de transição”<sup>152</sup>.

No que diz respeito à amplitude, as “amnistias absolutas” privilegiam apenas o valor da paz, traduzido no caráter puramente amnésico de suas medidas; vedam investigações e punições delas decorrentes<sup>153</sup>. No contrapolo, nas amnistias condicionais, os benefícios do “esquecimento” são condicionados à contrapartida do amnistiado, em forma de atos ou concessões. Evidencia, assim, a ponderação entre os dois valores que são a *alma mater* da amnistia – paz e verdade<sup>154</sup>. O exemplo mais notório desse *trade-off* entre paz e verdade foi a concessão pela Comissão de Amnistia da África do Sul àqueles agentes do Estado que revelavam todos os factos considerados crimes políticos de que tinham conhecimento<sup>155</sup>.

O instituto da amnistia pode ser, então, concebido como o ato político, normalmente exarado pelo Poder Legislativo, que obsta a aplicação de determinadas normas, notadamente penais e de caráter punitivo, a determinado factos pretéritos<sup>156</sup>. Trata-se de importante instrumento da justiça de transição, na medida em que permite concretizar valores fundamentais aos respectivos processos.

---

<sup>152</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 42, 66.

<sup>153</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 66.

<sup>154</sup> Nesse sentido, conferir: ROTBERG, Robert I - **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] - Truth v. justice: the morality of truth commissions. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 201, 210, 220, 235, 249. WEICHERT, Marlon Alberto – **A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade**. In GOMES, Luís Flávio [et al.] – Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, p. 232. GRECO, Heloisa Amélia – **Memória vs. Esquecimento, instituinte vs. Instituído: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita**. In KLEBER DA SILVA, Haike R. [et. al.] – A luta pela anistia. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 210, 211. MARX, Ivan Cláudio – **Justiça transicional e qualidade institucional no Brasil e na Argentina**. In KLEBER DA SILVA, Haike R. [et. al.] – A luta pela anistia. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 316, 317. AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 26, 30, 31, 53, 54, 57. MONTECONRADO, Fabiola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 175, 176.

<sup>155</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 77.

<sup>156</sup> Sobre os enfoques jurídico, político e histórico da amnistia, consultar: PRADO, Larissa Brisola Brito – **A anistia de 1979: uma análise sobre seus reflexos jurídicos, políticos e históricos**. In KLEBER DA SILVA, Haike R. – A luta pela anistia. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p.173 - 175.

Como visto, cada sociedade confere um peso aos valores verdade, paz e outros, a exemplo da justiça (direito à justiça, no contexto da justiça de transição). O teste de proporcionalidade tem o condão de revelar se a amnistia é adequada, necessária à concretização dos valores acima mencionados; e se atende à proporcionalidade em sentido estrito, quando se ponderam os interesses de paz, verdade e justiça, principais valores relacionados à amnistia<sup>157</sup>.

O panorama histórico do instituto revela que os principais factos sociais motivadores da sua criação foram as transições políticas, principalmente, nos casos em que um período de instabilidade política é superado e a sociedade busca normalização institucional e reconciliação social e política. Além do ato grego da *amnestia*, há outros precedentes históricos do instituto numa inscrição de Mileto do século II a. C. que fazia menção a amnistia de acusações precedentes, e em papiros egípcios do Período Ptolomaico, que dão conta do perdão de acusações ao término de uma guerra civil, bem como após a reinstalação do rei cuja coroa havia sido usurpada<sup>158</sup>. Em Roma, Cícero defendeu a aplicação do instituto *adeia* para o perdão dos assassinos de César<sup>159</sup>.

No Brasil, estima-se que houve quarenta e sete atos de amnistia<sup>160</sup>. No âmbito temporal da Comissão Nacional da Verdade (1946-1988), o já mencionado Decreto Legislativo nº18, de quinze de dezembro de 1961 é a principal manifestação de amnistia do período pós-varguista<sup>161</sup>.

No que diz respeito, mais especificamente, aos factos motivadores da amnistia relacionados ao regime militar inaugurado em 1964, merecem destaque os apelos e as reivindicações políticas e sociais em prol da amnistia por parte de: intelectuais; membros do poder judiciário; políticos<sup>162</sup>; movimentos sociais; advogados; familiares e amigos de presos e exilados políticos. Entre os movimentos sociais, destaca-se o Encontro Nacional de Movimentos pela Anistia, de 1978, cuja Carta de Salvador propugnava uma amnistia que fosse: a) ampla, a saber, para todos os atos de oposição ao regime; b) geral, para todas as

---

<sup>157</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 60-62.

<sup>158</sup> SOUSA E BRITO - FP'25: Amnistia. Sub judice: justiça e memória, p. 101.

<sup>159</sup> SOUSA E BRITO - FP'25: Amnistia. Sub judice: justiça e memória, p. 101.

<sup>160</sup> SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 423.

<sup>161</sup> O Decreto-Lei nº 864, de doze de setembro de 1969, período de agudização das práticas repressivas da ditadura, revogou algumas disposições do decreto.

<sup>162</sup> MEZAROBBA, Glenda – **Anistia e reparação: uma combinação imprópria**. In KLEBER DA SILVA, Haiké R. - A luta pela anistia, p. 157-159.

vítimas de atos de repressão da ditadura; c) irrestrita, sem discriminações<sup>163</sup>. Todos pugnavam pela reintegração à sociedade dos milhares de exilados políticos perseguidos no Brasil e no exterior<sup>164</sup>.

Se a bandeira da anistia ganhava expressão social e adesão política, por outro lado, a oposição política e os movimentos sociais temiam que a concentração nas dissonâncias e rejeição de uma solução “consensual”, que atendesse apenas parcialmente as demandas sociais, pudesse provocar um novo recrudescimento do regime, com reversão das etapas já vencidas do processo transicional.

No quadro político-parlamentar, o governo - derrotado nas eleições de 1974 para o Congresso e com receio da derrota iminente no pleito que renovaria dois terços do Senado Federal em 1978 - aprovou, em 1977, uma Emenda Constitucional e editou seis decretos-lei (“Pacote de Abril”), em que estipulava que a metade das vagas disputadas (um terço da Casa) seria ocupada por políticos indicados pelo Presidente da República e referendados pelo Colégio Eleitoral<sup>165</sup>.

No plano jurídico, Geisel revogara, em 1978, boa parte dos decretos de banimento e o Ato Institucional nº 5 expirou em 31 de dezembro de 1978, com a edição da Emenda Constitucional nº 11<sup>166</sup>. Não obstante, a Carta de 1967, emendada em 1969, ainda conferia ao Presidente da República institutos legislativos suficientes para controlar o processo de transição como um todo e, em especial, a anistia, um dos principais instrumentos para a realização da justiça de transição. Com efeito, os artigos 57 (inciso VI) e 43 (inciso VII) da Constituição em vigor dispunham que apenas o Presidente da República poderia apresentar projeto de lei para concessão de anistia e, após a apreciação pelo Parlamento – controlado pela ditadura através das cassações, modificações na legislação eleitoral, pressão externa etc – o projeto ainda deveria passar, obrigatoriamente, pela sanção presidencial. Esse desenho constitucional, em que as instituições democráticas são aparentemente mantidas, fortaleceu o controle sobre o processo de transição e permitiu que os instrumentos legislativos da justiça

---

<sup>163</sup> MEZAROBBA, Glenda – **Anistia e reparação: uma combinação imprópria**. In KLEBER DA SILVA, Haíke R. - *A luta pela anistia*, p. 158, 159.

<sup>164</sup> SKIDMORE, Thomas E. – **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 422. A canção “Samba de Orly”, do poeta Vinícius de Moraes, retrata fielmente o sentimento dos exilados.

<sup>165</sup> BRASIL, Ministério da Justiça – **Direito à memória e à verdade**, p. 28.

<sup>166</sup> Por outro lado, a nova Lei de Segurança Nacional (Lei nº 6.620, de dezassete de novembro de 1978), que só foi revogada pela Lei nº 7.071, de quatorze de dezembro de 1983, deu sobrevida ao arsenal repressivo do AI – 5, na medida em que previa: a censura; a incomunicabilidade das prisões; proibição de divulgar ou tentar divulgar notícia que indispuesse o povo contra as autoridades (artigo 14).

de transição aprovados sob a égide da ditadura fossem mantidos em vigor até o presente momento.

Nesse contexto social, político e jurídico, João Figueiredo (1979 a 1985), o último militar a assumir a Presidência da República, deu seguimento à política de abertura política gradual do regime. A lei da anistia veio a lume durante o seu governo. Participaram ativamente da elaboração do projeto da referida lei membros do *staff* castrense: Petrônio Portella, Ministro da Justiça; Golbery do Couto e Silva, Ministro-Chefe da Casa Civil; Octávio Aguiar de Medeiros, chefe do Serviço Nacional de Informações; Danilo Venturini, chefe de gabinete militar; e Heitor Ferreira, secretário particular do presidente<sup>167</sup>.

Presos políticos, exilados, familiares de perseguidos políticos, organizações não governamentais nacionais e internacionais, movimentos da Igreja Católica e Ordem dos Advogados do Brasil se opunham ao texto apresentado por Figueiredo. O descompasso do projeto em relação às demandas sociais e políticas se traduziu na apresentação de trezentos e cinco emendas ao projeto, entre emendas e substitutivos da oposição (Partido Movimento Democrático Brasileiro) e do próprio partido governista (Aliança Nacional Renovadora). O relator defendia que a anistia fosse obra conjunta do Presidente e do Congresso Nacional<sup>168</sup>, razão pela qual apresentou, em seu parecer final, um substitutivo que acrescentou sete artigos ao projeto de lei original e foi aprovado pelas lideranças de ambos os partidos, em votação simbólica<sup>169</sup>. Amputado pelas cassações e povoado por parlamentares “biônicos” (indicados pelo Governo e não eleitos)<sup>170</sup>, ainda assim o Plenário do Congresso Nacional rejeitou por apenas cinco votos (206 a 201) uma emenda da oposição que buscava dar à anistia o sentido de ampla, geral e irrestrita preconizado pelos movimentos sociais. À míngua de atendimento às demandas dos movimentos sociais e da oposição, cai por terra o “mito (...) da existência de

---

<sup>167</sup> MEZAROBBA, Glenda – Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006. Tese de mestrado. 29.

<sup>168</sup> Argumento utilizado para rejeitar emendas constitucionais que pretendiam tornar a anistia matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional, bem como as emendas que apresentavam concepções de anistia discrepantes em relação à adotada pela ditadura (MEZAROBBA, Glenda – Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro, p. 37, 38).

<sup>169</sup> MEZAROBBA, Glenda – Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro, p. 38-42.

<sup>170</sup> No Senado Federal, vinte e um dos quarenta e cinco Senadores da situação eram “biônicos”, artifício que garantia à ditadura o controle do resultado do processo legislativo. (MEZAROBBA, Glenda – Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro, p. 43.). O termo “biônico” faz referência ao seriado americano “O homem de seis milhões de dólares” (o homem biônico), em que um militar recebera implantes eletrônicos que lhe salvaram a vida e fazia uso das suas novas habilidades para prestar serviços à nação ianque. No Brasil, recebiam esse adjetivo os políticos agraciados com poderes constitucionais sem o respaldo do escrutínio eleitoral.

um amplo acordo político social ao qual teria sido incorporado o perdão aos torturados e a torturadores.”<sup>171</sup> Conforme sustentam Monteconrado, Moura e Zilli<sup>172</sup>:

“Acordos dirigidos à superação do passado são absolutamente desejáveis como processos legítimos para o restabelecimento da paz, desde que as partes interessadas se encontrem em posições equilibradas na negociação. Quando as condições são de certo modo impostas por um dos lados, não há negociação que possa ser qualificada de verdadeiramente equilibrada, o que obviamente compromete o resultado final.”

Finalmente, aos vinte e oito dias do mês de agosto de 1979, a amnistia parcial foi aprovada e tombada sob o número 6.683, com apenas um veto, que não impôs modificação essencial ao projeto. O âmbito temporal da lei de amnistia se estende de dois de setembro de 1961 a quinze de agosto de 1979. A lei engloba, no seu âmbito material, os que: “tiveram seus direitos políticos suspensos”; foram “punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares”; sendo empregados de empresas privadas, “por motivo de participação em greve ou em quaisquer movimentos reivindicatórios ou de reclamação de direitos regidos pela legislação social, hajam sido despedidos do trabalho, ou destituídos de cargos administrativos ou de representação sindical.” (artigo 7º); ou cometeram “crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais” (*Caput*, artigo 1º), entendidos por crimes conexos os “crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política” (§1º, artigo 1º); ao tempo em que exclui “os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal” (§2º, artigo 1º).

Ora, a amplitude desejada pelos movimentos sociais dizia respeito aos atos praticados no contexto de oposição ao regime (âmbito objetivo). A generalidade, por seu turno, pretendia alcançar todas as pessoas negativamente afetadas pela ditadura (âmbito subjetivo). Por fim, o caráter irrestrito consistia na ausência de obstáculos à reparação pelas privações sofridas por razões políticas. Nesse sentido, assiste razão a Del Porto, quando caracteriza a amnistia brasileira instituída pela Lei nº 6.683, de 1979, como “limitada, restrita e recíproca”<sup>173</sup>, na

---

<sup>171</sup> AMBOS, Kai - **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**, p. 12. No mesmo sentido: SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 422, 423. PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 240, 249. KLEBER DA SILVA, Haíke R. [et. al.] - **A luta pela anistia**, p. 26, 59, 66, 67, 76, 77, 159, 162, 163, 173, 195, 205, 314.

<sup>172</sup> MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos - **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**, p. 188, 189.

<sup>173</sup> DEL PORTO, Fabíola Brigante - **A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania**. In KLEBER DA SILVA, Haíke R. - **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 66.



medida em que: foi limitada pela exclusão dos crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal (§2º, artigo 1º); impôs restrições que condicionaram o retorno e a reversão dos funcionários defenestrados aos cargos de origem à existência de vaga e ao interesse da Administração<sup>174</sup> (artigo 3º), bem como excluiu os efeitos pecuniários retroativos (artigo 11); não fez distinção axiológica entre aqueles que cometeram os citados crimes com respaldo na política estatal de repressão daqueles que pugnavam contra um regime oriundo de um golpe às instituições democráticas e foram processados e, muitas vezes, condenados à revelia por tribunais militares, sem a observância do devido processo legal. A bem da verdade, o controle sobre o resultado do processo legislativo permitiu que a ditadura brasileira elaborasse uma autoamnistia dissimulada pelas concessões à oposição.

Vários acontecimentos que sucederam a aprovação da lei enfraqueceram o clamor da sociedade por amnesty ampla e dispersaram os movimentos sociais que arvoravam essa bandeira<sup>175</sup>.

Em vinte de sete de novembro de 1985, a emenda constitucional nº 26 repetiu as disposições da lei de amnesty (artigo 4º), ao tempo em que convocou a Assembleia Nacional Constituinte (artigo 1º) para elaboração e aprovação da atual Carta Magna. Esta considerou insuscetíveis de amnesty “a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos” (inciso XLIII, artigo 5º<sup>176</sup>); e concedeu amnesty com âmbitos temporal e material diversos aos da lei de amnesty (artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias<sup>177</sup>).

---

<sup>174</sup> Conforme relata MEZAROBBA, cinco anos após a sanção da lei de amnesty, a grande maioria dos empregados, funcionários e militares afastados não haviam sido beneficiados pela lei. A Petrobrás, que demitira cerca de cinco mil funcionários durante a ditadura, só havia reconhecido os efeitos da amnesty em relação a trezentos e nove deles, conforme levantamento do Movimento Feminino pela Anistia e Liberdade Democrática. (MEZAROBBA, Glenda – Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro, p. 48.). A esse respeito, conferir também: MEZAROBBA, Glenda – **Anistia e reparação: uma combinação imprópria**. In KLEBER DA SILVA, Haiké R. - *A luta pela anistia*, p. 164, 165.

<sup>175</sup> MEZAROBBA, Glenda – *Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro*, p. 45-46.

<sup>176</sup> “artigo 5º (...) XLIII - a lei considerará crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o terrorismo e os definidos como crimes hediondos, por eles respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-los, se omitirem;”

<sup>177</sup> “Art. 8º. É concedida anistia aos que, no período de 18 de setembro de 1946 até a data da promulgação da Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por atos de exceção, institucionais ou complementares, aos que foram abrangidos pelo Decreto Legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, e aos atingidos pelo Decreto-Lei nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções, na inatividade, ao cargo, emprego, posto ou graduação a que teriam direito se estivessem em serviço ativo, obedecidos os prazos de permanência em atividade previstos nas leis e regulamentos vigentes, respeitadas as características e peculiaridades das carreiras dos servidores públicos civis e militares e observados os respectivos regimes jurídicos.”

O *status* de primeira das mais relevantes manifestações legislativas da justiça de transição se deve mais ao papel que a lei de amnistia exerceu com vistas a possibilitar a transição do que propriamente ao seu conteúdo. O cotejo dos dispositivos da lei de amnistia com o núcleo de “deveres fundamentais” da justiça de transição (“apurar a verdade dos factos; indenizar as vítimas e seus familiares; e punir os autores de tais crimes”<sup>178</sup>) revela que os direitos correlatos (direitos à verdade, à ampla reparação e à justiça<sup>179</sup>) não foram substancialmente contemplados. Pelo contrário, a lei: fundamentou o encerramento de inquéritos policiais instaurados com vistas a investigar violações a direitos humanos, obstando a busca pela verdade dos factos que se buscava apurar; não gera direito a indemnização ou ressarcimento (artigo 11); exime de punição os agentes do Estado, membros dos grupos armados de esquerda e vítimas pelas graves violações a direitos humanos.

Em jeito de síntese, a lei da amnistia, manifestação legislativa inicial mais relevante da justiça de transição no Brasil, recentemente fortalecida pela decisão na arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153-DF, é produto das principais características da transição política no país: controlo do resultado do processo legislativo; manutenção das aparências de um Estado de Direito; controlo permanente dos militares sobre o processo de transição; ausência de rompimento político brusco; imposição de demandas dos militares como moeda de troca ao atendimento de alguns interesses sociais e da oposição<sup>180</sup>; objetivo de arbitrar o conflito entre classes, reprimir movimentos de massa e proletariado, garantir controlo da transição pela cúpula das forças armadas<sup>181</sup>.

#### **2.1.1.1. Do controlo de constitucionalidade da lei nº 6.683, de 1979: análise da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153-DF**

Por força da conexão entre os temas, convém tratar da arguição de descumprimento de preceito fundamental nº 153 – DF, ação que intentou dar interpretação conforme a Constituição de 1988 a alguns preceitos da lei da amnistia, de forma a modificar o espectro de factos por ela abrangidos.

---

<sup>178</sup> COMPARATO, Fábio Konder – Que fizeste de teu irmão?

<sup>179</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 46, 47. MEZAROBBA, Glenda – **Anistia e reparação: uma combinação imprópria**. In KLEBER DA SILVA, Haíke R. - A luta pela anistia, p. 168.

<sup>180</sup> MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 183.

<sup>181</sup> MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 149.

A arguição de descumprimento de preceito fundamental consiste em ação que surgiu no ordenamento jurídico brasileiro para completar o sistema de controle de constitucionalidade concentrado<sup>182</sup>, de modo a permitir ao Supremo Tribunal Federal (§1º, artigo 102 da Constituição Federal de 1988) a apreciação direta, de forma autônoma ou incidental: de quaisquer atos, inclusive não legislativos, emanados do poder público, bem como de controvérsia constitucional sobre direito pré-constitucional federal, estadual ou municipal (artigo 1º, lei nº 9.882, de 1999<sup>183</sup>).

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, um dos órgãos legitimados a manejar a arguição de descumprimento de preceito fundamental, ingressou, em outubro de 2008, com a ação nº 153-DF. A arguição teve como pedido, em síntese, que o parágrafo único do artigo 1º da lei nº 6.683, de 1979, fosse interpretado conforme a atual Constituição para que a amnistia aos crimes políticos e conexos não abrangesse os crimes comuns de autoria dos agentes de repressão<sup>184</sup>. Os preceitos fundamentais constitucionais que fundamentaram o pleito eram, sinteticamente: princípios da isonomia (artigo 5º), republicano, democrático (parágrafo único, artigo 1º), da dignidade da pessoa humana (inciso III, artigo 1º) e direito à verdade (inciso XXXIII, artigo 5º)<sup>185</sup>. Defendeu-se a ausência de conexão entre os crimes políticos deflagrados pelos opositores ao regime e os comuns executados pelos agentes públicos<sup>186</sup>.

A relatoria ficou sob os auspícios do Ministro Eros Grau. No mérito, a Advocacia Geral da União (em sede de prestação de informações)<sup>187</sup>, o Ministério Público Federal<sup>188</sup> e a maioria dos ministros entenderam que a amnistia foi fruto de acordo político. Ademais, a

---

<sup>182</sup> BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Martires; MENDES, Gilmar Ferreira - **Curso de direito constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. ISBN 978-85-02-06899-5, p. 1141.

<sup>183</sup> Vide diploma em anexo.

<sup>184</sup> RAMOS, André de Carvalho – **Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.]- Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos, p. 180.

<sup>185</sup> RAMOS, André de Carvalho – **Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.]- Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos, p. 180.

<sup>186</sup> MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 174.

<sup>187</sup> MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 175.

<sup>188</sup> MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 176. RAMOS, André de Carvalho – **Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.]- Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos, p. 181.

Excelsa Corte decidiu que apenas o Poder Legislativo poderia afastar a amnistia anteriormente concedida, como ocorreu no Chile e na Argentina<sup>189</sup>. Um trecho do voto da ministra Carmen Lúcia, a seguir transcrito, bem ilustra como a aparente manutenção das instituições democráticas foi essencial para impedir a punição dos torturadores e mandantes dessas e de outras violações aos direitos humanos: “Nem sempre as leis são justas, embora sejam criadas para que o sejam”. Por fim, a arguição foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal, conforme posição de sete dos nove ministros votantes.

### **2.1.2. Aspectos da justiça de transição na Constituição de 1988**

Pela posição que ocupa no vértice do ordenamento jurídico brasileiro, as principais disposições normativas da justiça de transição estão presentes na Constituição da República Federativa do Brasil de 5 de outubro de 1988. Resultado de acordos políticos encetados num momento em que a elite militar e sua base civil de apoio ainda tinham considerável influência - inclusive por meio dos “senadores biônicos” da Assembleia Constituinte - a denominada “Constituição Cidadã”, com exceção das disposições sobre amnistia (artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), não deu enfoque ao acerto de contas com o passado, mormente quando se analisa a questão sob o ponto de vista dos direitos e deveres fundamentais à justiça de transição.

Com efeito, pese embora a consagração dos direitos à verdade (incisos IV, V, IX, X, XIII, e XIV, XXXIII, XXXIV, LX, LXII, LXIII, LXIV, LXXII, LXXVII do art. 5º; art. 220), à ampla reparação (incisos V, X, XLIII do artigo 5º; §6º do artigo 37; artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias), e à justiça (inciso XXXV do artigo 5º), ao não prever, expressamente, a aplicabilidade desses direitos às graves violações aos direitos humanos que tiveram lugar no regime autoritário, perderam os constituintes a oportunidade de fortalecer a justiça de transição, em seu viés de acerto de contas com o passado. De mais a mais, os óbices jurídicos erigidos pela lei da amnistia, a existência de acordo entre as elites políticas dominantes no sentido de não conferir às vítimas os instrumentos legais para punir

---

<sup>189</sup> RAMOS, André de Carvalho – **Crimes da ditadura militar: a ADPF 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.]- Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos, p. 185. O ministro Gilmar Ferreira Mendes e o relator Eros Grau defenderam, por outro lado, a impossibilidade de revisão da lei de anistia por outra lei, dado que a própria ordem constitucional seria alterada. (RAMOS, André de Carvalho – **Crimes da ditadura militar: a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153 e a Corte Interamericana de Direitos Humanos**. In GOMES, Luiz Flávio [et al.]- Crimes na ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos, p. 191, 192. MONTECONRADO, Fabíola Girão; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis Moura; ZILLI, Marcos – **A justiça de transição no Brasil – um caminho a percorrer**. In AMBOS, Kai [et al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 177.)

os seus alçozes, bem como a doutrina da eficácia limitada de algumas das normas previstas nos dispositivos constitucionais acima mencionados estancaram o potencial de concretude dos direitos acima mencionados em relação aos abusos da ditadura militar.

Com a posse de presidentes eleitos pelo voto direto e a gradual perda de influência da cúpula militar na política, foram editadas leis com a finalidade de superar as indigitadas omissões da lei da amnistia e da Constituição vigente e dar cumprimento aos deveres fundamentais acima mencionados.

### **2.1.3. Da legislação de acesso às informações e às reparações pecuniárias**

Por conveniência da investigação, as leis nº 8.159, de 1991, 11.111, de 2005 e 12.527, de 2011 serão analisadas em conjunto, sob o enfoque do direito à verdade. Noutra banda, as leis nº 9.140, de 1995 e 10.559, de 2002 são submetidas a exame à luz do direito à compensação<sup>190</sup>.

No governo de Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito por voto direto após o fim da ditadura, foi sancionada a Lei nº 8.159, de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, e previa, nos §§1º e 2º do artigo 23, que os “documentos cuja divulgação ponha em risco a segurança da sociedade e do Estado (...) são originariamente sigilosos” e que o acesso a tais documentos “será restrito por um prazo máximo de 30 (trinta) anos, a contar da data de sua produção, podendo esse prazo ser prorrogado, por uma única vez, por igual período.” A Lei nº 11.111, de 2005<sup>191</sup>, que regulamenta o inciso XXXIII, do artigo 5º da Carta Magna, erige óbices ao acesso à informação, no que afeta o direito à verdade, na medida em que remete a matéria de classificação quanto ao grau de sigilo dos documentos públicos a decreto presidencial regulamentar (artigo 3º) e permite duração *ad eternum* da ressalva ao acesso, em casos específicos de ameaça à soberania, à integridade territorial nacional ou às relações internacionais (§2º, artigo 6º), a juízo da Comissão de Averiguação e Análise de Informações Sigilosas (artigo 4º).

Após o noticiado retrocesso em termos de direito à verdade, infligido pela lei de 2005, a lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, revoga a anterior, bem como alguns dispositivos da lei nº 8.159, de 1991; não delega ao Poder Executivo a atribuição de definir que informações são “consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade ou do Estado”, ao contrário, define as referidas informações (artigo 23); minora os prazos e não prevê

---

<sup>190</sup> Todas as leis constam em anexo.

<sup>191</sup> A lei em questão foi produto da conversão da Medida Provisória nº 228, de 2004.

possibilidade de renovação perpétua da restrição ao acesso (artigo 24)<sup>192</sup>; define, por fim, que os Comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica figuram entre as autoridades que podem atribuir a classificação de ultrasecreto às informações (artigo 27).

A legislação acima analisada, é consabido, cuida apenas de um aspecto do direito à verdade – a necessidade de dar publicidade aos documentos, com vistas a permitir o acesso à realidade dos factos. Nesse sentido, observa-se evolução no tratamento da matéria, no sentido de ampliar a possibilidade de concretização desse direito, principalmente a partir da publicação da lei de 2011.

Na esteira dos preceitos constitucionais que garantem a reparação e reconhecem o *status* do amnistiado, surgiram as leis nº 9.140, de 1995 e 10.559, de 2002<sup>193</sup>. Como necessária resposta à cabal inadequação da declaração de ausência prevista pela lei de amnistia para fins de compensação e acerto de contas com o passado, a lei nº 9.140, de 1995 implicou o reconhecimento da responsabilidade do Estado pela morte das pessoas mencionadas no artigo 1º<sup>194</sup>, o que possibilitou a emissão de atestados de óbito e, ao contrário da lei de amnistia, previu indemnizações pecuniárias aos cônjuges, companheiros, descendentes, ascendentes ou colaterais até o quarto grau (artigos 10 e 11). Ademais, a lei criou a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (artigo 4º), cujas atribuições, a exemplo daquelas deferidas à comissão da verdade brasileira, têm o potencial de revelar e registar a verdade histórica, de forma a concretizar o direito à verdade.

A lei nº 10.559, de 2002<sup>195</sup>, por sua vez, ao regulamentar o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Carta Política de 1988, estipula diversos direitos do amnistiado (artigo 1º), inclusive o direito à reparação pecuniária (artigo 3º). Todos esses direitos remetem ao direito à compensação - já identificado alhures como fundamental à justiça de transição – e têm como fonte a noção de justiça (*suum cuique tribuendi*) presente em Aristóteles, Ulpiano e Santo António. No mais, a lei cria a Comissão da Anistia (artigo

---

<sup>192</sup> O prazo máximo de vinte e cinco anos permitiria a divulgação de todos os factos transcorridos durante o *Ancien Régime*.

<sup>193</sup> Antes da edição das referidas leis, cumpre esclarecer que a lei nº 8.213, de 1991 (artigo 150), que [d]ispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, criara aposentadoria em regime excepcional para os anistiados da lei de amnistia, da Emenda Constitucional de 1985 e da Constituição Federal de 1988. Para uma exposição acerca das movimentações sociais e legislativas que impulsionaram a criação da Lei nº 9.140, de 1995: BRASIL, Ministério da Justiça - **Direito à memória e à verdade**, 32-36.

<sup>194</sup> “Art. 1º (...) as pessoas que tenham participado, ou tenham sido acusadas de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 5 de outubro de 1988, e que, por este motivo, tenham sido detidas por agentes públicos, achando-se, deste então, desaparecidas, sem que delas haja notícias”.

<sup>195</sup> A lei foi resultado da conversão da medida provisória nº 65, de 2002, que, por sua vez, foi precedida pela medida provisória nº 2.151, de 2001.

12), com a finalidade de examinar os pleitos administrativos fundados nos direitos previstos na lei, bem como assessorar o Ministro da Justiça em suas decisões (artigo 10).

No que pese a evolução no tratamento da matéria, a justiça de transição ainda se ressentia de instrumentos legislativos voltados à concretização dos direitos à verdade e à justiça. Se este último parece fadado à frustração pelas vias judiciais e administrativas, aquele ganha novas possibilidades a partir da edição da lei nº 12.528, de 2011, objeto de investigação do próximo tópico.

#### **2.1.4. Da Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011: criação da Comissão Nacional da Verdade**

Conforme visto na exposição acerca das transições democráticas no Brasil, a já adequadamente descrita demanda social por ferramentas especificamente voltadas para a apuração da verdade dos factos que se passaram nos “anos de chumbo” motivaram historicamente a criação da Comissão Nacional da Verdade.

Do ponto de vista legislativo, o embrião da comissão da verdade brasileira remonta ao Programa Nacional de Direitos Humanos, elaborado, pela primeira vez, durante o governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, como resposta à recomendação da Conferência Mundial de Direitos Humanos (Viena, 1993). Elaborou-se, assim, o primeiro Programa Nacional dos Direitos Humanos), aprovado pelo decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996.

Em que pesem os avanços desse plano, apenas em 21 de dezembro de 2009, com a edição do decreto nº 7.037, que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos nº 3), estipulou-se, como ação programática, a designação de grupo de trabalho<sup>196</sup>, com vistas a elaborar projeto de lei para criação de Comissão Nacional da Verdade “composta de forma plural e suprapartidária, com mandato e prazo definidos, para examinar as violações de Direitos Humanos praticadas no contexto da repressão política”. O referido grupo de trabalho elaborou o projeto de lei, que foi encaminhado pela Presidência da República à Câmara dos Deputados em 20 de maio de 2010, onde foi aprovado praticamente sem alterações<sup>197</sup>. Em 18 de novembro de 2011, foi sancionada a lei nº 12.528, que cria a comissão da verdade brasileira.

Os direitos à verdade e à memória histórica respondem pela fundamentação jurídica da comissão da verdade brasileira, conforme indicam o Programa Nacional dos Direitos

---

<sup>196</sup> Composto por representantes da Casa Civil, do Ministério da Justiça, do Ministério da Defesa e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, do presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (lei nº 9.140, de 1995), e da sociedade civil, indicado pela própria comissão.

<sup>197</sup> Alterações pontuais estão consignadas nos seguintes dispositivos da redação final: §§1º e 2º, artigo 2º; §6º, artigo 4º; inciso V, artigo 3º; artigo 6º; e parágrafo único, artigo 11.

Humanos nº 3 (Diretriz nº 23 do Eixo Orientador VI), a Exposição de Motivos do grupo de trabalho que elaborou o projeto de lei para criação da Comissão Nacional da Verdade e a lei nº 12.528, de 2011. Nesse sentido, registre-se que a referida exposição de motivos (Exposição de Motivos n.º 14/2010 – SDH–PR/MD/MJ/MP) aponta a necessidade de complementar as medidas voltadas à promoção dos direitos à reparação e à verdade como fundamento para a criação da comissão da verdade brasileira.

As linhas acima cuidaram do contexto sócio-político nacional que deu ensejo à criação da comissão (motivação histórica). Os tópicos abaixo tratam da exposição dos demais aspectos principais da Comissão Nacional da Verdade, inclusive da sua dimensão epistemológica, em uma abordagem que contextualiza a comissão da verdade brasileira no quadro global das comissões da verdade.

### **3. DAS COMISSÕES DA VERDADE E DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE: PRINCIPAIS ASPECTOS**

Após o surgimento da primeira comissão da verdade de que se tem conhecimento (Uganda, 1974), tem-se notícia de mais de quarenta entes dessa natureza, em diversos países<sup>198</sup> e continentes. As comissões surgem, via de regra, motivadas por sistemáticas violações a direitos humanos deflagradas no bojo, por exemplo, de ditaduras (caso das comissões em países da América Latina, inclusive no Brasil), guerras civis<sup>199</sup>, bem como no contexto das políticas institucionais segregacionistas ou atentatórias ao pluralismo social, cultural, étnico e racial (África do Sul, Canadá). É comum que eclodam, portanto, com o fim

---

<sup>198</sup> WEICHERT, Marlon Alberto – **A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade**. In GOMES, Luís Flávio [et al.] – *Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai*, p. 231. Quinn aponta a existência de, aproximadamente, trinta e cinco comissões além da mais notória, a Comissão de Verdade e Reconciliação da África do Sul (QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 5). Hayner destaca, em lista não exaustiva, vinte e uma comissões da verdade: Uganda (em 1974 e 1986), Bolívia, Argentina, Uruguai, Zimbábue, Nepal, Chile, Chade, África do Sul (em 1992, 1993 e 1995), Alemanha, El Salvador, Sêrria-Lança, Haiti, Burundi, Equador (1996), Guatemala, Nigéria, Serra Leoa (HAYNER, Priscilla B. - **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 291-297). QUINN acrescenta à lista de HAYNER, as comissões de Marrocos e Timor Leste (QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 40). Além das experiências acima relacionadas, tem-se notícia das seguintes comissões da verdade: Coreia do Sul (em 2000 e 2005), Panamá, Peru, Colômbia, Honduras, Iugoslávia, Gana, Paraguai, Canadá, Indonésia, Congo, Libéria, Equador (em 2008), Ilhas Maurício, Ilhas Salomão, Togo, Quênia, Camboja e Ruanda. O conceito de comissão da verdade acolhido não inclui os órgãos instituídos para investigação de um evento específico, mas de um padrão de abusos cometidos durante um determinado período, razão pela qual não se fez menção à comissão estadunidense, constituída para investigar o “massacre de Greensboro”, na Carolina do Norte (QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 39).

<sup>199</sup> ROTBERG, Robert I – **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 39. CROCKER, David A. – **Truth commissions, transitional justice, and civil society**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 1539.



de uma guerra civil ou após a sucessão de um Estado autoritário ou totalitário por um democrático<sup>200</sup>, mas há registo de comissões dessa natureza em democracias consolidadas, instituídas, por exemplo, para perscrutar políticas estatais atentatórias ao pluralismo cultural e étnico (Canadá).

Trata-se de órgãos oficiais, não judiciais<sup>201</sup>, corpos formais<sup>202</sup>, painéis<sup>203</sup>, sindicâncias ou inquéritos amplos, gerais e temporários, focados em um padrão de abusos e conjunto de violações específicas aos direitos humanos<sup>204</sup> de um determinado período de tempo do passado, oficialmente instituídos, sancionados, autorizados e com prerrogativas estabelecidas pelo Estado<sup>205</sup> ou por Organização de Direito Internacional<sup>206</sup>.

A comissão da verdade brasileira se harmoniza com a definição acima estabelecida, vez que foi instituída por lei, que lhe atribuiu a forma de órgão vinculado ao Poder Executivo, com o objetivo geral de “examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos” deflagradas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988, tendo poderes e atribuições legalmente estabelecidos.

Definidas a partir dos elementos essenciais acima invocados, as comissões diferem entre si naquilo que diz respeito ao objeto, atribuições, poderes, metodologia, objetivos específicos etc. A amplitude e a intensidade desses aspectos exercem influência direta sobre o alcance epistemológico das comissões, na medida em que alargam ou restringem sua capacidade de investigação.

No que diz respeito ao objeto, é de bom grado identificar, preliminarmente, seus principais prismas: objetivo ou fático, que diz respeito à natureza dos factos abrangidos; subjetivo, referente às pessoas, grupos ou organizações cujas condutas devem ser analisadas; e temporal, que consiste no período histórico que a comissão deve investigar.

---

<sup>200</sup> ROTBERG, Robert I – **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions, p. 39, CROCKER, David A. – **Truth commissions, transitional justice, and civil society**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions, p. 1538, 1539. Ruti G. – **Transitional justice**, p. 78, 79.

<sup>201</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Conselho de Segurança – The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies, p. 17. AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et al.] – Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010, p. 92.

<sup>202</sup> ROTHENBERG, Daniel – **Memory of silence: the guatemalan truth commission report**, p. XXIII.

<sup>203</sup> MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 4063.

<sup>204</sup> QUINN, Joanna R. – **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 38, 39.

<sup>205</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 14.

<sup>206</sup> Caso da comissão da verdade de El Salvador (1992), instituída pela Organização das Nações Unidas e inteiramente composta por estrangeiros (ROTHENBERG, Daniel – **Memory of silence: the guatemalan truth commission report**, p. XXV).

O esclarecimento das graves violações aos direitos humanos<sup>207</sup>, incluindo as suas causas e extensões<sup>208</sup>, são o foco das comissões da verdade. A referida amplitude pode ser benéfica aos trabalhos da comissão, na medida em que lhe pode conferir liberdade para deliberar sobre as práticas, os padrões de conduta e os factos a serem analisados<sup>209</sup>. Os objetos das comissões de Chade, El Salvador, Guatemala e Nigéria foram definidos de forma ampla. O alargamento inicial não impede, entretanto, a sua posterior restrição, em havendo necessidade e conveniência<sup>210</sup>. Pese embora a elasticidade do objeto, não estão abrangidas todas as práticas do *Ancien Régime*, excluídos, de certo, os seus abusos corriqueiros<sup>211</sup>.

A restrição do objeto, com o consequente foco nos graves abusos e em determinados padrões de condutas, aumenta as possibilidades de se alcançar a verdade factual ou forense<sup>212</sup>, na medida em que se espera que o sucesso dos recursos materiais e humanos empregados para investigação de factos seja inversamente proporcional à amplitude do objeto. Por outro lado, a precitada restrição pode limitar o alcance da verdade pessoal ou narrativa, posto que muito do que for aduzido pelas testemunhas pode ser estranho ao objeto delineado pela comissão. Nesse particular, Ambos defende que, no mínimo, deveriam ser investigados os crimes codificados no Estatuto do Tribunal Penal Internacional (genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra)<sup>213</sup>.

No caso da Comissão Nacional da Verdade, o objeto são as “graves violações aos direitos humanos” (artigo 1º da lei), mais especificamente, “casos de torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres e sua autoria, ainda que ocorridos no exterior” (inciso II, artigo 3º da lei), bem como, “as estruturas, os locais, as instituições e as circunstâncias relacionados à prática de violações de direitos humanos” (inciso III, artigo 3º da lei).

Questão de grande relevância, no âmbito subjetivo, é saber se as graves violações aos direitos humanos praticadas pela oposição ao regime devem ser objeto de investigação. A

---

<sup>207</sup> ROTHENBERG, Daniel – **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. XXIV, 3.

<sup>208</sup> NTSEBEZA, Dumisa B. – **The uses of truth commissions: Lessons for the world**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – **Truth v. justice: the morality of truth commissions**. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 2431. QUINN, Joanna R. – **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 5, 39.

<sup>209</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 73.

<sup>210</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 322.

<sup>211</sup> ROTBERG, Robert I – **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – **Truth v. justice: the morality of truth commissions**, p. 287. HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 73.

<sup>212</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 322.

<sup>213</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et al.] – **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010, p. 55.

exemplo das comissões da verdade de Chile<sup>214</sup>, El Salvador<sup>215</sup>, Guatemala<sup>216</sup>, África do Sul<sup>217</sup>, algumas comissões incluíram as condutas desse grupo de atores no seu espectro de atuação. No contrapolo, as comissões de Argentina, Chade, Haiti volveram a atenção apenas às condutas emanadas de agentes estatais ou a esses equiparados<sup>218</sup>.

No caso específico da comissão da verdade brasileira, em que pese o facto de as principais vítimas das violações aos direitos humanos serem organizações ligadas ao movimento social (entidades estudantis, de caridade, partidos políticos de esquerda, etc)<sup>219</sup>, alguns grupos armados de esquerda cometeram violações aos direitos humanos, o que suscita a questão de saber se as condutas dos membros da esquerda armada devem ser objeto de apuração pela Comissão Nacional da Verdade, ou seus atos já haveriam sido adequadamente examinados e apurados pelo sistema judicial do regime militar.

O Parlamento, com a edição da lei nº 12.528, de 2011, optou por não fazer distinção quanto aos autores das violações, não obstante, a comissão da verdade brasileira – cujos membros, ao menos inicialmente, tinham divergência sobre o assunto<sup>220</sup> – adotou o entendimento de que apenas as graves violações de direitos humanos praticadas “por agentes públicos, pessoas a seu serviço, com apoio ou no interesse do Estado”<sup>221</sup> encorpam o objeto da comissão. Ocorre que a lei confere tratamento isonômico aos agentes, razão pela qual a distinção infralegal carece, no mínimo, de fundamentação, que não se fez presente no texto da resolução.

---

<sup>214</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 36.

<sup>215</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 75.

<sup>216</sup> ROTHENBERG, Daniel – **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. 81-98. No caso da *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* da Guatemala, mercê da influência do Direito Internacional, fez-se distinção entre: violações aos direitos humanos, que se traduziriam nos abusos cometidos pelo Estado; e atos de violência, que englobaria violações cometidas por atores não ligados formalmente ao Estado. (ROTHENBERG, Daniel – **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. XXXV).

<sup>217</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 75, 322.

<sup>218</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 322.

<sup>219</sup> CHIAVENATO, Júlio José - **O golpe de 64 e a ditadura militar**, p. 115. SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**, p. 56, 57, 64, 151, 261. PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**, p. 57.

<sup>220</sup> “A advogada Rosa Maria Cardoso da Cunha, 65, integrante da Comissão da Verdade, afirmou ontem que o órgão foi criado para investigar os crimes de agentes de Estado que atuaram na repressão aos opositores da ditadura militar (1964-1985). A declaração foi dada depois que outro integrante do grupo, o ex-ministro da Justiça José Carlos Dias, defendeu à Folha que também sejam apurados atos de pessoas que participaram da luta armada contra o regime. Ex-defensora de presos políticos, entre eles a presidente Dilma Rousseff, Rosa disse ontem que a lei que criou a comissão tinha por objetivo rever a conduta do Estado no período. A interpretação exclui atos da guerrilha.” (FERRAZ, Lucas – Alvo de comissão é ditadura e não guerrilha, diz integrante. *Folha de São Paulo*. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723).

<sup>221</sup> COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – Resolução nº2, de 20 de agosto de 2012. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

É de curial sabença que a natureza, as causas e os efeitos dos graves e sistemáticos abusos aos direitos humanos devem ser analisados à luz dos seus contextos económico, político e social, permitindo a construção de um retrato o mais rico e fidedigno possível da sociedade. Assim, extirpar, à partida, as condutas protagonizadas pela oposição da narrativa a ser construída desfavorece as possibilidades de consecução das verdades fáctica e narrativa, na medida em que despreza uma faceta da complexa realidade das sociedades em conflito ou governadas por regime autoritário. Por outro lado, essa postura tende a dificultar a realização da verdade restaurativa, vez que, ao se ocupar apenas das violações cometidas pelo Estado, desfavorece o reconhecimento das condutas abusivas da oposição e priva a sociedade de ambiente propício à reconciliação.

O prisma temporal do objeto das comissões da verdade diz respeito ao lapso temporal que ela deve analisar. Enquanto os âmbitos objetivo e subjetivo do objeto de análise das comissões da verdade buscam responder as questões “o quê” e “quem”, o prisma temporal do objeto indica o “quando” (período histórico a ser analisado), dado que as comissões se reportam, invariavelmente, a factos ocorridos no passado. A consecução das finalidades das comissões depende não da extensão, mas da razoável adequação do período temporal objeto do estudo aos factos que motivaram a criação da comissão. O alargamento em demasia do lapso temporal a ser analisado pode impedir que a comissão se debruce, suficientemente, sobre um período temporal específico, que permitiria elucidar padrões de comportamentos abusivos e principais violações a direitos humanos, de forma que não existe relação de causalidade entre a extensão temporal do objeto das comissões da verdade e a concretização dessas verdades.

Nesse ponto em particular, a lei que criou a Comissão Nacional da Verdade indicou como âmbito temporal a ser analisado o período fixado no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”, a saber, 18 de setembro de 1946 a 05 de outubro de 1988, lapso temporal que corresponde ao período que sucedeu a Ditadura de Getúlio Vargas (1937 a 1945) até a promulgação da Constituição Federal (5 de outubro de 1988). Abrange, portanto, as duas transições democráticas já analisadas.

A análise dos poderes e atribuições das comissões da verdade revela a relação direta desses aspectos com os três principais deveres fundamentais do Estado no contexto da justiça de transição<sup>222</sup>. Embora não se possa afirmar que as comissões da verdade derivam

---

<sup>222</sup> “1) apurar a verdade dos factos; 2) indenizar as vítimas e seus familiares; 3) punir os autores da tais crimes” (COMPARATO, Fábio Konder – Que fizeste de teu irmão?).

exclusivamente do dever fundamental de apurar a verdade dos factos, esse é, sem dúvidas, o principal fundamento das comissões, razão pela qual os seus poderes e atribuições guardam relação de instrumentalidade em relação à busca da verdade.

Daí porque muitos estudiosos defendem que as funções de busca da verdade e punição não devem ser acumuladas pela comissão da verdade<sup>223</sup>, orientação adotada nos mandatos da maioria das comissões da verdade, a exemplo das comissões de El Salvador e Guatemala<sup>224</sup>. Nessas, as atribuições e poderes restringem-se à elucidação de factos relacionados às violações de direitos humanos, excluindo-se a reparação às vítimas (direito à ampla compensação) e a punição de algozes (direito à justiça).

Há, não obstante, comissões que acumulam, a par das atribuições de busca pela verdade, as funções e poderes relacionados à persecução criminal aos acusados de cometimento de abusos aos direitos humanos, como ocorreu na Etiópia<sup>225</sup>. Assim, em Uganda, ao contrário do que ocorreu em Guatemala, por exemplo, a comissão da verdade tinha como um de seus objetivos a identificação de perpetradores de todos e quaisquer crimes<sup>226</sup>. No caso de Uganda, criminosos foram identificados e indicados à instituição estatal responsável pela acusação criminal; alguns foram indiciados, outros não<sup>227</sup>.

No caso da *Truth and Reconciliation Commission* da África do Sul, a possibilidade inovadora<sup>228</sup> de concessão individual de anistia àqueles que colaborassem plenamente com o descortinar dos factos e comprovassem a motivação política dos crimes<sup>229</sup> que cometeu obstava a persecução criminal, traduzindo um *trade-off* entre verdade e justiça<sup>230</sup>. A

---

<sup>223</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 63. QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 40.

<sup>224</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 302-305. ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth commission report**, p. XX, XXIV, 249, 254. O prólogo da *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* da Guatemala exclui expressamente a possibilidade de julgamento de algozes: “*The commission was not established to judge – that is the function to the courts of law – but rather to clarify the history of the events of more than three decades of fratricidal war.*” (ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth commission report**, p. 3).

<sup>225</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 20.

<sup>226</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 109.

<sup>227</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 111.

<sup>228</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 5.

<sup>229</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 98, 99. Para a concessão da anistia, o Comitê de Anistia da *Truth and Reconciliation Commission* considerava a relação entre o ato, a omissão ou a ofensa e o objetivo político perseguido, bem como, particularmente, se havia proporcionalidade entre o ato e o objetivo político indicado (HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 43).

<sup>230</sup> ROTBERG, Robert I – **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – **Truth v. justice: the morality of truth commissions**, p. 201; 210; 220; 235; 249. WEICHERT, Marlon Alberto – **A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade**. In GOMES, Luís Flávio [et al.] – **Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai**, p.

imunidade concedida em troca da verdade dos factos teve o efeito prático de uma absolvição judicial antecipada, poder quase-judicial raramente concedido a um ente que não é judicial, tampouco parlamentar.

Esse poder permite, sem dúvidas, o aumento das possibilidades de alcançar a verdade forense, haja vista que as pessoas respondem a incentivos, que, nesse caso, consistem na possibilidade de obter imunidade criminal, para factos determinados, deferida pela anistia, bem como na possibilidade de que, ao revelar a verdade sobre os atos que cometeu, o candidato à anistia nomeie comparsas, superiores ou subordinados até então desconhecidos, que ficariam sujeitos à persecução penal, a não ser que obtivessem anistia. Existe a possibilidade, assim, de um círculo virtuoso, benéfico à elucidação dos factos e, portanto, tendente a dar mais musculatura à dimensão epistemológica das comissões.

Por outro lado, o deferimento de anistia em troca da verdade tem grandes possibilidades de fomentar a verdade narrativa, na medida em que, a exemplo do que ocorreu na África do Sul<sup>231</sup>, as narrações dos perpetradores de violações a direitos humanos são registadas e encorpam o quadro narrativo geral. De mais a mais, as acareações entre os verdugos e as vítimas<sup>232</sup>, no terreno processual, permitem o erigir de uma “verdade social”; promovem o reconhecimento daqueles factos; incentivam a reconciliação e a reconstrução da nação, aspectos que compõem a “verdade restaurativa”, conforme análise adiante.

Quanto aos poderes da comissão da verdade brasileira, embora a lei que a criou não negue expressamente a possibilidade de busca pelo direito à justiça (responsabilização) – como fez a lei da anistia – o diploma em análise foi condicionado pela referida lei. Com efeito, o dogma da anistia, alimentado pela suposta opção da sociedade brasileira exclusivamente pela paz (reconciliação), em detrimento da responsabilização dos agentes violadores de direitos humanos, acabou por dar os contornos da lei em questão. Como resultado da adoção política dessa perspectiva, a lei que cria a Comissão Nacional da Verdade: não declinou a punição dos algozes como uma de suas finalidades; afastou a

---

232. AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - *Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*, p. 26, 30, 31, 53, 54, 57, 77, 175, 176. GRECO, Heloisa Amélia – **Memória vs. Esquecimento, instituinte vs. Instituído: a luta pela anistia ampla, geral e irrestrita**. In KLEBER DA SILVA, Haiké R. [et. al.] – *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 210, 211. MARX, Ivan Cláudio – **Justiça transicional e qualidade institucional no Brasil e na Argentina**. In KLEBER DA SILVA, Haiké R. [et. al.] – *A luta pela anistia*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816, p. 316, 317. QUINN, Joanna R. – **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 43.

<sup>231</sup> Em geral, os procedimentos do Comitê de Anistia da África do Sul tinham mais possibilidades de descobrir a verdade do que os julgamentos criminais (BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2007, ISBN 978-0-511-37972-7, p. 214).

<sup>232</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 43.

possibilidade de a própria comissão julgar ou instaurar inquéritos persecutórios (§4º, artigo 4º); não conferiu à comissão da verdade brasileira o direito de obter toda e qualquer informação relacionada aos factos objeto de estudo, apenas facultou a veiculação de requerimento nesse sentido junto ao Poder Judiciário (§6º, artigo 4º); e determinou que se observe a lei da amnistia, no que tange à articulação e integração com as duas outras comissões legalmente estatuídas no âmbito da justiça transicional brasileira – comissões da Anistia e Especial sobre mortos e desaparecidos políticos (artigo 6º).

No plano das possibilidades de conexão com a justiça penal, não há razão para que os dados colhidos e registados pelas comissões da verdade não sejam levados em consideração no contexto probatório das perseguições criminais<sup>233</sup>, como ocorreu na Argentina<sup>234</sup>, onde a *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* ganhou notoriedade e tornou-se emblemática pelo papel de precursora dos julgamentos judiciais que a sucederam, *status* conquistado a partir do levantamento e registo de milhares de depoimentos. A *Comission Nationale de Vérité et de Justice* do Haiti, a despeito da ausência de funções judiciais, também deu especial importância à justiça e à perseguição criminal, por meio do encaminhamento de casos para autoridades do Poder Judiciário<sup>235</sup>. Ocorre que, desde a redemocratização, poucos foram os casos encaminhados e menos ainda os que resultaram em punição para os acusados<sup>236</sup>.

Hayner sustenta que quanto mais amplos e fortes forem os poderes de convocação, proteção às vítimas, busca e apreensão, indicação dos nomes dos perpetradores de violações e recomendações obrigatórias, maiores são as possibilidades de as comissões atingirem suas finalidades, como indicam as experiências da África do Sul, El Salvador e Serra Leoa<sup>237</sup>. Weichert, por seu turno, defende sejam as comissões providas de poderes jurídicos análogos aos do Ministério Público, a saber: “(...) notificação de testemunhas e requisição de condução coercitiva (...); requisição de documentos e informações a entidades privadas; realização de inspeções e diligências; livre acesso a qualquer local público ou privado (...), e requisição do auxílio de força policial. (...) sem a necessidade de intervenção judicial (...)”<sup>238</sup>.

---

<sup>233</sup> HAYNER, Priscilla B. – *Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity*, p. 90.

<sup>234</sup> HAYNER, Priscilla B. – *Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity*, p. 90.

<sup>235</sup> QUINN, Joanna R. - *The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti*, p. 117, 118.

<sup>236</sup> HAYNER, Priscilla B. – *Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity*, p. 97.

<sup>237</sup> HAYNER, Priscilla B. – *Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity*, p. 322.

<sup>238</sup> WEICHERT, Marlon Alberto – *A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade*. In GOMES, Luís Flávio [et al.] – *Crimes da ditadura militar: uma*

Da mesma forma que não há coincidência entre os poderes judiciais e as prerrogativas das comissões, também inexiste plena identidade de finalidades do processo judicial e das comissões da verdade<sup>239</sup>. Estudiosos da matéria indicam, outrossim, que o modelo ideal de comissão da verdade deveria complementar a persecução penal<sup>240</sup>, complementariedade que guarda analogia àquela observada entre as justiças retributiva e restaurativa. De facto, não há duplicidade entre as funções da maioria das comissões e as competências do Poder Judiciário<sup>241</sup>.

As sociedades em conflito - matéria prima das comissões - são realidades complexas, multifacetadas. Os contextos sociais em que surgem as comissões suscitam, dos grupos sociais – notadamente daqueles que não influenciavam os rumos do regime em decadência – demandas específicas, como, por exemplo: reparação para as vítimas dos abusos; identificação e punição dos algozes; reconhecimento oficial das atrocidades cometidas; apuração e divulgação das violações de direitos humanos etc. Assim, numa sociedade redemocratizada, as finalidades das comissões da verdade acabam por espelhar esses interesses.

Influenciadas pelos objetivos sociais, as finalidades orientam os demais aspectos das comissões (objeto, metodologia de trabalho, poderes, atribuições etc), que são definidos de forma a realizá-las.

---

análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, p. 240, 241.

<sup>239</sup> Taruffo reconhece outras finalidades do processo, além da busca pela verdade: “Es necesario tener presente que el descubrimiento de la verdad es un fin esencial del proceso (...). El proceso es, en realidad, también un “lugar” en que se aplican normas, se realizan valores, se aseguran garantías, se reconocen derechos, se tutelan intereses, se efectúan elecciones económicas, se enfrentan problemas sociales, se asignan recursos, se determina el destino de las personas, se tutela la libertad de los individuos, se manifiesta la autoridad del Estado... y se resuelven controversias pro medio de decisiones deseablemente justas.” (TARUFFO, Michelle - **Simplemente la verdad: el juez y la construcción de los hechos**. Madrid: Marcial Pons, 2010, ISBN 978-84-9768-789-8, p. 156.)

<sup>240</sup> As comissões da verdade dariam maior possibilidade de participação da vítima no processo de apuração do facto danoso, conferindo-lhe maior controlo sobre a própria vitimização, a exemplo do que preconiza a justiça restaurativa e as formas alternativas de justiça Ryb (hebreus), Ubuntu (África do Sul), Gacaca (Ruanda), Rituais de reconciliação "Mato Oput" (Acholi-Uganda). (AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - *Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*, p. 52, 59, 60). Acerca do rito processual judeu utilizado à época de Jesus Cristo, consultar: ZAGREBELSKY, Gustavo - **A crucificação e a democracia**. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 57, 58. Para mais detalhes sobre Ubuntu, vide: QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 22, 35, 36, 38. AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - *Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*, p. 32. Sobre Gacaca, consultar: QUINN, Joanna R. – **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 146. Crocker sustenta a complementariedade das comissões e das cortes no cumprimento dos objetivos da justiça de transição (CROCKER, David A. – **Truth commissions, transitional justice, and civil society**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 1627).

<sup>241</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 16.



Possivelmente influenciados pelas numerosas demandas sociais, os autores são pródigos em atribuir finalidades, das mais diversas naturezas, às comissões da verdade. Essas parecem girar, outrossim, em torno das cinco finalidades básicas identificadas por HAYNER<sup>242</sup>: descobrir, esclarecer e reconhecer formalmente abusos do passado<sup>243</sup>; dar resposta a necessidades específicas das vítimas<sup>244</sup>; contribuir para a justiça e a responsabilização<sup>245</sup>; definir responsabilidade institucional e recomendar reformas<sup>246</sup>; promover reconciliação<sup>247</sup> e reduzir conflitos acerca do passado<sup>248</sup>.

---

<sup>242</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 24

<sup>243</sup> No mesmo sentido: ROTHENBERG, Daniel – **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. XXIII, XXIV; KISS, Elizabeth – **Moral ambition within and beyond political constraints: reflections on restorative justice**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth comissions. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 1109. Outras finalidades correlatas: gerar e reforçar a crença segundo a qual uma era de grande injustiça passou; identificar causas estruturais das violações aos direitos humanos; discernir padrões gerais, contexto institucional, causas e consequências das atrocidades (BHARGAVA, Rajeev – **Restoring decency to barbaric societies**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth comissions. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 796. KISS, Elizabeth – **Moral ambition within and beyond political constraints: reflections on restorative justice**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth comissions, p. 1181. CROCKER, David A. – **Truth commissions, transitional justice, and civil society**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth comissions, p. 1570); garantir o direito de conhecer a verdade sobre o ocorrido; apurar graves violações aos direitos humanos; compreender o ocorrido e adotar posturas de prevenção; fortalecer o princípio da transparência; promover o acesso à informação e a revelação da verdade histórica; construir e preservar a memória histórica (WEICHERT, Marlon Alberto – **A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade**. In GOMES, Luís Flávio [et al.] – Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, p. 231-235); criar verdade narrativa, social ou coletiva, que é essencial para o reconhecimento do passado, sendo que este, por sua vez, proporciona reconciliação e construção da confiança civil (QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth comissions in Uganda and Haiti**, p. 40, 41, 108, 117).

<sup>244</sup> São finalidades relacionadas: a finalidade de reparar relacionamentos, inclusive entre vítimas e opressores, representa um ponto de intercessão com a Justiça restaurativa (KISS, Elizabeth – **Moral ambition within and beyond political constraints: reflections on restorative justice**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth comissions, p. 1249, 1295).

<sup>245</sup> Finalidades correlatas: restaurar a *procedural justice* (justiça procedimental) através da reabilitação das vítimas políticas (BHARGAVA, Rajeev – **Restoring decency to barbaric societies**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth comissions, p. 737); complementar e preparar a persecução penal (AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil, p. 52).

<sup>246</sup> Defendem ponto de vista similar: ROTHENBERG, Daniel – **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. XXIV. São finalidades correlatas: determinar responsabilidades institucionais, sociais e políticas de uma sociedade (WEICHERT, Marlon Alberto – **A sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos e a obrigação de instituir uma Comissão da Verdade**. In GOMES, Luís Flávio [et al.] – Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, p. 233)

<sup>247</sup> Para consulta às críticas sobre a reconciliação como uma das finalidades das comissões da verdade, consultar: BHARGAVA, Rajeev – **Restoring decency to barbaric societies**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth comissions, p. 942.

<sup>248</sup> Ela cria condições, entretanto, para futura reconciliação. E, quando isso ocorre, pode ser vista como um mecanismo facilitador do perdão (BHARGAVA, Rajeev – **Restoring decency to barbaric societies**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth comissions, p. 700). Outras finalidades correlatas e instrumentais: promover a reconstrução de relações entre cidadãos, familiares e amigos; ser instância para que vítimas e sobreviventes relatem suas versões dos eventos; (BHARGAVA, Rajeev – **Restoring decency**

As finalidades básicas acima ilustradas, como era de se esperar, compaginam-se com algumas das “verdades” que compõem a dimensão epistemológica das comissões da verdade, tema desenvolvido no âmbito do estudo acerca da dimensão epistemológica das comissões.

As finalidades que a lei reconhece à Comissão Nacional da Verdade são a efetivação dos direitos à verdade e à memória histórica, a promoção da reconciliação nacional (artigo 1º), a garantia de não repetição (inciso VI, artigo 4º). Embora não seja o foco da comissão, o direito à compensação é também contemplado com a obrigação de a comissão da verdade brasileira colaborar para a prestação de assistência às vítimas das graves violações de direitos humanos (inciso VII, artigo 4º).

A bem da verdade, os direitos correlatos à justiça de transição não são realidades estanques, mas se implicam mutuamente, de forma que a concretização do direito à verdade fortalece a realidade dos demais.

Das duas primeiras finalidades decorrem os objetivos da comissão (artigo 3º) de: esclarecer (incisos I e II), dar publicidade (inciso III), compartilhar com outros órgãos para as providências cabíveis (inciso IV), prevenir (inciso VI) e registrar (inciso VII) “as graves violações de direitos humanos praticadas”.

#### **4. DAS TEORIAS ACERCA DA VERDADE**

Com vistas a evidenciar o potencial epistemológico da Comissão Nacional da Verdade, optou-se pela estratégia investigativa de aproximação entre os elementos da dimensão epistemológica e das teorias acerca da verdade, pelo que as linhas seguintes tratam de algumas das referidas teorias.

Em caráter preambular à exposição acerca das teorias da verdade, urge diferenciar duas dimensões da verdade: verdade intelectual e verdade ética. A primeira, objeto exclusivo da presente exposição, é expressa através do binômio: “verdade/falsidade”<sup>249</sup>. A verdade ética, por sua vez, trata de questão afeta à moral, que se traduz na dicotomia: “veracidade/mentira”<sup>250</sup>. Tradicionalmente, somam-se às diferenças acima apontadas o método para alcançá-las: lógico, para a verdade intelectual; e retórica para se entender a verdade ética<sup>251</sup>.

As concepções acerca da verdade, que medraram no fértil campo da verdade intelectual, podem ser classificadas em três amplas categorias: realista, epistêmica e

---

**to barbaric societies.** In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 792).

<sup>249</sup> KLATAU FILHO, Paulo - *O direito dos cidadãos à verdade perante o poder público*, p. 23.

<sup>250</sup> KLATAU FILHO, Paulo - *O direito dos cidadãos à verdade perante o poder público*, p. 23, 24.

<sup>251</sup> KLATAU FILHO, Paulo - *O direito dos cidadãos à verdade perante o poder público*, p. 7.

deflacionista<sup>252</sup>. Dos cinco conceitos fundamentais de verdade indicados por Abbagnano<sup>253</sup> e das quatro teorias da verdade historicamente mais importantes, segundo Schmitt<sup>254</sup>, dar-se-á ênfase às denominadas teorias tradicionais (verdade como correspondência, coerência e utilidade), posto que são as que mais apresentam conexões com a dimensão epistemológica das comissões.

As três teorias clássicas acima referidas partilham a ideia de que a verdade tem uma natureza, pelo que sustentam a existência de aspectos fundamentais da verdade que podem ser captados em uma fórmula ou em um conjunto de fórmulas, bem como de condições necessárias para que uma afirmação, proposição ou crença seja verdadeira. Alternativamente, podem propor uma identificação entre a propriedade de ser verídico e uma propriedade específica<sup>255</sup>. Por sustentarem que a verdade é uma propriedade dos portadores da verdade (proposições, afirmações, crenças etc), são denominadas teorias substancialistas, ao contrário das teorias deflacionistas, onde o significado de verdadeiro se volta inteiramente à sua função lógica na linguagem<sup>256</sup>.

#### 4.1. Da verdade como correspondência

Trata-se da mais antiga e conhecida concepção acerca da verdade, presente desde a antiguidade e amplamente predominante no cenário do pensamento filosófico até o século XVIII<sup>257</sup>.

Filiadas à categoria realista (realismo epistemológico), as teorias que conceituam a verdade como correspondência pressupõem duas teses fundamentais: existe um mundo real, independente do sujeito cognoscente (tese metafísica); é possível conhecer esse mundo real, embora de forma imperfeita (tese gnoseológica)<sup>258</sup>.

---

<sup>252</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - **Ensaio sobre a verdade**. São Paulo: Unimarco Editora, 2002, ISBN 85-86022-42-X, p.9.

<sup>253</sup> “Podem-se distinguir cinco conceitos fundamentais de V.: 1º a V. como correspondência; 2º a V. como revelação; 3º a V. como conformidade a uma regra; 4º a V. como coerência; 5º a V. como utilidade.” (ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 957).

<sup>254</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin: Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 1.

<sup>255</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 1.

<sup>256</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 28.

<sup>257</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 957. FERNANDEZ, Joseph M. - An exploration of the meaning of truth in philosophy and law. *The University of Notre Dame Law Review*. ISSN 1441-9769. (2009), p. 59. “*El concepto de verdad como correspondência goza de una largísima tradición. Está ya en ARISTÓTELES cuando establece que ‘falso es, en efecto, decir que lo que es, no es, y que lo que no es, es; verdadedo, que lo que es, es, y lo que no es, no es’; y después recibirá el nombre de ‘verdad como adecuación’ o ‘como correspondencia’, con la formulación clásica veritas est adaequatio rei et intellectus.*” (ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**. 3ª.ed. Madri: Marcial Pons, 2010. ISBN 978-84-9768-720-1, p.63.)

<sup>258</sup> APELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p. 51. GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald -

A despeito de haver sido pressuposto por algumas escolas pré-socráticas, o primeiro registo explícito desta concepção remonta à Platão<sup>259</sup>. Posteriormente, foi desenvolvido por Aristóteles, que entendeu a verdade como correspondência ou adequação entre a inteligência e a realidade; entre o pensamento e os factos - *cognitio est similitudo rei*<sup>260</sup> ou *veritas est adaequatio intellectus ad rem*<sup>261</sup>. Na clássica expressão do estagirita: “Negar aquilo que é, e afirmar aquilo que não é, é falso, enquanto afirmar o que é e negar o que não é, é a verdade.”<sup>262</sup>

A concepção é expressa pela seguinte fórmula: “S é verdadeiro se e somente se S corresponde a um fato”<sup>263</sup>.

A verdade é, nessa concepção, “medida pelo ser”<sup>264</sup>, dependendo, assim, do mundo dos factos; da demonstração estribada nos factos; de uma realidade cuja existência e predicados independem da mente<sup>265</sup>. Afasta-se, assim, do relativismo, haja vista que a verdade independe do sujeito e de suas crenças<sup>266</sup>.

Com efeito, um dos teoremas aristotélicos fundamentais da teoria da verdade como correspondência é, precisamente: “a medida da V. é o ser ou a coisa, não o pensamento ou o discurso”<sup>267</sup>. O correspondencialismo adota, portanto, uma postura diádica ante à verdade, na medida em que defende que a verdade emerge da certeza que um sujeito nutre em relação a um determinado objeto<sup>268</sup>.

A teoria se volta à apuração da verdade do pensamento ou da linguagem e não da coisa, daí o outro teorema aristotélico fundamental acerca dessa concepção: “a V. está no

Ensaio sobre a verdade, p.10. FERNANDEZ, Joseph M. - An exploration of the meaning of truth in philosophy and law, p. 60.

<sup>259</sup> São Tomás de Aquino também é um expoente da Teoria da Verdade como Correspondência. (TOMÁS DE AQUINO - **Questões discutidas sobre a verdade**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000. ISBN 85-351-0708-8, p. 61-63.)

<sup>260</sup> HÄBERLE, Peter - **Os problemas da verdade no estado constitucional**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2008. ISBN 8575254626, p.33.

<sup>261</sup> Apud KLATAU FILHO, Paulo – **O direito dos cidadãos à verdade perante o poder público**, p. 23.

<sup>262</sup> Apud ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 957. “To say of what is that it is not, or of what is not that it is, is false, while to say of what is that it is, or of what is not that it is not, is true” (ARISTÓTELES – **Metaphysics**. In *The Aristotle collection: 29 classic works*. Seattle: Amazon Digital Services, 2012. ISBN ?, p. 7.518.)

<sup>263</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - **Ensaio sobre a verdade**, p.10.

<sup>264</sup> BRUGGER, Walter - **Dicionário de filosofia**, p. 427.

<sup>265</sup> ARISTÓTELES - **Organon**. In *The Works of Aristotle*. Vol.I. Chicago: Encyclopedia Britannica Inc, 1952. p.8, 20, 98.

<sup>266</sup> MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, ISBN 978-85-7827-012-4, p. 73.

<sup>267</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 957.

<sup>268</sup> HERDY, Rachel – Habermas, pragmatismo e direito. *Kriterion: Revista de Filosofia*. Belo Horizonte: Departamento de Filosofia Universidade Federal de Minas Gerais. ISSN 0100-512X. 50:119, (2009) p. 48, 49.

pensamento ou na linguagem, não no ser ou na coisa”<sup>269</sup>. Com isso, quer dizer que aquilo que se busca apurar é se um juízo, proposição ou asserção são verdadeiros, o que ocorre quando o estado de coisas que eles enunciam existe<sup>270</sup>.

Estoicos e epicuristas, embora estribados em critérios diferentes, filiam-se à concepção da verdade como correspondência. Da mesma forma, para São Tomás de Aquino “*veritas est adaequatio rei et intellectus*”<sup>271</sup>.

Em meados do século XI, a doutrina Escolástica abalou o dogma do correspondencialismo ao defender que a conformidade se dava entre o intelecto e a coisa como é compreendida pelo intelecto (*res intellecta*), que é interior e não exterior à inteligência<sup>272</sup>.

A partir do século XIV, a teoria assume contornos exclusivamente lógicos ou semânticos, abandonando ou atenuando drasticamente seu viés metafísico<sup>273</sup> - daí falar-se em teoria semântica da verdade como correspondência<sup>274</sup>. Nesse sentido, Hobbes, Locke e Leibniz sustentam ser a verdade um atributo das proposições. Kant, também adotando definição nominal da verdade, defende o critério formal da verdade – conformidade do conhecimento com as suas regras<sup>275</sup>. Na obra de Espinoza e Hume também são encontradas relações com esta concepção<sup>276</sup>.

No século XX, Moore e, mais tarde, J. L. Austin retomaram a teoria correspondencialista, em oposição ao avanço do pensamento da verdade como coerência<sup>277</sup>.

No campo dos filósofos contemporâneos, Tarski<sup>278</sup> elaborou a mais influente entre as teorias da verdade com orientação na analítica da linguagem<sup>279</sup>. O filósofo polonês parte da concepção aristotélica de que a verdade de uma asserção consiste em seu acordo ou sua correspondência com a realidade, de forma que um enunciado é verdadeiro se designa um

---

<sup>269</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 957.

<sup>270</sup> ALEXY, Robert - **Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica**. 2ª ed. São Paulo: Landy Editora, 2008, p. 119.

<sup>271</sup> TOMÁS DE AQUINO - **Questões discutidas sobre a verdade**, p. 63.

<sup>272</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 958.

<sup>273</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 958.

<sup>274</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p. 51.

<sup>275</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 958.

<sup>276</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 16.

<sup>277</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 16, 17.

<sup>278</sup> Adota-se aqui a posição segundo a qual Tarski seria afiliado à concepção da verdade como correspondência, sem embargo da ausência de consenso a esse respeito (MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009. ISBN 978-85-7827-012-4, p. 75.).

<sup>279</sup> KELLER, Albert - **Teoria geral do conhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2009. ISBN 978-85-15-03630-1, p. 134.

estado de coisas que existe<sup>280</sup>. Todavia, diferentemente das teorias correspondencialistas anteriores, a teoria por ele preconizada define a verdade no contexto de uma linguagem, ao invés de uma verdade independente da linguagem<sup>281</sup>. A propriedade da verdade na linguagem é vista como a relação entre uma dada asserção, sua interpretação, a forma como o mundo é, e tudo o que expressam os sujeitos e predicados da linguagem<sup>282</sup>.

A abordagem tarskiana parte da semântica - disciplina que lida com relações entre expressões duma linguagem e os objetos por elas referidos – para fazer uso dos conceitos semânticos de “satisfação”, “designação” e “definição”<sup>283</sup>. Daí advém a denominação “concepção semântica da verdade”<sup>284</sup>. Assim, pela utilização do conceito de satisfação, Tarski conclui que uma sentença é verdadeira se for satisfeita por todos os objetos, do contrário, é falsa<sup>285</sup>.

A frustração no que diz respeito à garantia de um conhecimento seguro, imutável e inquestionável, bem como a impossibilidade de se confiar na infalibilidade da nossa percepção empírica são as principais críticas que se fazem à teoria da correspondência<sup>286</sup>.

O conceito de correspondência, elemento fundamental de ligação entre pensamento e realidade, é considerado uma das fragilidades da concepção da verdade em estudo, tendo em vista a dificuldade em definir em que consiste essa correspondência com precisão<sup>287</sup>.

A exigência da correspondência entre o enunciado e o facto a que ele se reporta também suscita o questionamento em torno do conceito de facto. Normalmente, considera-se facto aquilo que realmente aconteceu, o que implica dizer que dever-se-ia, antes de apurar a correspondência, averiguar a veracidade do próprio facto<sup>288</sup>, o que fragiliza a concepção da verdade como correspondência. Para Habermas, “[f]atos são o que os enunciados, quando são

---

<sup>280</sup> TARSKI, Alfred - **The semantic conception of truth and the foundations of semantics**. In SCHMITT, Frederick F. - *Theories of truth*. Bodmin: Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 117.

<sup>281</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 23.

<sup>282</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 24.

<sup>283</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 958. TARSKI, Alfred - **The semantic conception of truth and the foundations of semantics**. In SCHMITT, Frederick F. - *Theories of truth*, p. 119.

<sup>284</sup> TARSKI, Alfred - **The semantic conception of truth and the foundations of semantics**. In SCHMITT, Frederick F. - *Theories of truth*, p. 119.

<sup>285</sup> TARSKI, Alfred - **The semantic conception of truth and the foundations of semantics**. In SCHMITT, Frederick F. - *Theories of truth*, p. 127.

<sup>286</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p.51.

<sup>287</sup> MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, ISBN 978-85-7827-012-4, p. 74. FERNANDEZ, Joseph M. - **An exploration of the meaning of truth in philosophy and law**, p. 60, 61.

<sup>288</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - **Ensaio sobre a verdade**, p.11. Para Russel, as proposições podem ser de duas espécies: factos, que são verdadeiros; e ficções, que são falsos. (RUSSEL, Bertrand - **On the nature of truth**. In SCHMITT, Frederick F. - *Theories of truth*. Bodmin, Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 90).

verdadeiros, enunciam; não são aqueles a que se referem os enunciados.”<sup>289</sup> Dessa forma, fica prejudicada a ideia fundamental de que os factos são sinónimos de um estado de coisas a que as proposições devem corresponder para serem verdadeiras.

Por outro lado, a doutrina também questiona a possibilidade de comparar os enunciados (elementos linguísticos) aos factos (elementos não-linguísticos)<sup>290</sup>. Aqueles só poderiam ser comparados entre si, com vistas a verificar a sua harmonização, posto que estão na mente, ao contrário dos factos<sup>291</sup>. A objeção segundo a qual os julgamentos deveriam ser comparados entre si para lhes averiguar a veracidade propiciou o surgimento das teorias da verdade como coerência.

#### 4.2. Da verdade como coerência

Em que pese ter a corrente coerentista raízes no pensamento de Espinosa e Hegel<sup>292</sup>, a manifestação mais recente – no idealismo inglês de meados do século XIX<sup>293</sup> – é frequentemente apontada como origem do movimento. H. H. Joachim, Bradley e Blanshard são três dos principais autores desta corrente de pensamento<sup>294</sup>, que, por sua vez, alberga várias concepções diferentes no que diz respeito à relação de coerência e à constituição do conjunto de proposições<sup>295</sup>.

As teorias da coerência ou teorias sintáticas da verdade diferenciam-se das teorias da correspondência em dois aspectos principais: relação entre as proposições e as condições da verdade; e condições da verdade das proposições<sup>296</sup>.

As primeiras manifestações desta teoria entendiam que deve haver “consistência” entre a proposição e o conjunto de proposições para que se possa falar em verdade.

---

<sup>289</sup> ALEXY, Robert - **Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica**. 2ª ed. São Paulo: Landy Editora, 2008, p. 120.

<sup>290</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 11. GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - Ensaio sobre a verdade, p.13.

<sup>291</sup> FERNANDEZ, Joseph M. - An exploration of the meaning of truth in philosophy and law. The University of Notre Dame Law Review, p. 61. SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 11.

<sup>292</sup> MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, ISBN 978-85-7827-012-4, p. 77. ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 961.

<sup>293</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 961. SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin, Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 11.

<sup>294</sup> Para HÄberle: “A teoria da coerência da verdade tem em Habermas o seu maior representante.” (HÄBERLE, Peter - **Os problemas da verdade no estado constitucional**, p.68.). Já ABELLÁN situa HABERMAS como pragmatista.(ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p.55.).

<sup>295</sup> YOUNG, James - The Coherence Theory of Truth. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.

<sup>296</sup> YOUNG, James - The Coherence Theory of Truth. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.

Posteriormente, considerou-se precário ou insuficiente o critério da consistência, reclamando-se, assim, para além da consistência, coesão, de forma que haja harmonia e ausência de contradição entre os elementos que compõem uma narração<sup>297</sup>. A coerência deveria estar presente para justificar crenças ou para que essas possam adquirir o *status* de conhecimento<sup>298</sup>.

Os partidários da vertente coerentista partem das concepções metafísicas idealistas segundo as quais: a realidade é composta por convicções ou juízos; e o mundo consiste em um todo coeso<sup>299</sup>. Anti-realistas e afiliados à categoria epistêmica, os partidários dessa concepção rejeitam qualquer tentativa de espelhar a realidade na linguagem<sup>300</sup>. Assim, no que diz respeito às condições de verdade, as proposições não seriam - como ocorre nas teorias da correspondência - passíveis de verificação com base nos dados objetivos da realidade. As proposições não podem corresponder a factos objetivos<sup>301</sup>. No que pertine à relação da proposição com as condições de verdade, tem-se que o que é possível e permite o alcance da verdade é a coerência da proposição com outras proposições ou com um determinado conjunto de proposições<sup>302</sup>.

A verdade deixa de depender, assim, da realidade fática, de um “mundo independente da mente”<sup>303</sup>; consiste, outrossim, em coerência da proposição com um conjunto ou sistema complexo de proposições ou convicções que não são arbitrariamente escolhidas<sup>304</sup>, mas que tenham credibilidade; que sejam críveis para quem faz esse juízo de coerência<sup>305</sup>. Por seu turno, um sistema de crenças é tido como coerente quando ostenta um aspecto geral de

<sup>297</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p. 53.

<sup>298</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin, Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 11.

<sup>299</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin, Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 13.

<sup>300</sup> FERNANDEZ, Joseph M. - An exploration of the meaning of truth in philosophy and law. *The University of Notre Dame Law Review*, p. 62. SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin, Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 11.

<sup>301</sup> “En el fondo de la teoria de la coherencia, en efecto, subyace una desconfianza en la infalibilidad de la contrastación empírica, o si se quiere, en la objetividad del conocimiento de base observacional.” (ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p. 52.)

<sup>302</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p. 52. YOUNG, James - *The Coherence Theory of Truth*. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.

<sup>303</sup> YOUNG, James - *The Coherence Theory of Truth*. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.

<sup>304</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p. 53. HÄBERLE, Peter - **Os problemas da verdade no estado constitucional**, p. 68.

<sup>305</sup> YOUNG, James - *The Coherence Theory of Truth*. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.



simplicidade e seus elementos são consistentes entre si<sup>306</sup>. As asserções não são consideradas isoladamente, mas no contexto dessa rede de asserções. Atribui-se o predicado verdadeiro à proposição que pertença a um sistema de crenças harmonioso ou coerente<sup>307</sup>.

De forma geral, os coerentistas entendem que o específico conjunto de proposições devem ser críveis ou tidos como verdadeiros. Alguns acreditam consistir esse conjunto, sistema ou rede no mais largo conjunto de proposições atualmente aceito pelas pessoas; outros entendem tratar-se de conjunto de proposições nos quais as pessoas acreditarão quando tiverem alcançado um determinado grau de investigação, posição que já indica uma aproximação das teorias pragmatistas da verdade<sup>308</sup>. Há, outrossim, aqueles que acreditam que se tratar de um sistema ideal, que reúna as crenças de um ser cognoscente infalível, onnisciente<sup>309</sup>. Quine sustenta que o sistema de crenças pode ser uma teoria, como também uma narrativa científica ou histórica<sup>310</sup>.

Assim, a teoria se expressa através da fórmula: “S é verdadeiro se e somente se é um membro de um conjunto de crenças coerente internamente”<sup>311</sup>.

A doutrina das relações internas de Joachim preconiza que toda relação tem fundamento na natureza dos entes relacionados<sup>312</sup>.

Bradley defende que a consistência deve contemplar uma implicação, que permita uma mútua explicação entre proposições. Assim, uma proposição é coerente se e somente se for resultado de uma implicação lógica de membros do conjunto de convicções<sup>313</sup>; se e somente se a afirmação das proposições do conjunto implicar na afirmação da proposição em pauta (dada uma proposição A, a proposição B é verdadeira, de forma que uma implica a

---

<sup>306</sup> FERNANDEZ, Joseph M. - An exploration of the meaning of truth in philosophy and law. *The University of Notre Dame Law Review*, p. 61.

<sup>307</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - *Ensaio sobre a verdade*, p. 13. KELLER, Albert - **Teoria geral do conhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2009, ISBN 978-85-15-03630-1, p. 136.

<sup>308</sup> YOUNG, James - *The Coherence Theory of Truth*. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>. FERNANDEZ, Joseph M. - **An exploration of the meaning of truth in philosophy and law**. 11 U. Notre Dame Austl. L. Rev. 53 2009, p. 62.

<sup>309</sup> YOUNG, James - *The Coherence Theory of Truth*. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>. SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin, Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 2.

<sup>310</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - *Ensaio sobre a verdade*, p. 13.

<sup>311</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - *Ensaio sobre a verdade*, p. 13.

<sup>312</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 13.

<sup>313</sup> YOUNG, James - *The Coherence Theory of Truth*. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.

outra). Trata-se de um sistema coerente, que se explica a si mesmo e se autolegitima. A verdade é, assim, entendida como coerência perfeita. O grau de verdade varia de acordo com graus de coerência alcançáveis pelo pensamento humano, entretanto, essa coerência será sempre aproximada, imperfeita<sup>314</sup>.

No plano das críticas, primeiramente, conclui-se que a coerência com um conjunto de proposições não tem o condão, por si só, de transformar a proposição em verdadeira (objeção que a doutrina denomina “*the specification objection*”)<sup>315</sup>. Há críticas também quanto à possibilidade de o sistema de proposições ser falso<sup>316</sup>. Ademais, mesmo considerando o sistema de proposições mais amplo, não há razões para descartar a existência de outro sistema de mesmas ou maiores proporções<sup>317</sup>.

No mais, as teorias da coerência não seriam capazes de explicar porque há proposições que são verdadeiras, porém não são coerentes com qualquer conjunto de proposições (obstáculo denominado “*the transcendence objection*”)<sup>318</sup>.

#### 4.3. Da verdade como utilidade

Repousa em Nietzsche a primeira manifestação desta concepção<sup>319</sup>, que foi especialmente difundida no século XIX, pelo pragmaticismo de Peirce, Dewey e Putnam, bem como pelo pragmatista James, principais referências doutrinárias do conceito em questão<sup>320</sup>.

Motivadas pelas disputas metafísicas - no bojo das críticas às teorias da verdade como coerência<sup>321</sup> - e impulsionadas pelo surgimento de novas noções epistemológicas e de alternativas às definições teóricas dominantes até o século XIX<sup>322</sup>, as teorias da verdade como

---

<sup>314</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 961.

<sup>315</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p.53.

<sup>316</sup> RUSSEL, Bertrand - **On the nature of truth**. In SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin, Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 81.

<sup>317</sup> YOUNG, James - **The Coherence Theory of Truth**. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>. FERNANDEZ, Joseph M. - **An exploration of the meaning of truth in philosophy and law**. 11 U. Notre Dame Austl. L. Rev. 53 2009, p. 62. KELLER, Albert - **Teoria geral do conhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2009, ISBN 978-85-15-03630-1, p. 136. MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, ISBN 978-85-7827-012-4, p. 78.

<sup>318</sup> YOUNG, James - **The Coherence Theory of Truth**. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL: <http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.

<sup>319</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 961.

<sup>320</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - **Ensaio sobre a verdade**, p. 13.

<sup>321</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - **Ensaio sobre a verdade**, p. 14.

<sup>322</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 2.

utilidade entendem que o significado de um conceito ou ideia se confunde com as consequências práticas de seu uso, sendo a verdade o acordo com a realidade<sup>323</sup>.

A exemplo do que ocorre na concepção da verdade como coerência, os partidários da verdade como utilidade entendem que a verdade envolve uma relação com algum sujeito cognoscente real ou possível. No caso das teorias pragmatistas, a asserção deve subsistir permanentemente ao teste investigatório, sendo, assim, aceito por um possível investigador<sup>324</sup>. O conceito de verdade para os adeptos dessa corrente de pensamento depende, assim, de suas funções pragmáticas ou experimentais<sup>325</sup>. A verdade depende do critério que se adotou para chegar a ela (perspectiva internalista), ao contrário das teorias da correspondência que apartam a justificativa para crer que algo é verdade da verdade em si (externalistas)<sup>326</sup>.

Os pragmatistas questionam-se, à partida, acerca das consequências práticas de se considerar uma ideia verdadeira<sup>327</sup> e chegam à conclusão de que uma ideia só é verdadeira se for útil, não no sentido comum da palavra, mas de um modo específico<sup>328</sup>.

Peirce entende que as dúvidas são resolvidas apenas através da investigação, com vistas à fixação da crença permanente. O objetivo da investigação não consiste na fixação de crença verdadeira, mas na opinião ou crença firme, seja verdadeira ou falsa<sup>329</sup>.

O filósofo americano define a crença verdadeira como aquela que subsiste à investigação continuada, com exaustivo emprego de método de fixação de crenças<sup>330</sup>. A verdade, por sua vez, é a opinião que está fadada a ser derradeiramente consentida entre aqueles que investigam, sendo a realidade o objeto dessa opinião. O real está fora da mente; identifica-se com os efeitos sensíveis das coisas; e influencia as sensações, que, por sua vez, causam os pensamentos e tomam a forma de crenças<sup>331</sup>. No pragmatismo de Peirce, a verdade

---

<sup>323</sup> FERNANDEZ, Joseph M. - **An exploration of the meaning of truth in philosophy and law**. 11 U. Notre Dame Austl. L. Rev. 53 2009, p. 63.

<sup>324</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin, Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 2.

<sup>325</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p.55.

<sup>326</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p.56.

<sup>327</sup> FERNANDEZ, Joseph M. - **An exploration of the meaning of truth in philosophy and law**. 11 U. Notre Dame Austl. L. Rev. 53 2009, p. 63.

<sup>328</sup> MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, ISBN 978-85-7827-012-4, p. 80, 81.

<sup>329</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 3, 4.

<sup>330</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 5, 8, 9. A verdade é entendida como o fim da investigação: “(...) *la verdad es el final de la investigación, aquello en lo que condordarán, o concordarian, quienes usan el método científico si persistiesen en el tempo suficiente, y el objeto representado por esa opinión es lo real.*” PEIRCE, 1974. Apud ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p. 56.

<sup>331</sup> PEIRCE, Charles Sanders - **How to make our ideas clear**. In SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin: Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 53. HOOKWAY, Christopher - **Pragmatism**. [Em linha]

reside na justificação perante a comunidade de investigadores, perfazendo relação triádica (sujeito, objeto, interpretante)<sup>332</sup>. Em que pese a fixação permanente, Peirce admitia que experiências futuras implicassem na retração dessa crença<sup>333</sup>. Em suma, pode o pragmatismo de Peirce ser expresso da seguinte forma: “S é verdadeiro se e somente se S é provável, ou verificável em condições ideais, o que poderíamos alcançar, ainda que idealmente, no final da investigação”<sup>334</sup>.

A exemplo de Peirce, James dá enfoque às consequências cognitivas da veracidade das ideias, deixando em segundo plano as suas consequências para o mundo. O autor se afasta, por outro lado, do pensamento de Peirce quando sustenta que a verdade é aquela que emerge ao final da investigação, não sendo fixada permanentemente em investigação continuada<sup>335</sup>.

Para James, questão fundamental é saber que efeitos concretos, práticos a verdade vai trazer à vida de alguém ou, noutras palavras, qual é o seu valor em termos de experiência<sup>336</sup>. Nesse passo, crenças verdadeiras são úteis, ou seja, são aquelas que têm utilidade prática na vida ou pertencem a um sistema que tenha essa utilidade. As crenças verdadeiras são úteis porque seus objetos são úteis ou danosos, em circunstâncias hipotéticas, de forma que as crenças permitem antever essas características, subsidiando, assim, a tomada de decisões<sup>337</sup>.

A verdade é percebida como relação entre a ideia e a realidade, levando-se em conta um mundo empírico de circunstâncias que rodeiam a ideia e seu objeto<sup>338</sup>. Verdadeiro é o verificável em um período suficientemente longo, não se trata de propriedade estática de uma ideia, mas de algo que acontece à ideia, tornada verdadeira por força de eventos. A veracidade é, assim, tida como um evento, mais especificamente, um processo denominado verificação. Verdade para James é o que é passível de verificação, assimilação, validação, corroboração<sup>339</sup>.

---

Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2010/entries/pragmatism/>>

<sup>332</sup> HERDY, Rachel – **Habermas, pragmatismo e direito**, p. 48, 49.

<sup>333</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 9.

<sup>334</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - **Ensaio sobre a verdade**, p.13.

<sup>335</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 9.

<sup>336</sup> JAMES, William - **Pragmatism's conception of truth**. In SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin: Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2, p. 60

<sup>337</sup> SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 5, 9, 10.

<sup>338</sup> JAMES, William – **Meaning of truth**. Seattle: Amazon digital services, 2004, ISBN 978-0486421407, p. 1297, 1311.

<sup>339</sup> JAMES, William - **Pragmatism's conception of truth**. In SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 60. SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 9. JAMES, William – **Meaning of truth**. Seattle: Amazon digital services, 2004. ISBN 978-0486421407, p. 9. GLANZBERG, Michael - **Truth**, The Stanford Encyclopedia of Philosophy. [Em linha] Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 2006. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/truth/>>.

No que diz respeito especificamente aos processos de verificação e corroboração, James entende existir um número substancialmente superior de processos de verificação em estado de nascença em relação aos completos. A verificabilidade, presente nos processos incompletos, revela-se tão valiosa quanto a verificação, dado que os referidos processos seriam o caminho para a verificação<sup>340</sup>. Os processos de verificação e validação dizem respeito a certas consequências práticas, mentais ou físicas, da ideia verificada e validada, a que se chega ao final do processo<sup>341</sup>. Essas consequências, por sua vez, seriam o que se tem em mente quando se afirma que as consequências concordam com a realidade<sup>342</sup>. Também é definida a verificabilidade como habilidade para guiar prosperamente através da experiência ou função de conduzir a adequação entre ideia e objeto<sup>343</sup>. Encorpa, assim, a propriedade abstrata de conectar ideias a objetos<sup>344</sup>. Já na corroboração reside tudo o que o conhecimento de um objeto pode significar<sup>345</sup>. Assim, em expressão simplificada, o pragmatismo de James entende que: “S é verdadeiro se e somente se S é útil de se acreditar”<sup>346</sup>.

No campo das críticas, é recorrente a objeção segundo a qual nada obsta que surjam várias opiniões como resultado da investigação científica, tendo em vista, inclusive, as condições tecnológicas de determinada época. Assim, entre esses vários posicionamentos, a eleição do verdadeiro, na visão dos pragmatistas, pode depender: do consenso; da aceitação pela comunidade; da simplicidade; e até da elegância de determinada opinião. Verdade passa a ser o que é aceito de forma justificada<sup>347</sup>.

Se a verdade, na perspectiva dos pragmatistas, assume contornos indesejavelmente relativos, na concepção da teoria consensual, ela parece, entretanto, tão ideal e inalcançável quanto a sua justificação.

---

<sup>340</sup> WILLIAM, James – **Meaning of truth**. Seattle: Amazon digital services, 2004. ISBN 978-0486421407, p. 10. JAMES, William - **Pragmatism's conception of truth**. In SCHMITT, Frederick F. - *Theories of truth*, p. 63.

<sup>341</sup> WILLIAM, James – **Meaning of truth**. Seattle: Amazon digital services, 2004. ISBN 978-0486421407, p. 1833. SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**, p. 9, 10. JAMES, William - **Pragmatism's conception of truth**. In SCHMITT, Frederick F. - *Theories of truth*, p. 60.

<sup>342</sup> JAMES, William - **Pragmatism**. Seattle: Amazon digital services, ?, ISBN 146368441X, p. 1363.

<sup>343</sup> JAMES, William - **Pragmatism**. Seattle: Amazon digital services, ?, ISBN 146368441X, p. 40.

<sup>344</sup> WILLIAM, James – **Meaning of truth**. Seattle: Amazon digital services, 2004. ISBN 978-0486421407, p. 1587.

<sup>345</sup> WILLIAM, James – **Meaning of truth**. Seattle: Amazon digital services, 2004. ISBN 978-0486421407, p. 893.

<sup>346</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - *Ensaio sobre a verdade*, p.13.

<sup>347</sup> ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**, p. 56.

O facto de as teorias defenderem visões alternativas acerca da verdade não implica na impossibilidade de adoção de mais de uma teoria por um determinado pensador<sup>348</sup>. Da mesma forma, as comissões da verdade não necessariamente devem adotar apenas uma dessas concepções em sua jornada em busca da verdade, conforme ficou consignado no relatório da comissão da verdade da África do Sul<sup>349</sup>.

## **5. DAS INCIDÊNCIAS EPISTEMOLÓGICAS DAS COMISSÕES DA VERDADE E DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE**

Após a análise das teorias acerca da verdade, já se tem base teórica suficiente para analisar a dimensão epistemológica das comissões da verdade e suas conexões com as concepções de verdade acima aludidas, principais aspectos epistemológicos das comissões da verdade em geral e da comissão da verdade brasileira, em particular.

### **5.1. Da dimensão epistemológica das comissões da verdade**

Conforme visto, a complexidade das sociedades em transição suscitou o carácter multidimensional das comissões da verdade, traduzido nas suas diversas finalidades. Estas, por sua vez, dão azo aos diversos sentidos, dimensões, orientações ou prismas das comissões da verdade: reparação, reconciliação, responsabilização, reconhecimento etc.

A primeira finalidade básica (descobrir, esclarecer e reconhecer formalmente abusos do passado), principalmente naquilo que diz respeito à descoberta e ao esclarecimento de factos, implica que as comissões da verdade tenham uma função epistemológica, ou seja, que elas tenham como uma de suas incumbências a produção do conhecimento e a busca pela verdade<sup>350</sup>. Essa função, por sua vez, revela a dimensão epistemológica das comissões da verdade, assim compreendido o conjunto de instrumentos e métodos directamente relacionados à construção de conhecimento e à determinação da verdade acerca dos seus objetos de estudo<sup>351</sup>.

Analisar a dimensão epistemológica das comissões da verdade é, portanto, estudar o conjunto estruturado de instrumentos e métodos voltados à consecução da verdade e alguns

---

<sup>348</sup> ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**, p. 957. MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, ISBN 978-85-7827-012-4, p. 82, 83.

<sup>349</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. [Em linha] Cape Town: Cape Town Office Report, 1998, vol. 1- [Consult. 14 Mar. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>>, p. 161.

<sup>350</sup> Dado que a verdade é condição essencial para o conhecimento. (MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, ISBN 978-85-7827-012-4, p. 67).

<sup>351</sup> Adota-se aqui definição análoga à de Taruffo (TARUFFO, Michelle - **Simplemente la verdad: el juez y la construcción de los hechos**, p. 155).

dos resultados que podem ser alcançados a partir dos meios escolhidos. Por outro lado, no âmbito processual das comissões, a adoção de noções e métodos científicos parece ser a forma mais racional e fidedigna de determinar a verdade<sup>352</sup>, conclusão que justifica as aproximações doravante ensaiadas entre alguns dos instrumentos e métodos que compõem a dimensão epistemológica das comissões e as teorias tradicionais acerca da verdade.

Pese embora a ausência de uniformidade no que diz respeito aos instrumentos e métodos adotados por cada comissão, é possível, para já, urdir algumas linhas gerais e pontuar a exposição com exemplos específicos.

A eleição dos métodos a serem adotados pelas comissões da verdade tem como pressuposto a definição das “verdades” que a comissão pretende alcançar<sup>353</sup>. Com efeito, antes de definir o trajeto, é mister identificar o destino. Uma vez definidos esses dois parâmetros, cumpre avaliar, no caso concreto, se os instrumentos metodológicos escolhidos – colheita de testemunhas, audiências públicas, oitivas privadas, análise documental, implantação de banco de dados etc<sup>354</sup> – são adequados, necessários e proporcionais à busca do conhecimento, conforme análise à luz do Princípio da Proporcionalidade.

No panorama geral, quase todas as comissões adotam a colheita de depoimentos e registo da narrativa das vítimas e testemunhas em algum momento processual. Os testemunhos suscitam a necessidade de verificação dos factos, validação e corroboração das evidências, o que se busca atender, habitualmente, através da consulta a registos forenses, governamentais e de inteligência entre outros<sup>355</sup>. A tomada de depoimentos das vítimas, testemunhas e daqueles apontados como perpetradores dos abusos, pode ser precedida por requerimento escrito, que, aprovado, permite ao interessado narrar suas experiências perante um painel com os membros da comissão, como ocorreu em Seri-Lanca<sup>356</sup>. Outras comissões adotam questionários, paralelamente às oitivas<sup>357</sup>. Em Uganda<sup>358</sup>, Serra Leoa<sup>359</sup>, África do Sul<sup>360</sup> e Brasil as comissões tinham o poder-dever de coletar depoimentos espontâneos, bem como a prerrogativa de convocar pessoas para prestar depoimentos. Em virtude do período política e socialmente instável em que se instalam, muitas comissões optam por não realizar

---

<sup>352</sup> TARUFFO, Michelle - **Simplemente la verdad: el juez y la construcción de los hechos**, p. 241.

<sup>353</sup> HAYNER, Priscilla B. - **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 81, 82.

<sup>354</sup> BHARGAVA, Rajeev [et. al.] - **Truth v. justice: the morality of truth comissions**, p. 4409.

<sup>355</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth comissions in Uganda and Haiti**, p. 45.

<sup>356</sup> HAYNER, Priscilla B. - **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 65.

<sup>357</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth comissions in Uganda and Haiti**, p. 54, 70.

<sup>358</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth comissions in Uganda and Haiti**, p. 109.

<sup>359</sup> HAYNER, Priscilla B. - **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 322.

<sup>360</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report., p. 154, 155.

audiências públicas, a exemplo do que ocorreu em (Argentina, Bolívia, Zimbábue, Uruguai, Filipinas, Chile, Haiti e mais dez)<sup>361</sup>. No contrapolo, as comissões da verdade de África do Sul<sup>362</sup>, Guatemala<sup>363</sup>, Uganda<sup>364</sup> e Brasil, entre muitas outras, fizeram uso de audiências públicas para buscar a verdade acerca dos acontecimentos do passado.

Na África do Sul, as audiências públicas compunham a primeira fase processual da *Truth and Reconciliation Commission* e foram responsáveis, em grande medida, pela publicização das atividades da comissão. Os depoimentos encorpavam a segunda fase processual da comissão, que foi decomposta em sete passos encadeados. Esses passos traduzem o fluxo de informações da comissão: colheita dos depoimentos; registo dos depoimentos; processamento dos dados colhidos; compartilhamento dos dados; corroboração; pré-revelações regionais; revelações nacionais. A tomada dos depoimentos se dava de três formas: nos gabinetes da *Truth and Reconciliation Commission*; nas comunidades, por ocasião das audiências; ou por meio de um programa, que foi fundamental para a integração entre as informações.

Após o registo dos dados, as violações registadas eram classificadas segundo vários critérios: tipos de violação, segundo previsão no ato que criou a comissão da verdade sulafricana; identificação das vítimas; data; lugar; consequências; contexto político; quantidade; perpetradores e sua afiliação com organizações. Os dados já categorizados eram, então, compartilhados e submetidos à corroboração, passo mais rico do ponto de vista epistemológico.

A corroboração dos dados acima referidos, no âmbito da *Truth and Reconciliation Commission*, era, primeiramente, realizada por um time de investigadores, com base em uma lista padrão de indicadores de corroboração, que incluía: registos forenses, certidões de óbito, reportagens, investigações e outros documentos. Posteriormente, uma equipe de pesquisadores regionais operavam pesquisas literárias e visitas em campo, que resultavam em documentos que retratavam o contexto político da região, através da descrição dos conflitos políticos nas áreas de graves violações a direitos humanos. Na etapa de pré-revelações regionais (*regional pre-findings*), o Comitê de Violações de Direitos Humanos, em

---

<sup>361</sup> ROTBERG, Robert I - **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] - **Truth v. justice: the morality of truth commissions**, p. 74. QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 79, 101.

<sup>362</sup> A fase das audiências era a primeira etapa processual da *Truth and Reconciliation Commission* e voltava-se, sobretudo, às comunidades. (TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p. 145.)

<sup>363</sup> ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth commission report**, p. XXXVI.

<sup>364</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 109.



ponderação de probabilidade e com base nos depoimentos, no material corroborativo da equipe de investigadores e na contextualização operada pelos pesquisadores regionais, decidiam se as asserções veiculadas nos depoimentos: estavam dentro ou fora da alçada legal da comissão da verdade sulafricana; necessitavam retornar à etapa da corroboração; eram falsas; eram verdadeiras, caso em que era remetida uma carta de intimação àqueles apontados como autores dos abusos aos direitos humanos.

O último passo da fase de depoimentos, denominado revelações ou descobertas nacionais, era desenvolvido por uma força-tarefa, responsável pelo exame, ratificação e registo dos dados das pré-revelações regionais e do processo que conduziu a essas descobertas<sup>365</sup>. Em suma, a *Truth and Reconciliation Commission* examinava as evidências e o material corroborativo para apresentar, no relatório final, decisões baseadas em juízo de probabilidade, ao invés de sustentar uma certeza absoluta acerca da matéria<sup>366</sup>.

A comissão da Guatemala adotou instrumentos e métodos epistemológicos semelhantes aos da comissão da verdade sulafricana, conforme indica o seu plano de trabalho. A necessidade de avaliar a probabilidade e a credibilidade dos testemunhos e daqueles que prestaram as informações suscitaram diversas exigências e procedimentos: exigência de descrição concreta do evento e suas circunstâncias, sem a qual não se perfazia o registo do caso; necessidade de ausência de contradição entre o conteúdo do depoimento e os padrões de violações já registados no local e data mencionados. O método da corroboração também foi largamente utilizado pela *Comisión para el Esclarecimiento Histórico*, cujos investigadores coletaram o máximo de informações possíveis acerca dos factos veiculados nos depoimentos e nas audiências. Entre os elementos colhidos a título de corroboração das informações testemunhais, constam documentos trazidos pelas vítimas, testemunhas, organizações, associações, reportagens de jornais, relatos forenses, relatórios dos escritórios regionais da *Comisión*, etc<sup>367</sup>. A comissão lançou mão, inclusive, de exumações para corroborar alegações que refutavam a versão oficial de determinadas mortes.

A comissão guatemalteca avaliava cada caso, considerando todas as informações disponíveis acerca deles, e os ordenava de acordo com graus de certeza, estipulados com base em três critérios básicos: presença ou não de testemunhas diretas; credibilidade das testemunhas, segundo juízo dos membros da comissão; e existência ou não de evidências

---

<sup>365</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p. 140-143, 154, 155.

<sup>366</sup> ROTBERG, Robert I - **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation.** In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] - *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 290.

<sup>367</sup> ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. XXXVII, 142.

adicionais que corroborassem as alegações. Para ser considerada verdadeira e ingressar nas análises estatísticas e compor o relatório final da *Comisión*, uma determinada asserção colhida via depoimento deveria atingir, no mínimo, o grau de “razoável probabilidade”, que concentrava os casos em que não havia testemunha ocular direta acerca do evento e da sua autoria, no entanto, estavam presentes conhecimento coletivo sobre os responsáveis, corroboração entre vários testemunhos no sentido da ocorrência do facto, ou consciência, por parte da comissão, da existência de informações suficientes para sustentar a legitimidade do alegado. No outro extremo, um terço dos casos registados foram classificados como de “completa certeza”, assim percebidos aqueles cujos depoimentos das testemunhas diretas afastaram quaisquer dúvidas quanto à credibilidade em relação aos eventos e autorias ou aqueles em que se verificou a existência de documentos que confirmavam o facto narrado e a respectiva autoria. No meio termo, pouco menos da metade dos casos pertencia à categoria de “probabilidade bem fundada”, em que nem todos os depoimentos que sustentavam determinada alegação provinham de testemunhas diretas, mas onde não havia dúvidas acerca da sua credibilidade<sup>368</sup>.

O objetivo da *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* não era o de alcançar uma verdade que tivesse o grau de certeza demandado pela persecução penal, haja vista que todos os casos acima referidos, a despeito da categoria em que se enquadravam, ocorreram, sendo, portanto, considerados verdadeiros. Bastava, assim, a “razoável probabilidade” de ocorrência de um facto narrado para que constasse como verdade para todos os efeitos, no relatório da comissão<sup>369</sup>.

A palavra final acerca do grau de certeza e da inclusão nos anais do relatório final tocava aos membros da comissão e era precedida de um procedimento denominado validação. Este era conduzido em três momentos por investigadores de campo, analistas de base de dados e um time de especialistas legais. Os primeiros coletavam *in loco* as informações relativas aos eventos e as remetiam ao escritório central. Os analistas revisavam depoimentos, documentos e outras informações, classificando as violações de acordo com tipo de violação aos direitos humanos ou atos de violência e respectiva autoria. O time de juristas ficava incumbido de nova revisão das informações lançadas na base de dados e das conclusões a serem submetidas à apreciação dos membros da *Comisión*<sup>370</sup>.

---

<sup>368</sup> ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. 239-252.

<sup>369</sup> ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. 249, 250.

<sup>370</sup> ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. 250.

Nas comissões da verdade do Sri-Lanka, por sua vez, os depoentes submetiam os casos por escrito e, posteriormente, eram convocados para entrevista perante um painel, onde eram arguidos sobre questões básicas<sup>371</sup>. Já a *Commission Nationale de Vérité et de Justice* do Haiti fez uso de entrevistas, questionários, inspeções e investigações para coletar factos e elementos de prova e informações acerca dos crimes e abusos a direitos humanos cometidos, que poderiam ser apresentados às autoridades judiciais para fins de persecução criminal<sup>372</sup>.

No caso específico da Comissão Nacional da Verdade, à míngua de um rito processual explicitamente definido ou de um plano de trabalho que permita antever, com segurança, a forma como os seus instrumentos e métodos hão de interagir no desenvolvimento de suas atividades<sup>373</sup>, alguns aspectos epistemológicos podem ser inferidos a partir da análise: dos instrumentos legalmente previstos; do documento “Balanço de atividades: 1 ano de CNV”; de outras publicações da comissão; das atividades que têm realizado; bem como da experiência das comissões da verdade que a antecederam, haja vista que a comissão brasileira não se trata de fenómeno isolado, mas se insere na tradição internacional das comissões congêneres.

Os principais instrumentos epistemológicos da comissão da verdade brasileira, conforme previsão dos incisos I a VII, do artigo 4º, da Lei nº 12.528 de 2011, são, em síntese: recebimento de testemunhos, informações, dados, documentos etc; requisição de informações, dados e documentos de entes públicos, a despeito do grau de sigilo em que se enquadrem; convocação de pessoas para entrevistas ou testemunhos; determinação de realização de perícias e diligências; realização de audiências públicas; e promoção de parcerias para obtenção de informações. As duas linhas metodológicas de levantamento de informações adotadas pela comissão - pesquisa documental e tomada de depoimentos – reúnem todos os instrumentos acima referidos<sup>374</sup>.

A primeira notável diferença entre a comissão da verdade brasileira e as demais comissões, do ponto de vista da dimensão epistemológica, consiste na relação entre as suas metodologias de levantamento de informações. Com efeito, enquanto as comissões da África do Sul e Guatemala, por exemplo, dão ênfase aos depoimentos e buscam corroborar os dados colhidos com investigação documental, a comissão brasileira, até o momento, parece partir da

---

<sup>371</sup> HAYNER, Priscilla B. – **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**, p. 65.

<sup>372</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 117, 118.

<sup>373</sup> O Plano de Trabalho da Comissão Nacional da Verdade (em anexo) restringe-se a dividir os trabalhos da comissão entre três grandes subcomissões, que, por sua vez, são subdivididas em grupos temáticos. O documento não estabelece fluxo de trabalho, divisão pormenorizada de tarefas, prazos ou metas.

<sup>374</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade, p. 2.

pesquisa documental, cujas conclusões busca corroborar através de depoimentos<sup>375</sup>.

A bem da verdade, convém que a corroboração seja parte de um complexo processo epistemológico, partindo de um dado obtido em uma fonte e buscando outras fontes para corroborá-lo, em aspiral ascendente que deve culminar na verdade.

Outra relevante peculiaridade da Comissão Nacional da Verdade consiste no seu compromisso de desenvolver uma estrutura de trabalho partilhado, segundo o modelo *wiki*, de forma a viabilizar construção coletiva e ampla partilha de informações. A ampla utilização das redes sociais (*youtube*, *facebook* e *twitter*) para divulgação das suas ações, finalidades e outras informações consiste em inovação da comissão da verdade brasileira, que busca se adequar às plataformas de comunicação de sua época<sup>376</sup>. O modelo se harmoniza com uma concepção plural de verdade, elaborada a partir da construção de vários atores sociais, que formariam uma “verdade não unitária” ou “verdade feita em *puzzle*”, na cunhagem de Paulo Ferreira da Cunha<sup>377</sup>.

No que diz respeito à pesquisa documental na comissão brasileira, essa consiste, em larga medida, na busca e análise de arquivos dos órgãos de segurança, muitos dos quais já constam no Arquivo Nacional. Também são objeto de análise os arquivos do Poder Judiciário, da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos e da Comissão da Anistia<sup>378</sup>. Em face da ampla gama de arquivos digitais atualmente disponíveis, a comissão adotou como método adicional a utilização de ferramentas de extração digital de conhecimento, a ser posteriormente corroborada por depoimentos<sup>379</sup>.

Quanto aos depoimentos, as principais formas adotadas pela comissão da verdade brasileira para obtê-los são: tomada pública de testemunhos; tomada de depoimento propriamente dita; entrevista; ficha de testemunho e audiência pública<sup>380</sup>. Decorrido mais de um ano de sua instalação, em dezasseis de maio de dois mil e doze e restando pouco mais de um ano e meio para a sua finalização, em dezembro de dois mil e quatorze<sup>381</sup>, a Comissão

---

<sup>375</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade p. 7, 13, 17.

<sup>376</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade, p. 8.

<sup>377</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da – **Filosofia do Direito**, p. 594.

<sup>378</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade, p. 4, 6, 7.

<sup>379</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade, p. 7.

<sup>380</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade, p. 9, 11.

<sup>381</sup> Acerca do ato de instalação da comissão, conferir: <http://www.CNV.gov.br/index.php/institucional-acesso-informacao/a-CNV/57-a-instalacao-da-comissao-nacional-da-verdade>. Sobre a prorrogação do prazo final da

Nacional da Verdade colheu o total de duzentos e sessenta e oito depoimentos, sendo mais de três quartos tomados de vítimas ou testemunhas de abusos a direitos humanos<sup>382</sup>. A timidez dos números, quando comparados com os milhares de depoimentos colhidos pelas comissões da África do Sul<sup>383</sup>, Guatemala<sup>384</sup> e Haiti<sup>385</sup>, por exemplo, reforça o entendimento de que se fez uma opção metodológica que, se não privilegia a pesquisa documental, ao menos a toma como ponto de partida.

Quanto às audiências públicas, desde julho de 2012 até a data da divulgação de seu balanço de um ano, a comissão brasileira havia realizado quinze eventos dessa natureza, em várias unidades federativas<sup>386</sup>. Por seu viés terapêutico, as audiências públicas estabelecem estreita relação com a noção curativa da verdade e com a justiça restaurativa<sup>387</sup>.

Os instrumentos e métodos acima referidos, por outro lado, conduzem às “verdades” das comissões da verdade, que também são manifestações por excelência da dimensão epistemológica das comissões e demandam análise aproximativa em relação às teorias tradicionais acerca da verdade.

Em face da complexa realidade dos regimes em transição, é habitual que a “verdade” preconizada pelas comissões da verdade tenha a ambição de englobar todos os aspectos dos abusos do passado e suplantar a verdade judicial<sup>388</sup>. Dessa ambição surgiram os termos:

---

comissão para dezembro de dois mil e quatorze, consultar: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/dilma-prorroga-trabalhos-da-comissao-da-verdade>.

<sup>382</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade, p. 11

<sup>383</sup> A *Truth and Reconciliation Commission* tomou mais de vinte e dois mil testemunhos (CROCKER, David A. – **Truth commissions, transitional justice, and civil society**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 1587).

<sup>384</sup> A *Comisión para el Esclarecimiento Histórico* reuniu mais de sete mil testemunhos (ROTHENBERG, Daniel - **Memory of silence: the guatemalan truth comission report**, p. 240.). Uma comissão considerada menos bem-sucedida do que a *Truth and Reconciliation Commission*, a *Commission of Inquiry into Violations of Human Rights* (Uganda), entrevistou, ao todo, seiscentas e oito pessoas, sendo importante registrar que, nesse país, milhares de pessoas responderam a questionários, instrumento análogo à ficha de testemunho brasileira.

<sup>385</sup> A *Commission Nationale de Verité et de Justice* (Haiti) ouviu mais de sete mil pessoas (QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 59).

<sup>386</sup> Conferir: <http://www.CNV.gov.br/index.php/audiencias-publicas>. A lista das audiências públicas realizadas até o momento estão disponíveis na página da Comissão Nacional da Verdade (<http://www.CNV.gov.br/index.php/audiencias-publicas/13-audiencias-publicas/196-leia-noticias-sobre-as-audiencias-publicas-da-comissao-nacional-da-verdade>) e em documento anexo. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade, p. 9.

<sup>387</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report., p. 144.

<sup>388</sup> Ou “verdade judiciária”, que, na lição de Paulo Ferreira da Cunha, consiste em “versão da verdade” produzida pelas instâncias da justiça, que, no exercício da jurisdição, traduzem “sempre uma perspectiva sobre o litígio (CUNHA, Paulo Ferreira da – **Filosofia do Direito**, p. 590). Ainda sobre a necessidade de a justiça de transição superar a verdade judiciária: BRANTS, Chrisje; HOL, Antoine; SIEGEL, Dina – **Transitional justice: images and memories**, p. 248.

“verdade global”, “verdade macro”, “verdade moral”, “verdade de conjunto”, “verdade objetiva” ou “verdade histórica”<sup>389</sup>. No caso específico do regime do *Apartheid*, a *Truth and Reconciliation Commission*, mais notável das comissões da verdade<sup>390</sup>, concluiu que a “verdade completa” seria composta por quatro facetas<sup>391</sup> ou noções, que denominou verdades: “factual” ou “forense”; “narrativa” ou “pessoal”; “social” ou “dialógica”; “curativa” ou “restaurativa”<sup>392</sup>.

Tendo em vista a notabilidade alcançada pelas noções da verdade da comissão da verdade sulafricana, a existência de considerável bibliografia acerca destas e, principalmente, a perspectiva de que a comissão da verdade brasileira se depare com o tema dos significados da verdade, as linhas seguintes cuidam da descrição das quatro “verdades” acima referidas.

A verdade factual ou forense, conforme preconizada pela *Truth and Reconciliation Commission*, estriba-se em informações objetivas, factos e evidências, coletados ou recebidos pela comissão<sup>393</sup>. É também definida como informações precisas, obtidas através de procedimentos confiáveis e corroboradas por evidências<sup>394</sup>. A busca da verdade factual na comissão da verdade sulafricana demandou o exame de duas áreas fundamentais. A primeira se reporta a acontecimentos particulares, violação de direitos morais e legais<sup>395</sup> de pessoas específicas, devendo esclarecer: “o que aconteceu, a quem, onde, quando e como, e quem estava envolvido?”<sup>396</sup> Para a consecução desse desiderato, a comissão fez largo uso da verificação das informações, com vistas a garantir que as descobertas eram baseadas em

---

<sup>389</sup> AMBOS, Kai – **O marco jurídico da justiça de transição**. In AMBOS, Kai [et. al.] - *Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil*, p. 50.

<sup>390</sup> Os principais motivos para ser considerada a mais proeminente das comissões são: estabeleceu alto padrão para as comissões que a seguiram, tornando-se modelo para todas as futuras comissões; teve maior repercussão, mais amplitude e mais efetividade; foi a moralmente mais ambiciosa; teve maior número de oitivas; cultivou amplo escopo de escutinar a política repressiva; e seu mandato permitiu um relato extensivo. (ROTBORG, Robert I. – **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 63, 85, 303. KISS, Elizabeth – **Moral ambition within and beyond political constraints: reflections on restorative justice**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 1101. MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 4064.)

<sup>391</sup> BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176.

<sup>392</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report*, p. 111.

<sup>393</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report*, p. 111.

<sup>394</sup> BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176.

<sup>395</sup> CROCKER, David A. – **Truth commissions, transitional justice, and civil society**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 1557.

<sup>396</sup> Tradução livre do autor (TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report*, p.111.)

informações precisas e com lastro em factos<sup>397</sup>, método que se mostrou especialmente conveniente para reduzir o grande volume de material contrafactual apresentado<sup>398</sup>.

A segunda área abrangeu contexto, causas e padrões das graves violações a direitos humanos, por meio da análise, interpretação e deduções acerca das informações de sua base de dados e fontes secundárias, a partir de uma abordagem do cientista social<sup>399</sup>. Também nesse sentido, Crocker defendeu a importância de uma verdade menos individualizada e mais geral que incluísse interpretações razoáveis sobre as condutas do Estado e da oposição, bem como as relações causais entre cadeia de comando, estruturas institucionais, problemas económicos e as violações aos direitos humanos<sup>400</sup>.

As duas áreas são complementares e buscam compor uma “verdade completa” (*full truth*), que suplante o acerto de contas, conforme explica Rotberg. De facto, várias comissões que sucederam a *Truth and Reconciliation Commission* buscaram situar as violações individuais (objeto da primeira área) no contexto da cadeia de circunstâncias que resultaram em massivas violações de direitos humanos (segunda área)<sup>401</sup>. A cronologia é essencial para esse modelo de verdade<sup>402</sup>.

A verdade pessoal ou narrativa opera a partir da colheita mais ampla possível de percepções pessoais, histórias, mitos e experiências individuais, por meio de audiências e oitivas testemunhais dos perpetradores de violações aos direitos humanos, bem como daqueles que, sob a égide do regime anterior, eram privados da possibilidade de livre manifestação<sup>403</sup>. Ao contrário da verdade factual, trata-se de concepção intencionalmente

---

<sup>397</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report, p. 111. Ver também: BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176.

<sup>398</sup> QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 45.

<sup>399</sup> Tradução livre do autor. (TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. Cape Town: Cape Town Office Report, 1998, vol. 1- [Consult. 14 Mar. 2013]. Disponível em WWW:URL: <<http://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>> p.111.). Ver também: BORAINÉ, Alex – **Truth and reconciliation in South Africa**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 2329.

<sup>400</sup> CROCKER, David A. – **Truth commissions, transitional justice, and civil society**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions, p. 1559.

<sup>401</sup> ROTBERG, Robert I. – **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions, p. 55.

<sup>402</sup> WILSON, Richard A. – **The politics of truth and reconciliation in South Africa: Legitimizing the Post-Apartheid state**. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001, ISBN 978-0-511-66876-0, p. 49. MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions, p. 4168, 4205.

<sup>403</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.112. BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176. WILSON, Richard A. – **The politics of truth and reconciliation in South Africa: Legitimizing**

marcada pelo subjetivismo das experiências individuais compartilhadas através de processo de “*story telling*”<sup>404</sup> e que tem por finalidade revelar factos existentes sobre abusos do passado, bem como auxiliar na criação de uma verdade narrativa<sup>405</sup>. Acreditava a comissão que a validação das experiências subjetivas individuais e o reconhecimento das mesmas contribuía para o processo de reconciliação<sup>406</sup>.

A concepção de verdade social, “sociológica” ou “dialógica”<sup>407</sup> tem por fundamento a ideia de que o conflito e a controvérsia devem ser encorajados pelas comissões da verdade e não trocados por verdades oficiais ou versões oficiais da história, posto que, no ambiente democrático que esses entes devem promover, as opiniões devem ser livremente manifestadas e respeitadas, ainda quando suscitem divergências e controvérsias, que são, ademais, desejáveis numa sociedade democrática<sup>408</sup>. Nesse contexto, diálogo e respeito são considerados aspectos fundamentais para a promoção de transparência, democracia e participação na sociedade, como forma de afirmação da dignidade e integridade humanas<sup>409</sup>.

Judge Albert “Albie” Louis Sachs foi o autor da célebre distinção entre “*microscope truth*” e “*dialogue truth*”<sup>410</sup> que serviu de ponto de partida para a comissão da verdade sulafricana na construção da verdade social. Aquela se identifica com a verdade forense ou “factual, verificável, documentada e provada”. Por sua vez, a verdade dialógica promana da experiência estabelecida através da interação, discussão e debate, ponderando os motivos e perspectivas de todos os envolvidos<sup>411</sup>.

O processo de obtenção da referida verdade dá-se através de: confrontação entre vítimas e algozes; exposição das afirmações daí advindas a críticas, por meio de discussão e

---

**the Post-Apartheid state**. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001, ISBN 978-0-511-66876-0, p. 110.

<sup>404</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.112. BORAINÉ, Alex – **Truth and reconciliation in South Africa**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions, p. 2342.

<sup>405</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.112.

<sup>406</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.112.

<sup>407</sup> QUINN, Joanna R. – **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 45.

<sup>408</sup> GUTMAN, Amy; THOMPSON, Dennis – **The moral foundations of truth commissions**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6, p. 536.

<sup>409</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.114.

<sup>410</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.113.

<sup>411</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.113. BORAINÉ, Alex – **Truth and reconciliation in South Africa**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – Truth v. justice: the morality of truth commissions, p. 2349. BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176.



contestação de terceiros<sup>412</sup>; estabelecimento de contrapontos, através da escuta, do teste e da publicização das subnarrativas ou histórias parciais<sup>413</sup>; disposição das narrativas dos diferentes grupos sociais (partes) lado a lado, de forma a permitir, simultaneamente, a consideração do todo e das partes<sup>414</sup>.

A importância que se dá ao processo, no contexto da verdade social, denota que ele não é meramente instrumental, na medida em que reflete as normas essenciais que regem as relações sociais<sup>415</sup>. Espera-se que, através do referido processo, obtenha-se: uma história contrapontual ou adversarial<sup>416</sup>, que reflita a multiplicidade de perspectivas e interesses em jogo; uma síntese histórica matizada com as cores representativas de cada um dos grupos sociais envolvidos<sup>417</sup>; a captação de verdades sociais e a implantação de narrativas sociais no contexto da verdade, reconciliação e construção da nação<sup>418</sup>.

A verdade curativa ou restaurativa, também denominada verdade como reconhecimento (*truth as acknowledgment*<sup>419</sup>), afasta a disseminada ideia de que há apenas duas abordagens em relação à verdade - informações objetivas ou opiniões subjetivas<sup>420</sup>. Parte-se do pensamento de que a verdade que provém dos factos não se pode divorciar da forma como foi alcançada, tampouco do objetivo que guiou o seu processo de elaboração<sup>421</sup>.

No que concerne ao objetivo, liga-se mais estreitamente à finalidade da reconciliação nacional, à “cura” da nação. Essa cura pressupõe um julgamento que identifique erros do

---

<sup>412</sup> BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176, 216.

<sup>413</sup> MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 4282.

<sup>414</sup> MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 4282, 4290.

<sup>415</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report.*, p.114. MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 4282. Dá-se ao processo de obtenção da verdade quase tanta importância quanto ao produto (QUINN, Joanna R. – **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 45).

<sup>416</sup> MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 4282.

<sup>417</sup> MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 4288.

<sup>418</sup> WILSON, Richard A. – **The politics of truth and reconciliation in South Africa: Legitimizing the Post-Apartheid state**. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001, ISBN 978-0-511-66876-0, p. 110.

<sup>419</sup> BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176.

<sup>420</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report.*, p.114. Para breve explicação sobre pontos de vista subjetivo e objetivo da verdade: QUINN, Joanna R. – **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 45 e 46.

<sup>421</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – *Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report.*, p.114.

passado, em prol da construção de um futuro<sup>422</sup>. Quanto ao meio de alcance da verdade, entendeu a *Truth and Reconciliation Commission* que o conhecimento, de *per se*, não gera cura, de forma que o processo para se chegar à verdade curativa não se deve ocupar apenas de construção de conhecimento, mas se deve fazer acompanhar de reconhecimento da responsabilidade<sup>423</sup>.

O conceito terapêutico de verdade (*therapeutic concept of truth*<sup>424</sup>), assim, lança olhar para o passado, contextualizando os factos e seus significados no quadro das relações humanas entre cidadãos e Estado e cidadãos entre si<sup>425</sup>, ao tempo em que busca estabelecer uma verdade que tenha como finalidade contribuir para a reparação dos abusos inflingidos no passado, bem como para a prevenção de graves abusos no futuro<sup>426</sup>.

O enfoque nos aspectos do reconhecimento e da reconciliação consiste em significativo ponto de conexão entre a verdade restaurativa e a justiça restaurativa.

Embora o relatório da comissão da verdade sulafricana não informe como essas “partes” interagem e se conectam, na visão de Wilson, elas formam duas vertentes<sup>427</sup>. Enquanto, de um lado, a verdade factual ou forense é a única que teria valor epistemológico, na medida em que tem por foco a produção de conhecimento sobre o passado, as demais dão ênfase às dimensões narrativa, subjetiva e experimental, tendo por finalidades específicas proporcionar “catarse emocional”, “construção da nação”, “cura e afirmação da dignidade”<sup>428</sup>.

Por outro lado, alguns críticos aduzem que as verdades narrativa, social e restaurativa seriam objetivos do processo de busca da verdade e reconciliação e não verdades, do ponto de

---

<sup>422</sup> BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176.

<sup>423</sup> BORAINÉ, Alex – **Truth and reconciliation in South Africa**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 2351. QUINN, Joanna R. – **The politics of acknowledgement: truth commissions in Uganda and Haiti**, p. 45. “It was not enough simply to determine what had happened. What is critical is that these facts be fully and publicly acknowledged. Acknowledgement is an affirmation that a person’s pain is real and worthy of attention. It is thus central to the restoration of the dignity of victims.” (TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.114.)

<sup>424</sup> BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176.

<sup>425</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.114. BOIS-PEDAIN, Antje Du – **Transitional Amnesty in South Africa**, p. 176.

<sup>426</sup> TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. , p.114.

<sup>427</sup> WILSON, Richard A. – **The politics of truth and reconciliation in South Africa: Legitimizing the Post-Apartheid state**. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001, ISBN 978-0-511-66876-0, p. 37.

<sup>428</sup> WILSON, Richard A. – **The politics of truth and reconciliation in South Africa: Legitimizing the Post-Apartheid state**. Cambridge e Nova Iorque: Cambridge University Press, 2001, ISBN 978-0-511-66876-0, p. 37.

vista epistemológico<sup>429</sup>. Há quem aponte, outrossim, uma relação muito complexa e obscura entre verdade factual e narrativa<sup>430</sup>.

Embora a comissão da verdade brasileira não haja adotado expressamente cada uma das concepções de verdade acima referidas, a análise dos documentos e atividades da Comissão Nacional da Verdade revelam pontos de conexão com as noções acima referidas. Nesse sentido, a objetividade preconizada pela pesquisa documental da comissão da verdade brasileira indica forte conexão com a verdade factual. Por outro lado, a colheita de relatos individuais - impregnados pela subjetividade e pela emoção – e a preocupação com a reconstrução do contexto histórico dos abusos (perspectiva coletiva)<sup>431</sup> apontam para o que a *Truth and Reconciliation Commission* denominou verdade narrativa. Nas audiências públicas realizadas pela comissão brasileira, reavivam-se calorosos debates e discussões, matizados pelas diversas perspectivas ideológicas e filosóficas. Ao ponderar essas perspectivas, em exercício dialético, a comissão da verdade brasileira se aproxima da verdade dialógica. Por fim, os efeitos terapêuticos e curativos da verdade, obtidos através das emoções experimentadas, principalmente, nas audiências públicas acima referidas, revelam conexão com a verdade curativa<sup>432</sup>.

## **5.2. Das principais aproximações entre as teorias tradicionais da verdade e a dimensão epistemológica das comissões da verdade, com ênfase na Comissão Nacional da Verdade**

Com vistas a aferir aspectos epistemológicos dos instrumentos, métodos e das “verdades” das comissões, as linhas seguintes operam uma cautelosa aproximação entre esses elementos, que compõem a dimensão epistemológica das comissões da verdade, e as teorias tradicionais acerca da verdade.

As teorias da verdade como correspondência se aproximam, principalmente, da verdade factual, na medida em que ambas têm como pressuposto a ideia de que existe uma realidade independente da mente e que pode ser objeto de conhecimento. As asserções acerca dos abusos aos direitos humanos durante os períodos investigados são consideradas verdadeiras se o estado de coisas que elas enunciam existiu.

---

<sup>429</sup> BOIS-PEDAIN, Antje Du – *Transitional Amnesty in South Africa*, p. 176.

<sup>430</sup> BOIS-PEDAIN, Antje Du – *Transitional Amnesty in South Africa*, p. 176.

<sup>431</sup> PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - *Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade*, p. 8.

<sup>432</sup> Sobre os efeitos catárticos da Comissão Nacional da Verdade e da *Truth and Reconciliation Commission*, respectivamente, consultar: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - *Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade*, p. 9. BORAINÉ, Alex – *Truth and reconciliation in South Africa*. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 2381.

As conclusões da comissão - obtidas através da utilização dos instrumentos (pesquisa documental<sup>433</sup>, principalmente) e dos métodos epistemológicos disponíveis (corroboração, validação etc) - só são consideradas verdadeiras, sendo, portanto, objeto de registo no relatório final se corresponderem aos factos ocorridos durante o período de exceção. Assim, a verdade factual, tal como é concebida, exala a convicção de que é possível exprimir proposições acerca da realidade com precisão e objetividade, o que denota uma opção pela teoria da verdade como correspondência.

O facto de a concepção correspondencialista ser a mais difundida e aceita entre as teorias da verdade explica porque todas as comissões da verdade adotam-na, expressa ou implicitamente.

No que tange à utilização dos referidos critérios no âmbito das comissões da verdade, os depoimentos tomados contêm narrativas pessoais das experiências individuais, que, por sua vez, buscam urdir uma narrativa histórica, compondo, assim, a verdade narrativa. A narrativa histórica pode ser considerada como um sistema, conforme preconiza Quine. Assim, é possível defender que os relatos individuais dos depoentes perante as comissões da verdade observem o critério de coesão da concepção da verdade como coerência, ou seja, não apresentem contradição e sejam harmónicos em relação aos demais elementos da narração. Também parece de bom grado exigir dos relatos individuais razoável obediência ao critério da consistência, de forma a se exigir uma mútua implicação lógica entre as proposições da qual há de emergir a verdade. Em suma, a exemplo do que ocorre com as narrativas judicial e histórica<sup>434</sup>, também a narrativa da comissão da verdade deve ser coerente, a fim de que o relato possa explicar, interpretar, bem como registar<sup>435</sup>.

A contraposição das versões de vítimas e algozes, segundo a metodologia da verdade social ou dialógica, parece remontar ao idealismo hegeliano, onde a síntese (a verdade

---

<sup>433</sup> A pesquisa documental, aliada aos métodos da corroboração e verificação são sobejamente utilizados pelas comissões da verdade, inclusive pela comissão brasileira, que dá indicações nesse sentido, através, principalmente, das publicações do ex-procurador Geral da República Cláudio Fonteles, um dos membros da comissão responsáveis pelas atividades do Grupo de Trabalho “Graves violações aos direitos humanos (torturados, mortos e desaparecidos)”. As conclusões do jurista primam pela acuidade e são fartamente fundamentadas em informações objetivas extraídas do Arquivo Nacional, bem como de documentos entregues pelos familiares de um militar falecido. (<http://www.cnv.gov.br/index.php/publicacoes/177-textos-de-claudio-fonteles>).

<sup>434</sup> ROTBERG, Robert I - **Truth commissions and the provision of truth, justice and reconciliation**. In BHARGAVA, Rajeev [et al.] - *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 275.

<sup>435</sup> MAIER, Charles S. - **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission**. In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] - *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 4225, 4235.

dialógica e uma sociedade maduramente democrática e plural ou *rainbow-like*<sup>436</sup>) brotaria desse embate entre a tese (versão dos agentes do regime) e a antítese (versão das vítimas). A aproximação com o filósofo já anuncia a afinidade da verdade dialógica com as teorias da verdade como coerência.

O processo dialógico preconizado pela verdade social é, de facto, campo fértil para os critérios estabelecidos pela concepção da verdade como coerência, na medida em que o debate não se dá apenas entre as várias perspectivas dos atores sociais envolvidos nos abusos aos direitos humanos, mas envolve, além dessas partes ou elementos, a interação destas com o todo, aqui entendido como o sistema ou conjunto ordenado das perspectivas de vítimas e verdugos. Os critérios da consistência e coesão mostram-se, assim, especialmente adequados para extrair a verdade dialógica das divergências e controvérsias fomentadas pelo seu processo de formação.

De mais a mais, pelas já descritas funções que desempenham, os critérios acima referidos são fundamentais para que seja bem-sucedido o desenvolvimento do modelo *wiki* de construção plural da verdade, defendido pela comissão da verdade brasileira para permitir contribuições simultâneas de vários autores, no caso, instituições parceiras da comissão. Com efeito, tendo em vista a existência de várias fontes de manifestação, faz-se mandatória a observância dos critérios de coesão e consistência.

Em verdade, os critérios da coesão e da consistência são convenientes a todas as comissões da verdade, vez que permitem a eliminação de contradições internas nos relatórios finais. Também não se pode olvidar a utilidade dos mencionados critérios quando se consideram todas as “verdades” em conjunto, com vistas a compor uma “verdade completa”.

As teorias da verdade como utilidade se aproximam da verdade curativa, na medida em que ambas defendem que a verdade depende, respectivamente, dos objetivos e critérios que orientam o investigador. A verdade curativa, de facto, põe a verdade em função das finalidades de reconciliação, cura e reconhecimento. A busca do conhecimento acerca dos factos passados, *per se*, não basta, tendo em vista a preocupação com a construção do futuro.

Outro ponto de aproximação pode ser estabelecido entre a referida “verdade” e as crenças verdadeiras, na concepção pragmatista de James. Estas permitem antever a danosidade ou utilidade de seu objeto, sendo que os objetivos preconizados pela verdade restaurativa podem ser consideradas consequências úteis. De mais a mais, a concepção

---

<sup>436</sup> MAIER, Charles S. – **Doing history, doing justice: the narrative of the historian and of the truth commission.** In BHARGAVA, Rajeev [et. al.] – *Truth v. justice: the morality of truth commissions*, p. 4294.

pragmatista segundo a qual a veracidade de uma ideia depende de sua utilidade e de suas consequências práticas parece se harmonizar com a noção de que a verdade curativa está presente apenas quando tem como consequência a reconciliação, o reconhecimento, enfim, a cura.

Em que pese a coincidência na grafia entre os métodos epistemológicos e os processos pragmatistas da corroboração, validação e verificação, não existe identidade entre as concepções que lhes emprestam as comissões da verdade e aquelas sustentadas pelo pragmatista James. Em síntese, os métodos epistemológicos estão voltados à busca pela verdade das crenças, numa perspectiva que se aproxima mais da concepção correspondencialista. Os processos pragmatistas acima mencionados, por seu turno, averiguam a utilidade prática de se considerar determinadas crenças verdadeiras.

Assim, em face das numerosas aproximações entre alguns dos elementos da dimensão epistemológica das comissões da verdade e as teorias tradicionais acerca da verdade, percebe-se que a dimensão epistemológica das comissões da verdade em geral e da Comissão Nacional da Verdade, em particular, não se restringe às conclusões consignadas sob o pálio da verdade factual ou forense, mas alcança também as verdades narrativa, social ou dialógica e curativa, em vista das relevantes aproximações com as concepções da verdade como coerência e utilidade.

Noutra senda, é possível estabelecer válidas aproximações entre alguns elementos da dialética jurídica de Aristóteles e os métodos, instrumentos e “verdades” das comissões da verdade. Nesse sentido, a noção segundo a qual não se pode atingir a verdade em sua plenitude<sup>437</sup> estabelece relação estreita com a metodologia da *Truth and Reconciliation Commission*, que exprimia suas conclusões com base em juízo de probabilidade e não de certeza absoluta. Também a “verdade forense” da comissão sulafricana, ao admitir interpretações razoáveis sobre as condutas do Estado e da oposição, harmoniza-se com a dialética do estagirita. A mesma proximidade é possível identificar na postura da comissão da verdade de Guatemala, que validava os depoimentos que atingiam um grau razoável de probabilidade e não apenas aqueles em torno dos quais se verificava “completa certeza”.

Por fim, o encorajamento do conflito e da controvérsia, no bojo do processo de construção da “verdade dialógica”, expressa a essência do espírito dialético, na medida em que as comissões da verdade surgem como instâncias oficiais de embate entre as versões de agentes dos regimes autoritários e das vítimas de abusos aos direitos humanos.

---

<sup>437</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da – *Síntese de Filosofia do Direito*, p. 150.

## CONCLUSÃO

Em balanço final, urge revisitar e registar os principais resultados da presente dissertação.

No âmbito do primeiro eixo investigativo, apurou-se que a justiça de transição, usualmente definida pela doutrina como processos, mecanismos, questões, medidas, reformas ou direitos voltados, genericamente, ao acerto de contas com o passado de abusos perpetrados pelos agentes estatais do *Ancien Régime*, surgem no momento histórico em que um regime autoritário dá lugar a outro mais propenso ao respeito aos direitos humanos. Nesse ponto, as aproximações entre os aspectos já aduzidos da justiça de transição e a concepção de Paulo Ferreira da Cunha acerca das dimensões de justiça revelam-se úteis para a percepção da relação entre os valores em voga numa sociedade em transição, os princípios decorrentes, as normas e os títulos jurídicos. Estes últimos estabelecem critérios para se determinar o que é devido a cada um, na esteira das concepções de justiça de Aristóteles, Ulpiano e Santo António, evidenciando a ligação entre valores (verdade, paz, justiça) e deveres fundamentais do Estado, no âmbito da justiça de transição, a saber: apuração da verdade dos factos, compensação das vítimas, punição dos autores dos crimes, obrigações correlatas, respectivamente, aos direitos à verdade, à indemnização e à justiça.

Para dar cumprimento aos direitos acima referidos, os Estados soem adotar uma plêiade de instrumentos, medidas, práticas ou meios da justiça de transição. As comissões da verdade surgem, assim, como um dos principais meios da justiça de transição e se relacionam, de maneira mais estreita, com o dever de apurar a verdade dos factos.

A análise da dinâmica política da justiça de transição pós-ditaduras varguista e militar, revelou que as Forças Armadas brasileiras, desde a proclamação da República, assumiram um papel arbitral, de mediação dos conflitos entre os grupos política e economicamente mais influentes, dando ensejo a um modelo de transição sob o controlo castrense.

Mercê do contexto internacional propício a ditaduras (Segunda Guerra Mundial) e do acordo entre os grupos economicamente dominantes, a transição pós-Vargas, marco inicial do âmbito temporal da comissão da verdade brasileira, não regista a adoção de uma política de transição com linhas bem definidas, tampouco de deveres fundamentais e instrumentos de transição relevantes. A mais relevante manifestação legislativa da justiça de transição entre as duas ditaduras é o Decreto Legislativo nº18, de quinze de dezembro de 1961, que anistiou “os que participaram, direta ou indiretamente, de factos ocorridos no território nacional”, desde

dezasseis de julho de 1934, até a promulgação da Emenda Constitucional nº 4, de dois de setembro de 1961.

No que diz respeito ao golpe de 1964, são habitualmente apontados como principais causas: a crise económica do Governo de João Goulart; o temor das elites e mesmo da população em geral ao comunismo, peronismo e populismo associados à figura do Presidente; a oposição às posturas esquerdistas de Jango, por parte das forças armadas, cuja cúpula fora fortemente influenciada pela Doutrina da Segurança Nacional patrocinada pela *National War College* americana; o apoio da imprensa e da Igreja, de forma geral; a ausência de apoio bélico; no plano internacional, o apoio americano e a omissão soviética.

A implantação e garantia de manutenção de um modelo económico mais benéfico aos opositores de Goulart, ao lado da Doutrina da Segurança Nacional, que considerava inimigos todos aqueles cujas ações e pontos de vista não se harmonizassem com a ordem imposta, são os principais motivos para que os opositores e todos aqueles considerados nocivos ao regime fossem vítimas de violação aos direitos humanos.

Entre as principais vítimas de abusos aos direitos humanos figuram: organizações católicas, estudantis, de caridade, partidos políticos de esquerda, indígenas, camponeses, líderes dos proletariados urbano e rural e sindicatos. Há, também, registo de violações a direitos humanos por parte de alguns grupos armados de esquerda. Os órgãos de cúpula da Presidência da República elaboravam as políticas de repressão, que eram executadas por uma gama de órgãos que compunham o sistema repressivo estatal. As graves violações aos direitos humanos mais frequentemente perpetradas contra as vítimas foram, conforme relato da doutrina: tortura; execuções sumárias; violência sexual; banimento; esterilização não consentida; e terrorismo. Nos seus vinte e um anos de vigência, estima-se que a Ditadura Militar tenha suscitado, em números aproximados, o desaparecimento forçado e morte de duzentos e oitenta e quatro a trezentos e sessenta e quatro pessoas; e mais de trinta mil casos de tortura.

No que diz respeito especificamente à transição democrática, o modelo de autoritarismo com manutenção, *pro forma*, das instituições democráticas, na maior parte do tempo, garantiu uma maior interferência e controlo da elite militar no processo de transição, que foi, por esse motivo, moldado à luz dos interesses da cúpula castrense, a partir de 1974, por iniciativa encabeçada pelo Presidente Geisel.

Em suma, no plano geral da justiça de transição nos processos de democratização pós-ditaduras varguista e militar, concluiu-se que houve reformas negociadas, assim entendidas



aquelas mudanças de regime nas quais há acordo entre os centros de poder para que, a despeito da mudança política, haja manutenção da ordem socioeconômica vigente. Por outro lado, a manutenção formal de instituições democráticas, numa busca pela legitimação como Estado de Direito e o controle da elite militar sobre os processos de transição condicionaram a existência e a intensidade dos instrumentos legislativos da justiça de transição brasileira, a exemplo das limitações impostas ao direito à justiça por força da lei de anistia.

As principais expressões legislativas da justiça de transição são: Lei nº 6.683, de 1979, que instituiu a anistia “limitada, restrita e recíproca”<sup>438</sup> e continua a abranger os crimes comuns de autoria dos agentes da repressão, por força da decisão do Supremo Tribunal Federal no bojo da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 153-DF; a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; leis nº 8.159, de 1991, 11.111, de 2005 e 12.527, de 2011, que tratam do acesso à informação; leis nº 9.140, de 1995 e 10.559, de 2002, que versam sobre as reparações pecuniárias; e, finalmente, lei nº 12.528, de 2011, que cria a Comissão Nacional da Verdade.

Contextualizado o surgimento da comissão brasileira do ponto de vista histórico-jurídico, buscou-se enquadrá-la no plano global das comissões da verdade, definidas como órgãos oficiais, não judiciais, corpos formais, painéis, sindicâncias ou inquéritos amplos, gerais e temporários, focados em um padrão de abusos e conjunto de violações específicas aos direitos humanos de um determinado período de tempo do passado, oficialmente instituídos, sancionados, autorizados e com prerrogativas estabelecidas pelo Estado ou por organização com personalidade jurídica de Direito Internacional.

Constatou-se que a amplitude e a intensidade de alguns aspectos das comissões da verdade (objeto, atribuições, poderes, finalidades etc) influenciam diretamente a dimensão epistemológica das comissões, na medida em que afetam a sua capacidade investigativa.

Com vistas a evidenciar os principais aspectos epistemológicos da Comissão Nacional da Verdade, os principais aspectos das teorias tradicionais acerca da verdade (teorias da verdade como correspondência, coerência e utilidade) foram objeto de exposição. A teoria correspondencialista da verdade entende que a verdade expressa a conformidade do espírito às coisas. A concepção é expressa pela seguinte fórmula: “S é verdadeiro se e somente se S corresponde a um fato”<sup>439</sup>.

---

<sup>438</sup> DEL PORTO, Fabíola Brigante – **A luta pela anistia no regime militar brasileiro e a construção dos direitos de cidadania**. In KLEBER DA SILVA, Haíke R. - *A luta pela anistia*, p. 66.

<sup>439</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - *Ensaio sobre a verdade*, p.10.

Para os partidários da teoria coerentista, por seu turno, a verdade independe da realidade fática; consiste em coerência da proposição com um conjunto ou sistema complexo de proposições ou convicções, que tenham credibilidade e que sejam críveis para quem faz esse juízo de coerência<sup>440</sup>. Assim, a teoria adota a fórmula: “S é verdadeiro se e somente se é um membro de um conjunto de crenças coerente internamente”<sup>441</sup>.

A concepção da verdade como utilidade, na vertente pragmaticista de Peirce, entende que a verdade é a opinião que está fadada a ser derradeiramente consentida entre aqueles que investigam, sendo a realidade o objeto dessa opinião. Já o pragmatismo de James preconiza que verdadeiro é o verificável em um período suficientemente longo; não se trata de propriedade estática de uma ideia, mas de algo que acontece à ideia, tornada verdadeira por força de eventos.

Constatou-se, outrossim, que o esclarecimento de abusos do passado, uma das cinco finalidades básicas das comissões da verdade identificadas pela doutrina, suscita uma dimensão epistemológica das comissões, que consiste no conjunto de instrumentos e métodos diretamente relacionados à construção de conhecimento e à determinação da verdade acerca dos seus objetos de estudo. Em linhas gerais, encorpam a dimensão epistemológica das comissões da verdade os seguintes instrumentos e métodos: colheita de depoimentos (espontâneos ou por convocação), por meio de entrevistas, audiências públicas (fechadas ou abertas); pesquisa documental; corroboração; validação; verificação. Como particularidades e inovações da comissão da verdade brasileira, pode-se apontar: utilização de mídias sociais para divulgação de ações; desenvolvimento estrutura de trabalho partilhada no modelo *wiki*; e aparente inversão do método de corroboração, de forma a partir da pesquisa documental para a corroboração através de depoimentos, ao contrário do procedimento usualmente adotado pelas demais comissões investigadas.

Os elementos da dimensão epistemológica conduzem às “verdades” das comissões da verdade, que também são manifestações por excelência da referida dimensão, tradicionalmente identificadas como verdades: factual ou forense; narrativa ou pessoal; social ou dialógica; curativa ou restaurativa.

Quanto à possibilidade de estabelecer pontos de aproximação entre dimensão epistemológica das comissões da verdade e as concepções de verdades preconizadas pelas

---

<sup>440</sup> YOUNG, James - The Coherence Theory of Truth. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.

<sup>441</sup> GHIRALDELLI JR., Paulo - **Davidson: a elegância no labirinto da verdade**. In DAVIDSON, Donald - Ensaio sobre a verdade, p.13.

teorias acerca da verdade, a investigação constatou que as teorias da verdade como correspondência se aproximam, principalmente, da verdade factual, na medida em que ambas têm como pressuposto a ideia de que existe uma realidade independente da mente e que pode ser objeto de conhecimento. Também há relevantes pontos de conexão com a pesquisa documental e os métodos da corroboração e da verificação, conforme entendidos pela comissão brasileira.

Por sua vez, os critérios de consistência e coesão da concepção da verdade como coerência são também métodos epistemológicos das comissões da verdade e se mostram sobremaneira úteis na análise das verdades narrativa, na medida em que é possível defender que os relatos individuais dos depoentes perante as comissões da verdade sejam coesos, ou seja, não apresentem contradição e sejam harmônicos em relação aos demais elementos da narração, bem como parece de bom grado exigir dos relatos individuais razoável medida de consistência, de forma a se exigir uma mútua implicação lógica entre as proposições da qual há de emergir a verdade. Esses critérios também se mostram úteis no âmbito da verdade social, haja vista que essa promove debates que envolvem não apenas as várias perspectivas dos atores sociais envolvidos nos abusos aos direitos humanos, também a interação destas com o todo, aqui entendido como o sistema ou conjunto ordenado das perspectivas de vítimas e verdugos.

Por outro lado, pelas funções que desempenham, os critérios acima referidos são fundamentais para que seja bem-sucedido o desenvolvimento do modelo *wiki* de construção plural da verdade, defendido pela comissão brasileira para permitir contribuições simultâneas de vários autores, no caso, instituições parceiras da comissão.

Quanto à concepção da verdade como utilidade constatou-se que se aproxima da verdade curativa, na medida em que ambas defendem que a verdade depende, respectivamente, dos objetivos e critérios que orientam o investigador. Outro ponto de aproximação pode ser estabelecido entre a referida verdade curativa e as crenças verdadeiras, na concepção pragmatista de James, posto que estas crenças permitem antever a danosidade ou a utilidade de seu objeto, sendo que os objetivos preconizados pela verdade restaurativa podem ser consideradas consequências úteis.

De mais a mais, a concepção pragmatista segundo a qual a veracidade de uma ideia depende de sua utilidade e de suas consequências práticas parece se harmonizar com a noção de que a verdade curativa está presente apenas quando tem como consequência a reconciliação, o reconhecimento, enfim, a cura.

A dimensão epistemológica em questão e suas relevantes aproximações com as teorias tradicionais acerca da verdade indicam que o potencial epistemológico das comissões da verdade em geral e da comissão da verdade brasileira em particular não se restringe aos seus instrumentos, métodos e às conclusões consignadas sob o pálio da verdade factual ou forense, mas alcança também as verdades narrativa, social ou dialógica e curativa, em vista das relevantes aproximações com as concepções da verdade como coerência e utilidade.

Por derradeiro, alguns elementos da dialéctica jurídica de Aristóteles aproximam-se dos métodos, instrumentos e “verdades” das comissões da verdade, a exemplo da estreita relação entre a noção segundo a qual não se pode atingir a verdade em sua plenitude<sup>442</sup> e a metodologia adotada pelas comissões da verdade sul-africana e guatemalense. Também o encorajamento do conflito e da controvérsia, no bojo do processo de construção da “verdade dialógica” expressa a essência do espírito dialéctico, na medida em que as comissões da verdade surgem como instâncias oficiais de embate entre as versões oficiais dos regimes autoritários e das vítimas de violações aos direitos humanos.

---

<sup>442</sup> CUNHA, Paulo Ferreira da – **Síntese de Filosofia do Direito**, p. 150.

## BIBLIOGRAFIA

ABBAGNANO, Nicola - **Dicionário de Filosofia**. 5ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. ISBN 85-230-0308-8.

ABELLÁN, Marina Gascón - **Los hechos en el derecho: bases argumentales de la puebra**. 3ª.ed. Madri: Marcial Pons, 2010. ISBN 978-84-9768-720-1.

ALEXY, Robert - **Teoria da argumentação jurídica: a teoria do discurso racional como teoria da justificação jurídica**. 2ª ed. São Paulo: Landy Editora, 2008. ISBN 8530932420.

AMBOS, Kai [et al.] - **Anistia, justiça e impunidade: reflexões sobre a justiça de transição no Brasil**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2010. ISBN 978-85-203-3922-0

AMNISTIA INTERNACIONAL, Secretariado Internacional – Verdad, justicia y reparación. Creación de una comisión de la verdad efetiva. [Em linha]. Londra: Amnistía Internacional (EDAI), 2007. [Consult. 30 nov. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.amnesty.org/en/library/asset/POL30/009/2007/en/7d5d5956-d38a-11dd-a329-2f46302a8cc6/pol300092007es.pdf>>

ARISTÓTELES - **The aristotle collection: 29 classic works**. Seatle: Amazon Digital Services, 2012. ISBN ?

\_\_\_\_\_ - **The Works of Aristotle**. Vol.I. Chicago: Encyclopedia Britannica Inc, 1952.

BHARGAVA, Rajeev [et. al.] - **Truth v. justice: the morality of truth comissions**. Princeton: Princeton University Press, 2000. ISBN 0-691-05071-6.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco - **Dicionário de política**. 4ª.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992. ISBN 85-230-0309-6.

BOCHENSKI, J.M. - **Diretrizes do pensamento filosófico**. 6ª.ed. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1961

BOHMAN, James; REHG, William – Jurgen Habermas. [Em linha]. 1.ed. Stanford: Stanford Enciclopedia of philosophy, 2007, actual. 6 set. 2011. [Consult. 23 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://plato.stanford.edu/entries/habermas/#HabTheTruKno>>.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Martires; MENDES, Gilmar Ferreira - **Curso de direito constitucional**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008. ISBN 978-85-02-06899-5.

BRANTS, Chrisje; HOL, Antoine; SIEGEL, Dina (org.) – **Transitional justice: images and memories**. Farnham: Ashgate Publishing Limited. ISBN 978-1-4094-3886-1.

BRASIL, Ministério da Justiça - Direito à memória e à verdade. [Em linha]. 1 ed. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2007. ISBN 978-85-60877-00-3.

BRUGGER, Walter - **Dicionário de filosofia**. 3ª.ed. Trad. Antônio Pinto de Carvalho. São Paulo: EPU – Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1977. ISBN 8525424348.

BUARQUE DE HOLANDA, Chico; HIME, Francis - Vai passar. [Partitura]. Rio de Janeiro: Lumiar Editora, 1999 (BR-PGD-84/00016).

CASSIN, Barbara – Removing the perpetuity of hatred: on South Africa as a model example. International review of the red cross [Em linha]. Genebra: International Comittee of the red cross, 2006. [Consult. 27 set. 2012]. Disponível em WWW: <URL:[http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc\\_862\\_cassin.pdf](http://www.icrc.org/eng/assets/files/other/irrc_862_cassin.pdf)>

CASTRO, Celso; D'ARAÚJO, M. Celina (org.) – **Ernesto Geisel**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, ISBN 8522502307.

CHIAVENATO, Júlio José – **O golpe militar de 64 e a ditadura militar**. 2ª ed. São Paulo: Moderna, 2004. ISBN 85-16-04047-X.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE – Resolução nº2, de 20 de agosto de 2012. Brasília: Diário Oficial da União, 2012.

COMPARATO, Fábio Konder – Que fizeste de teu irmão? Folha de São Paulo. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723.

CUNHA, Paulo Ferreira da– **Filosofia do direito**. Coimbra: Almedina, 2006. ISBN 9789724029146.

\_\_\_\_\_**Justiça e direito: viagem à tribo dos juristas**. Lisboa: Quid Iuris, 2010. ISBN 9789727245208.

\_\_\_\_\_**Síntese de filosofia do direito**. Coimbra: Almedina, 2009. ISBN 9789724038599.

DAVIDSON, Donald - **Ensaio sobre a verdade**. São Paulo: Unimarco Editora, 2002, ISBN 85-86022-42-X

DIEGO, Marcelo - Processo a Clinton. Folha de São Paulo. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723.

DINIZ, Maria Helena - **Dicionário Jurídico**. 2ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2005. ISBN 8502038702.

DREIFUSS, René Armand - **1964: A conquista do Estado: Ação política, poder e golpe de classe**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. ISBN 8532632327.

FERNANDEZ, Joseph M. - An exploration of the meaning of truth in philosophy and law. The University of Notre Dame Law Review. ISSN 1441-9769. (2009).

FERRAZ, Lucas – Alvo de comissão é ditadura e não guerrilha, diz integrante. Folha de São Paulo. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723.

FICO, Carlos – Impunidade e transição sem ruptura motivam protestos. Folha de São Paulo. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723.

FORTELES, Cláudio – O Estado ditatorial. [Em linha]. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2012. [Consult. 26 nov. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://www.cnv.gov.br/integras/CNV%2013%20-%20o%20estado%20ditatorial%20militar.pdf>>

GASPARI, Élio – A comissão da verdade contra as mentiras. Folha de São Paulo. Folha de São Paulo. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723.

GLANZBERG, Michael - Truth, The Stanford Encyclopedia of Philosophy. [Em linha] Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 2006. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://plato.stanford.edu/archives/spr2009/entries/truth/>>.

GOMES, Luís Flávio [et al.] – **Crimes da ditadura militar: uma análise à luz da jurisprudência atual da Corte Interamericana de Direitos Humanos: Argentina, Brasil, Chile, Uruguai**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. ISBN 8520339220.

GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; LENTZ, Rodrigo – Qual será a verdade do jeitinho brasileiro? Perspectivas sobre a CNV do Brasil. Ciências Sociais Unisinos. São Leopoldo. ISSN 2177-6229. (2012).

GROOTEN, J. et STEENBERGEN, G. Jo - **New encyclopedia of philosophy**. Nova Iorque: Philosophical Library, 1972. ISBN 9780802216342.

HÄBERLE, Peter - **Os problemas da verdade no estado constitucional**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2008. ISBN 8575254626.

HAYNER, Priscilla B. - **Unspeakable truths: confronting state terror and atrocity**. Nova Iorque e Londres: Routledge, 2002, ISBN 0-203-90345-5

HERDY, Rachel – Habermas, pragmatismo e direito. Kriterion: Revista de Filosofia. Belo Horizonte: Departamento de Filosofia Universidade Federal de Minas Gerais. ISSN 0100-512X.

HOOKWAY, Christopher - **Pragmatism**. [Em linha] Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2010/entries/pragmatism/>>

JOLIVET, Régis - **Curso de filosofia**. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1961. ISBN 8522003084.

\_\_\_\_\_**Vocabulário de filosofia**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1975.

KANT, Immanuel - **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros escritos**. São Paulo: Martin Claret, 2004. ISBN 9788572325479.

KELLER, Albert - **Teoria geral do conhecimento**. São Paulo: Edições Loyola, 2009. ISBN 978-85-15-03630-1

KELSEN, Hans - **O que é justiça?** São Paulo: Martins Fontes, 1998. ISBN 9788533613980.

KLATAU FILHO, Paulo - **O direito dos cidadãos à verdade perante o poder público**. São Paulo: Editora Método, 2008. ISBN 8576602393.

KLEBER DA SILVA, Haike R. - **A luta pela anistia**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. ISBN 8571399816.

LUNA, Denise - Alvo de comissão é ditadura e não guerrilha, diz integrante. Folha de São Paulo. Folha de São Paulo. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723.

MAGALHÃES FILHO, Glauco Barreira – **Hermenêutica e unidade axiológica da Constituição**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001. ISBN 85-87054-37-6.

MARTINS, Antônio Colaço - **Metafísica e ética da pessoa: a perspectiva de Emmanuel Mounier**. Fortaleza: [s.n.], 1997. ISBN ?

MARTINS, Tahina Albuquerque - O Direito à verdade na Corte Interamericana de Direitos Humanos e no Brasil. Cuadernos criticos del derecho. [Em linha] nº 2 (2008) p. 45-60. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <<http://www.liberlex.com/archivos/averdade.pdf>> ISSN 1887-0929.

MELO, Eduardo Rezende - Justiça restaurativa e seus desafios histórico-culturais: um ensaio crítico sobre os fundamentos ético-filosóficos da justiça restaurativa em contraposição à justiça retributiva. [Em linha]. São Paulo: Núcleo de Estudos da Subjetividade da Pontifícia Universidade de São Paulo, 2005. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <[URL:http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/justica\\_restaurativa.pdf](http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/justica_restaurativa.pdf)>.

MENDEZ, J.E. – Accountability to past abuses. [Em linha]. Notre Dame: Kellogg Institute for International Studies, 1996. [Consult. 20 out. 2012]. Disponível em WWW: <[URL:http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/233.pdf](http://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/233.pdf)>

MEZAROBBA, Glenda – Um acerto de contas com o futuro: a anistia e suas consequências - um estudo do caso brasileiro. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2006. Tese de mestrado.



MONCLAIRE, Stéphane – Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. ISSN 0104-4478.

MORRIS, Clarence (org.) - **Os grandes filósofos do direito: leituras escolhidas em direito**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. ISBN 85-336-1510-8.

MOSER, Paul K.; MULDER, Dwayne H.; TROUT, J. D. - **A teoria do conhecimento: uma introdução temática**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009, ISBN 978-85-7827-012-4

MUNCK, Gerardo L.; LEFF, Carol Skalnik - Modos de transição em perspectiva comparada. Lua Nova. [Em linha]. nº 40/41 (1997) p. 69-95. [Consult. 25 ago. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64451997000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000200004&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0102-6445.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Conselho de Segurança - The rule of law and transitional justice in conflict and post-conflict societies. [Em linha]. Nova Iorque: United Nations, 2004. [Consult 15 set. 2012]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.unrol.org/files/S\\_2011\\_634EN.pdf](http://www.unrol.org/files/S_2011_634EN.pdf)>

PEREIRA, Anthony W. - **Ditadura e repressão: o autoritarismo e o estado de direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010. ISBN 9788577531202.

PETIT LAROUSSE - **Dictionnaire encyclopédique pour tous**. Paris: Librairie Larousse, 1967. ISBN 2033023869.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, Casa Civil. Comissão Nacional da Verdade - Balanço de atividades: 1 ano de Comissão Nacional da Verdade. [Em linha]. Brasília: Comissão Nacional da Verdade, 2013 [Consult. 25 mai. 2013]. Disponível em WWW:<URL:[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco\\_1ano.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/balanco_1ano.pdf)>

QUINN, Joanna R. - **The politics of acknowledgement: truth comissions in Uganda and Haiti**. Vancouver: UBC Press, 2010. ISBN 978-0-7748-1846-9.

REALE e ANTISERI - **História da filosofia: Antiguidade e idade média**. 6.ed. Volume I. São Paulo: Paulus, 1990. ISBN 8534901147.

ROSENFELD, Denis – **O risco de uma comissão do acerto de contas**. Folha de São Paulo. São Paulo: Empresa Folha da Manhã S.A. ISSN 1414-5723.

ROTHENBERG, Daniel - **Memory of Silence: The Guatemalan Truth Commission Report**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012. ISBN 978-0230340244.

SALIBA, Marcelo Gonçalves – **Justiça restaurativa e paradigma punitivo**. Curitiba: Juruá, 2009. ISBN 8536222484.

SCHMITT, Frederick F. - **Theories of truth**. Bodmin: Blackwell, 2004, ISBN 0-631-22216-2.

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA; MINISTÉRIO DO ESTADO DA DEFESA; MINISTÉRIO DO ESTADO DA JUSTIÇA; MINISTÉRIO DO ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO - EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS n.º 14 / 2010 SDH-PR/MD/MJ/MP. [Em linha] Brasília: Imprensa Nacional, 2010 Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW:<URL: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2010/14%20-%20SDH%20MD%20MJ%20MP.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/projetos/EXPMOTIV/EMI/2010/14%20-%20SDH%20MD%20MJ%20MP.htm)>

SEVERINO, Antônio Joaquim - **Metodologia do trabalho científico**. 20ª ed. São Paulo: Cortez, 1996. ISBN 85-249-0050-4.

SIDOU, J. M. OTHON - **Dicionário Jurídico**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006. ISBN 9788521804413.

SILVA, De Plácido e - **Vocabulário Jurídico**. 28ª ed. Rio de Janeiro: 2009. ISBN 8530927427

SKIDMORE, Thomas – **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-1964)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. ISBN 978-85-359-1770-3.

SKIDMORE, Thomas E. - **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, ISBN 8521903162.

SOUSA E BRITO - FP'25: Amnistia. Sub judice: justiça e memória. Coimbra: Almedina. ISSN 0872-2137.

TARUFFO, Michelle - **Simplemente la verdad: el juez y la construcción de los hechos**. Madrid: Marcial Pons, 2010. ISBN 9788497687898.

TEITEL, Rutti G. – **Transitional justice**. Nova Iorque: Orxford University, 2000. ISBN 0-19-510064-6.

TOMÁS DE AQUINO - **Questões discutidas sobre a verdade**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000. ISBN 85-351-0708-8.

TRUTH AND RECONCILIATION COMMISSION OF SOUTH AFRICA – Truth and Reconciliation Commission of South Africa Report. [Em linha] Cape Town: Cape Town Office Report, 1998, vol. 1- [Consult. 14 Mar. 2013]. Disponível em WWW:<URL: <http://www.justice.gov.za/trc/report/finalreport/Volume%201.pdf>>

VITULLO, Gabriel E. – Transitologia, consolidologia e democracia na América Latina: uma revisão crítica. Revista de Sociologia e Política. Curitiba: Universidade Federal do Paraná.

ISSN 0104-4478.

WILLIAM, James – **Meaning of truth**. Seattle: Amazon digital services, 2004. ISBN 978-0486421407.

\_\_\_\_\_ – **Pragmatism**. Seattle: Amazon digital services, 2004. ISBN 978-0486282701.

WILSON, Richard A.- **The Politics of Truth and Reconciliation in South Africa: Legitimizing the Post-Apartheid State**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. ISBN 978-0521001946.

YOUNG, James - The Coherence Theory of Truth. [Em linha]. Stanford: Stanford Encyclopedia of philosophy, 1996, actual. 9 set. 2008. [Consult. 12 mai. 2012]. Disponível em WWW: <URL:<http://plato.stanford.edu/archives/fall2008/entries/truth-coherence/>>.

ZAGREBELSKY, Gustavo - **A crucificação e a democracia**. São Paulo: Saraiva, 2010. ISBN 978-85-02-09807-7.